



## EDITAL Nº 21/2021

PROCESSO Nº 50840.100967/2021-18

A **EMPRESA DE PLANEJAMENTO E LOGÍSTICA S.A. é EPL**, empresa pública federal, vinculada ao Ministério da Infraestrutura, com sede no Setor Comercial Sul, Quadra 09, Lote C, Complexo Parque Cidade Corporate, Torre C - 7º e 8º andares, Brasília - DF, CEP: 70308-200, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 15.763.423/0001-30, nos termos do que disciplina o artigo 37, XXI, da Constituição Federal, a Lei Federal n.º 13.303, de 30/06/2016, Decreto n.º 8.945, de 27/12/2016, Lei Complementar n.º 123, de 14/12/2006, na Lei Complementar n.º 147, de 07/08/2014, no do Decreto n.º 8.538, de 06/10/2015 e nos Regulamentos Internos de Licitações e de Gestão e Fiscalização de Contratos da EPL, representada pela Comissão Especial de Licitação constituída pela Portaria Nº 185, de 29 de julho de 2021, SEI nº 4392458 do **Diretor de Gestão da EPL** doravante designada simplesmente de **COMISSÃO**, torna pública, para conhecimento dos interessados, a abertura de licitação, nos seguintes termos:

<b>REGIME DE CONTRATAÇÃO DAS ESTATAIS - RCE</b>			
<b>RCE ELETRÔNICO Nº 06/2021</b>		<b>Data de abertura: 15/09/2021 às 10h00</b> no site: <a href="http://www.gov.br/compras/pt-br">www.gov.br/compras/pt-br</a>	
<b>Objeto:</b> Contratação de empresa especializada para realização de SERVIÇOS NECESSÁRIOS à elaboração de PROJETO CONCEITUAL para implantação, operação e manutenção de sistema de <i>Vessel Traffic Service</i> (VTS) nos Portos Organizados de Paranaguá e Antonina ("PORTOS"), estado do Paraná, compatível com a NORMAM-26/DHN (4ª revisão, 2021) e disposições específicas no PROJETO BÁSICO.			
<b>Processo:</b> 50840.100967/2021-18.			
<b>Valor Estimado:</b> R\$ 380.000,00 (trezentos e oitenta mil reais).			
<b>SRP (S/N)</b>	<b>Vistoria (S/N/Facultativa)</b>	<b>Instrumento Contratual (S/N)</b>	<b>Forma de Adjudicação</b>
Não	Não	Sim	<b>Menor Preço</b>
<b>Licitação. Exclusiva ME/EPP* (S/N)</b>	<b>Reservada Cota ME/EPP (S/N)</b>	<b>Exige Amostra/Demonstração/Prova de Conceito**</b>	<b>Dec. nº 7.174/2010 (S/N)</b>
Não	Não	Não	Não
<b>Prazo para envio da proposta</b>		<b>Prazo para envio da Documentação de Habilitação</b>	
Até <b>03 (três) horas</b> após a convocação realizada pelo(a) Presidente da Comissão Especial do RCE nº 06/2021.		Até <b>03 (três) horas</b> após a convocação realizada pelo(a) Presidente da Comissão Especial do RCE nº 06/2021	
<b>Pedidos de esclarecimentos</b>		<b>Impugnações</b>	
Até 08/09/2021 para o endereço <a href="mailto:licitacao@epl.gov.br">licitacao@epl.gov.br</a>		Até 08/09/2021 para o endereço <a href="mailto:licitacao@epl.gov.br">licitacao@epl.gov.br</a>	
<b>Observações Gerais:</b>			
<b>Documentação de habilitação</b> (Veja item: 8. DA HABILITAÇÃO)*			
<b>*O detalhamento dos documentos/requisitos de habilitação deve ser consultado na seção do instrumento convocatório acima indicado</b>			
<b>Local da entrega dos Serviços:</b> Os serviços serão entregues na sede da EPL, Brasília/DF, no endereço: SCS, Quadra 09, Lote C, 8º Andar, Edifício Parque Cidade Corporate, CEP: 70308-200.			
<p align="center"><b>ACOMPANHE AS SESSÕES PÚBLICAS DOS RCEs DA EPL PELO ENDEREÇO</b></p> <p align="center"><a href="http://WWW.GOV.BR/COMPRAS/PT-BR">WWW.GOV.BR/COMPRAS/PT-BR</a></p> <p align="center"><b>SELECIONANDO AS OPÇÕES CONSULTAS &gt; RDC &gt; EM ANDAMENTO &gt; CÓD. UASG "395001".</b></p> <p align="center"><b>O EDITAL E OUTROS ANEXOS ESTÃO DISPONÍVEIS PARA DOWNLOAD NO <a href="http://WWW.GOV.BR/COMPRAS/PT-BR">WWW.GOV.BR/COMPRAS/PT-BR</a></b></p> <p align="center"><b>E TAMBÉM NO ENDEREÇO <a href="http://WWW.EPL.GOV.BR">WWW.EPL.GOV.BR</a>, OPÇÃO LICITAÇÕES.</b></p>			

## REFERÊNCIA PARA ELABORAÇÃO DAS PROPOSTAS

## PLANILHA DE ESTIMATIVA DE PREÇOS

<b>OBJETO:</b> "Contratação de empresa especializada para realização de SERVIÇOS NECESSÁRIOS à elaboração de PROJETO CONCEITUAL para implantação, operação e manutenção de sistema de <i>Vessel Traffic Service</i> (VTS) nos Portos Organizados de Paranaguá e Antonina ("PORTOS"), estado do Paraná, compatível com a NORMAM-26/DHN (4ª revisão, 2021) e disposições específicas no PROJETO BÁSICO".		
<b>PLANILHA DE ORÇAMENTO REFERENCIAL</b>		
<b>Atividade</b>	<b>Descrição do produto</b>	<b>Valor Total do Item</b>
Fase de Investigação	Esta etapa consiste na realização de estudos dos principais elementos necessários para implantação do Sistema VTS nos portos de Paranaguá e Antonina. As atividades a serem desenvolvidas nesta etapa estão descritas no item 2.6 (b) do PROJETO BÁSICO. Nesta etapa serão ainda realizadas reuniões semanais com a equipe da EPL para verificação do andamento dos estudos.	R\$ 120.000,00
Fase de Projeto Conceitual	Esta etapa consiste na elaboração do projeto conceitual com base nas premissas definidas na etapa anterior. O projeto deve conter os elementos necessários para dimensionar o custo de implantação, operação assistida e manutenção do Sistema VTS para os portos de Paranaguá e Antonina. Também deve ser concebido em consonância com as diretrizes da NORMAM-26/DHN (4ª revisão, 2020) e normativos correlatos. As atividades a serem desenvolvidas nesta etapa estão descritas no item 2.6 (c) do PROJETO BÁSICO	R\$ 184.000,00
Último mês de vigência do contrato	Item 5.2 (c, ii) do Projeto Básico: "no último mês de vigência do contrato, após revisões, atualizações ou ajustes demandados nos PRODUTOS, quando a CONTRATADA fará jus aos 20% (vinte por cento) remanescentes dos valores previstos para cada produto aprovado definitivamente; "	R\$ 76.000,00
<b>TOTAL GERAL:</b>		<b>R\$ 380.000,00</b>
<b>(trezentos e oitenta mil reais)</b>		

**MODALIDADE:** REGIME DE CONTRATAÇÃO DA ESTATAL – RCE

**OBJETO:** Contratação de empresa especializada para realização de SERVIÇOS NECESSÁRIOS à elaboração de PROJETO CONCEITUAL para implantação, operação e manutenção de sistema de *Vessel Traffic Service* (VTS) nos Portos Organizados de Paranaguá e Antonina ("PORTOS"), estado do Paraná, compatível com a NORMAM-26/DHN (4ª revisão, 2021) e disposições específicas no PROJETO BÁSICO.

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO:** Menor Preço**FORMA:** Eletrônica**MODO DE DISPUTA:** Fechado**REGIME DE EXECUÇÃO:** Empreitada por Preço Global**QUANTIDADE DE LOTES:** Item único.

SESSÃO PÚBLICA DO RCE ELETRÔNICO

DATA:	15/09/2021
HORÁRIO:	10hs (horário de Brasília/DF)
ENDEREÇO ELETRÔNICO:	<a href="http://www.gov.br/compras/pt-br">www.gov.br/compras/pt-br</a>
CÓDIGO UASG:	395001

**ATENÇÃO:** Verifique as orientações sobre RCE a seguir!

Observação: Esclarecemos que no sítio: [www.gov.br/compras/pt-br](http://www.gov.br/compras/pt-br) será utilizada a plataforma do RDC Nº 06/2021, considerando que o sistema ainda não está adequado a Lei nº 13.303/2016.

**EMPRESA DE PLANEJAMENTO E LOGÍSTICA S/A - EPL**

Setor Comercial Sul, Quadra 9, Lote C, Complexo Parque Cidade Corporate,

Torre C - 7º e 8º andares. Brasília – DF - CEP: 70308-200

Tel: +55 (61) 3426-3865

HOME PAGE: [www.epl.gov.br](http://www.epl.gov.br)

#### **ORIENTAÇÕES SOBRE O REGIME DE CONTRATAÇÃO DA ESTATAL – RCE**

A leitura das orientações abaixo não dispensa a leitura integral do Edital e seus Anexos, bem como da legislação pertinente.

Os principais procedimentos e alterações a serem observadas pelos licitantes neste processo são:

- O período de publicação do instrumento convocatório é de 15 (quinze) dias úteis.
- O prazo para impugnação e/ou esclarecimentos referentes ao presente Edital é de até 5 (cinco) dias úteis anteriores a data agendada para abertura da sessão eletrônica.
- O licitante deverá encaminhar proposta, exclusivamente por meio do sistema eletrônico COMPRASNET, até a data e horário marcado para abertura da sessão, quando então encerrar-se-á automaticamente a fase de cadastramento de propostas.
- **MODO DE DISPUTA: FECHADO** : as propostas apresentadas pelos licitantes serão sigilosas até a data e hora designadas para que sejam divulgadas.
- O critério de julgamento das propostas é o de **Menor Preço**, do serviço da contratação, indicado no item 03 do Projeto Básico (SEI nº 4408539).
- **Inversão das fases da licitação**: primeiro ocorrerá a abertura, fase de lances e julgamento das propostas, sendo exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas do licitante vencedor e, sendo este inabilitado, obedecendo-se à ordem subsequente de classificação.
- **Fase recursal única**: a fase recursal somente ocorrerá depois da decisão quanto ao licitante habilitado e declarado provisoriamente vencedor. É obrigatório que os licitantes manifestem sua intenção de recorrer no momento oportuno, sob pena de decadência do direito, de acordo com os prazos e procedimentos estabelecidos neste Edital.
- Em caso de atrasos, inadimplementos, inexecuções e outros relativos ao presente Edital, poderão ser aplicadas as sanções previstas no item 15, deste Edital.
- O presente certame licitatório se rege pelas disposições contidas no Regulamento Interno de Licitações, no Regulamento Interno de Gestão e Fiscalização de Contratos e, ainda, pelo presente Edital e seus Anexos.
- O Edital e seus Anexos estão disponíveis no sítio [www.epl.gov.br](http://www.epl.gov.br) e no Portal de Compras do Governo Federal - COMPRASNET, no sítio: [www.gov.br/compras/pt-br](http://www.gov.br/compras/pt-br) O processo e demais informações poderão ser obtidos junto à Comissão Especial de Licitação (CEL), pelo e-mail [licitacao@epl.gov.br](mailto:licitacao@epl.gov.br)

#### **INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO - RCE ELETRÔNICO Nº 06/2021**

##### **1. DO OBJETO**

1.1. A presente licitação tem como objeto a contratação de empresa especializada para realização de SERVIÇOS NECESSÁRIOS à elaboração de PROJETO CONCEITUAL para implantação, operação e manutenção de sistema de Vessel Traffic Service (VTS) nos Portos Organizados de Paranaguá e Antonina ("PORTOS"), estado do Paraná, compatível com a NORMAM-26/DHN (4ª revisão, 2021) e disposições específicas no PROJETO BÁSICO (SEI nº 4408539), Anexo I deste Edital.

##### **2. DAS IMPUGNAÇÕES E PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS**

2.1. Caberão pedidos de esclarecimento de dúvidas e impugnações ao presente Edital até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura das propostas, devendo ser remetidos para a Comissão Especial de Licitação (CEL) exclusivamente via e-mail: [licitacao@epl.gov.br](mailto:licitacao@epl.gov.br).

2.1.1. A Comissão isenta-se de quaisquer problemas com conexão de internet, provedores e/ou outros meios que impeçam o envio dos documentos citados no item 2.1 deste Edital.

2.1.2. Não será aceita pela CEL a argumentação de que o envio foi realizado mediante comprovação pela caixa de saída do endereço

**eletrônico do remetente, cabendo ao licitante a responsabilidade de confirmar o recebimento do documento pela Comissão.**

2.2. Decairá do direito de impugnar os termos deste Edital e seus Anexos o licitante que não o fizer até o prazo indicado no item anterior, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

2.3. As respostas da CEL às impugnações e aos pedidos de esclarecimento formulados serão disponibilizadas no sistema eletrônico do *Portal de Compras do Governo Federal*, nos sites [www.gov.br/compras/pt-br](http://www.gov.br/compras/pt-br) e [www.epl.gov.br](http://www.epl.gov.br), no link vinculado ao RCE, ficando sob responsabilidade dos licitantes interessados acessar o site para a obtenção das informações prestadas e enviadas por e-mail aos solicitantes.

2.4. As impugnações e os pedidos de esclarecimentos não têm efeito suspensivo.

2.5. Os licitantes poderão ter vistas ao processo, de acordo com as disposições constantes do subitem 16.13. deste Edital.

### **3. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO E SUBCONTRATAÇÃO**

3.1. Poderão participar deste RCE quaisquer licitantes inscritos no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), que tenham especificado como objetivo social da empresa, expresso no estatuto ou contrato social, atividade permanente e compatível com o objeto desta licitação, e que atendam a todas as exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

3.1.1. O cadastramento com a habilitação parcial do licitante no SICAF, de que trata a Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 03, de 26 de abril de 2018, é válido como parte dos requisitos mínimos da contratação.

3.1.2. O cadastramento com a habilitação parcial no SICAF poderá ser realizado no site.

3.2. Para participarem deste RCE, os licitantes deverão estar previamente cadastrados no sistema eletrônico do Portal de Compras do Governo Federal (anexo COMPRASNET), por meio do site <https://www.comprasnet.gov.br/aceso.asp?url=/cadastro/cadastronovo.asp>

3.3. Não poderá(ão) participar deste RCE Eletrônico, sob pena de inabilitação:

a) Empresa em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, concordata ou insolvência, judicialmente decretadas, exceto nas situações em que a empresa detentora da melhor oferta apresente um plano de recuperação aprovado e homologado judicialmente, com a recuperação já deferida, conforme entendimento do Tribunal de Contas da União.

b) Empresa em dissolução ou em liquidação.

c) Empresa suspensa de participar de licitação e impedida de contratar com a EPL, durante o prazo da sanção aplicada.

d) Empresa impedida de licitar e de contratar com a União, durante o prazo da sanção aplicada.

e) Empresa declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação.

f) Empresas integrantes de consórcio, que sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si, por ocasião do disposto no Acórdão nº 2831/2012 – Plenário TCU.

g) Empresa estrangeira não autorizada a funcionar no País.

h) Empresa que não explore ramo de atividade compatível com o objeto desta licitação.

i) Empresa cujos sócios diretores ou responsáveis técnicos tenham vínculo empregatício com servidor do quadro da EPL.

j) Empresa que possua em seus quadros sócios, diretores responsáveis legais ou técnicos, membros de conselho técnico, consultivo, deliberativo ou administrativo, comuns aos quadros de outra empresa que esteja participando desta licitação.

k) Empresas que se enquadrem em alguma das vedações previstas na lei nº 13.303/2016, notadamente em seu artigo 38.

l) Empresas que se enquadre em alguma das vedações previstas no art. 46 do Regulamento de Licitações da EPL, constante no link: <https://www.epl.gov.br/regulamentos-internos>.

m) Empregário proibido de contratar com o Poder Público, em razão do disposto no art. 72, § 8º, V da Lei nº 9.605, de 1998.

n) Empregário proibido de contratar com o Poder Público, nos termos do art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

o) Sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum.

3.4. Será permitida a participação de cooperativas, desde que apresentem modelo de gestão operacional adequado ao objeto desta licitação, com compartilhamento ou rodízio das atividades de coordenação e supervisão da execução dos serviços, e desde que os serviços contratados sejam executados obrigatoriamente pelos cooperados, vedando-se qualquer intermediação ou subcontratação.

3.5. Nenhum licitante poderá participar desta licitação com mais de uma Proposta Comercial.

3.6. É permitida a subcontratação, conforme item 8 do Anexo I - Projeto Básico (SEI nº 4408539).

### **4. DA ABERTURA DA SESSÃO E DO CREDENCIAMENTO**

4.1. A sessão pública deste RCE Eletrônico será aberta por comando do Presidente da CEL com a utilização de sua chave de acesso e senha, no endereço eletrônico, data e horário discriminados a seguir:



SESSÃO PÚBLICA DO RCE ELETRÔNICO	
DATA:	15 de setembro de 2021
HORÁRIO:	10h (horário de Brasília/DF)
ENDEREÇO ELETRÔNICO:	<a href="http://www.gov.br/compras/pt-br">www.gov.br/compras/pt-br</a>
CÓDIGO UASG:	395001

4.2. Se na data supracitada não houver expediente na EPL ou ocorrendo qualquer fato superveniente, tal como instabilidade do sistema eletrônico do *Portal de Compras do Governo Federal* (anexo COMPRASNET), que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e endereço eletrônico, salvo comunicação do Presidente da CEL em sentido contrário.

4.3. O credenciamento do licitante dependerá do registro cadastral devidamente atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), sendo que será também requisito obrigatório para fins de habilitação.

4.4. O credenciamento do licitante dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha pessoal intransferível para acesso ao sistema eletrônico, provido pela Secretaria de Gestão (SEGES), sendo que o credenciamento e sua manutenção dependerão de registro atualizado no SICAF.

4.5. O uso da senha de acesso é de responsabilidade exclusiva do licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante legal, não cabendo ao provedor do sistema ou à EPL responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros, devendo o licitante comunicar formalmente ao provedor do sistema sobre qualquer irregularidade quanto ao uso de sua senha.

4.6. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este RCE Eletrônico.

4.7. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firme e verdadeira sua proposta comercial.

4.8. O licitante que deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou os apresentarem em desacordo com o estabelecido neste Edital e seus Anexos, ou ainda com irregularidades, **será desclassificado/inabilitado**, não se admitindo complementação posterior, **salvo se motivada por alguma diligência de ordem técnica, desde que não altere a formulação da proposta**.

4.9. É facultada à CEL ou à autoridade superior, em qualquer fase desta licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a apresentação posterior de documentos e/ou informações que alterem a formulação da proposta.

4.10. O licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico no *Portal de Compras do Governo Federal* (anexo COMPRASNET), que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do Edital e seus Anexos.

4.11. O licitante enquadrado como microempresa (ME), empresa de pequeno porte (EPP) ou sociedade cooperativa deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que atende aos requisitos do art. 3º, da Lei Complementar nº 123/06 e posteriores alterações, para fazer jus aos benefícios previstos nessa Lei.

4.12. O licitante deverá acompanhar as operações no sistema eletrônico no *Portal de Compras do Governo Federal* (anexo COMPRASNET) durante todas as sessões públicas do RCE, ficando responsável pelos ônus decorrentes da perda de negócios por sua desconexão ou pela inobservância de quaisquer mensagens ou avisos emitidos pelo sistema.

4.13. **Durante a realização deste RCE Eletrônico, a comunicação com o Presidente da CEL dar-se-á exclusivamente por meio de troca de mensagens, via chat do sistema eletrônico COMPRASNET, ou quando for o caso e o momento oportuno, pelo endereço eletrônico indicado no subitem 16.12 deste Edital. Não se admitirá contato por telefone ou qualquer outro meio.**

4.14. Caso o licitante possua qualquer tipo de dúvida quanto à operacionalidade do sistema eletrônico, o mesmo deverá recorrer previamente ao manual do fornecedor disponibilizado no *Portal de Compras do Governo Federal* (anexo COMPRASNET), ou buscar auxílio junto ao Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO) por meio de um de seus canais de comunicação.

4.14.1. Não cabe a CEL prestar ao licitante quaisquer informações ou orientações no tocante às funcionalidades do sistema, bem como buscar informações, esclarecimentos ou documentos junto ao provedor do sistema eletrônico, uma vez que os canais indicados no portal são os meios recomendados para estes fins e, ainda, pelo fato de que a CEL não dispõe de acesso às ferramentas do sistema destinadas ao fornecedor.

## 5. DA PROPOSTA INICIAL DE PREÇO

5.1. O licitante deverá encaminhar sua proposta comercial exclusivamente por meio do sistema eletrônico no *Portal de Compras do Governo Federal* (anexo COMPRASNET), até a data e horários marcados para abertura da sessão, quando então encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

5.2. Ao encaminhar sua proposta, o licitante pressupõe o pleno conhecimento e atendimento das exigências de habilitação previstas neste Edital.

5.3. A apresentação de proposta implicará também a plena aceitação, por parte do licitante, de todas as condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

5.4. O licitante deverá, para fins de elaboração da proposta, verificar e comparar todos os dados fornecidos para execução dos serviços.

5.4.1. No caso de falhas, erros, discrepâncias ou omissões, bem como transgressões às normas técnicas, regulamentos ou posturas, caberá ao licitante formular imediata comunicação escrita à CEL, no prazo e momento estabelecidos neste Edital.

5.5. O licitante deverá elaborar sua proposta levando em consideração que os serviços objetos desta licitação devem ser entregues por completo. Em consequência, ficará a cargo do licitante prever qualquer serviço ou material necessário, mesmo quando não expressamente indicado no orçamento esmado em planilhas de quantos e preços unitários, **não lhe cabendo, posteriormente, quaisquer acréscimos de pagamentos decorrentes, caso não tenha se manifestado expressamente**, indicando as divergências encontradas no Edital.

5.5.1. **A falta da comunicação referida implicará a aceitação tácita das especificações e documentações técnicas fornecidas.**

5.6. A proposta deverá ser elaborada de acordo com os preços praticados no mercado e conforme as especificações contidas neste Edital e seus Anexos.

5.7. As propostas serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.8. **A proposta comercial deverá conter obrigatoriamente, sob pena de desclassificação:**

- a. A descrição detalhada do objeto;
- b. Planilha detalhada contendo os custos com os valores totais de cada produto a ser contratado.

5.8.1. O menor preço proposto é de inteira responsabilidade do licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração do mesmo, sob a alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.8.2. Se, o menor preço ofertado, incorrer a omissão de qualquer despesa necessária ao perfeito cumprimento do objeto deste RCE, esta será interpretada como inexistente ou já incluída no valor da proposta, não podendo o licitante pleitear acréscimo após a proposta de preços.

5.9. O prazo de validade das propostas comerciais **não poderá ser inferior a 120 (cento e vinte) dias corridos**, a contar da data de abertura da sessão.

5.10. No momento do envio da proposta comercial, **o licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, o seguinte:**

- a. **Que até a presente data inexistem fatos impeditivos de habilitação**, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.
- b. **Que está ciente e concorda com todas as condições contidas no Edital e seus Anexos**, bem como **que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital**.
- c. **Que não emprega menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e que não emprega menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendizes, a partir de 14 (quatorze) anos**, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.
- d. **Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado**, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal.

5.10.1. Na fase de habilitação, o Presidente da CEL verificará no sistema eletrônico as declarações a que se referem as alíneas “a”, “b”, “c”, e “d”, sendo que não há a necessidade do encaminhamento das mesmas pelo anexo no **Portal de Compras do Governo Federal** (anexo COMPRASNET), site: [www.gov.br/compras/pt-br](http://www.gov.br/compras/pt-br), e-mail ou qualquer outro meio.

5.10.2. Em caso de declarações falsas, o licitante estará sujeito à tipificação no crime de falsidade ideológica, nos termos do art. 299 do Decreto-Lei nº 2.848/40 (Código Penal Brasileiro), sem prejuízo de punição administrativa, conforme as sanções previstas neste Edital.

5.11. Não serão aceitas reclamações posteriores relativamente às propostas sem que tenham sido devidamente registradas em campo próprio do sistema eletrônico, no momento oportuno, salvo se previsto em Lei.

5.12. Todas as propostas comerciais ficarão disponíveis no sistema eletrônico no *Portal de Compras do Governo Federal*.

## 6. DA SESSÃO PÚBLICA

6.1. A abertura da Sessão Pública deste RCE ocorrerá **no dia 15/09/2021 às 10h (dez horas)**, conforme previsto no preâmbulo deste Edital, e será conduzida pelo Presidente da COMISSÃO.

6.2. Durante a Sessão Pública, a comunicação entre o Presidente da COMISSÃO e as licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, via “chat”, em campo próprio do sistema eletrônico, não sendo aceito nenhum outro tipo de contato, como meio telefônico ou e-mail.

6.3. Na abertura da Sessão Pública, o Presidente da COMISSÃO verificará as propostas apresentadas e poderá desclassificar aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no Edital e seus Anexos.

6.3.1. A desclassificação das propostas será feita de forma fundamentada e deverá ser registrada no Sistema Eletrônico, para acompanhamento por todas as licitantes, em tempo real.

6.3.2. O Sistema Eletrônico ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de aceitação/habilitação.

6.4. Considerando o estabelecimento do **MODO DE DISPUTA**, definido como **FECHADO, não haverá fase de lances, devendo os licitantes observar os seguintes procedimentos:**

6.4.1. A proposta de preços ofertada pelos licitantes no sistema comprasnet ocorrerá tão somente antes da abertura da sessão, mantendo-se em sigilo a identificação da ofertante.

6.4.2. Quando da abertura da sessão o sistema comprasnet informará imediatamente o horário e valor consignados no registro de cada proposta comercial, bem como promoverá de forma automática a classificação dos licitantes.

6.4.3. As propostas (de menor preço) apresentadas e levadas em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade do licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

6.5. A Sessão Pública poderá ser suspensa administrativamente mediante comunicação do Presidente da COMISSÃO, que informará a data e o horário para a sua reabertura.

6.6. Na hipótese de instabilidade no sistema, se ele permanecer acessível aos licitantes, não haverá prejuízo dos atos realizados.

6.6.1. Quando a instabilidade no sistema persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública do procedimento licitatório do RCE, na forma eletrônica, será suspensa e reiniciada somente após comunicação aos participantes, no endereço eletrônico utilizado para divulgação.

6.6.2. No caso da desconexão representar uma efetiva e irreparável ruptura no certame, ou quando, após uma desconexão superior a 10 (dez) minutos, não se retomar, em prazo razoável, a Sessão Pública será definitivamente interrompida, o que acarretará, consequentemente, a renovação do procedimento, inclusive com nova publicação do aviso.

6.6.3. No caso de desconexão da licitante, esta deverá de imediato, sob sua inteira responsabilidade, providenciar o restabelecimento da sua conexão ao sistema.

6.7. O Presidente da COMISSÃO, após anunciada a classificação das licitantes, **poderá encaminhar, via sistema eletrônico, contraproposta à licitante que tenha ofertado menor preço, para buscar melhor proposta.**

6.8. O Presidente da COMISSÃO anunciará a proposta classificada provisoriamente em primeiro lugar, imediatamente após a abertura da Sessão Pública ou, se for o caso, após a negociação e decisão acerca da aceitação da proposta comercial de menor preço.

6.9. Ocorrendo a participação de licitante que detenha a condição de microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, e não sendo a proposta válida classificada em primeiro lugar de empresa desse porte, serão adotados os procedimentos estabelecidos nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/06 e suas alterações c/c § 1º do art. 28 da Lei nº 13.303/2016.

6.9.1. Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas MEs, EPPs e Cooperativas sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

6.9.2. Para efeito do disposto no item 6.9.1 ocorrendo o empate, o sistema eletrônico convocará a ME, EPP ou Cooperativa mais bem classificada, que poderá apresentar, no prazo máximo de 05 (cinco) minutos, sob pena de preclusão do direito, proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será, após conformidade de sua habilitação, adjudicado em seu favor o objeto lícitado.

6.9.3. Durante o período indicado no item 6.9.2, apenas ME, EPP ou Cooperativas poderão registrar o novo preço.

6.9.4. Não ocorrendo à contratação da ME, EPP ou Cooperativa, conforme item 6.9.2, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do §1º do art. 44, da Lei Complementar nº 123/06, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

6.9.5. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas MEs, EPPs ou Cooperativas que se encontrem no intervalo estabelecido no §1º, do art. 44 da Lei Complementar nº 123/06, prevalecerá o lance recebido e registrado cronologicamente em primeiro lugar, que poderá apresentar melhor oferta.

6.10. No caso de empate entre 02 (duas) ou mais propostas, não sendo o caso de aplicação do direito de preferência referido no item 6.9, prevalecerá a proposta recebida e registrada cronologicamente em primeiro lugar.

6.11. Por convocação do Presidente da Comissão, a licitante melhor classificada deverá encaminhar, **no prazo de máximo de até 03 (três) horas**, contado da intimação para tanto, a **PROPOSTA DE PREÇO FINAL** e a documentação de **HABILITAÇÃO** por meio da opção "Enviar anexo".

6.12. Os documentos solicitados serão apresentados preferencialmente da seguinte forma:

6.12.1. **Proposta Comercial, redigida em língua portuguesa, com clareza, isenta de entrelinhas, contendo o menor preço ofertado e o preço global resultante do menor preço, discriminando os valores relativos aos produtos constantes do Encarte C - Tabela de Produtos, Preços e Prazos (SEI nº 4408591), do Projeto Básico (SEI nº 4408539), em algarismos arábicos e por extenso, em moeda nacional (Real), devidamente assinada e datada pelo licitante ou por seu representante legal.** A carta proposta deverá ser elaborada de forma a atender, ainda, aos seguintes requisitos:

- a. Fazer referência ao número deste RCE, ao objeto da licitação e ao prazo de execução do objeto, e conter a razão social do licitante, o CNPJ, telefone, e-mail, endereço completo, podendo fazer referência ao banco, à agência e respectivos códigos, e ao número da

conta corrente, para fins de emissão de nota de empenho e posterior pagamento.

- b. Indicar o prazo de validade da proposta, **que não poderá ser inferior a 120 (cento e vinte) dias corridos**, a contar da data da abertura da sessão.
- c. **Caso o prazo de validade da Proposta não esteja expressamente indicado, considerar-se-á o prazo de 120 (cento e vinte) dias corridos** para efeito de julgamento da mesma.

6.12.2. Conter telefone do representante legal e endereço eletrônico (e-mail) válido na proposta comercial para fins de recebimento de notificações, comunicados e intimações em formato eletrônico.

6.12.3. **O valor unitário e global dos serviços, resultante do menor preço no certame, não poderá ser superior aos valores unitário(s) e global constantes no Encarte C - Tabela de Produtos, Preços e Prazos (SEI nº 4408591), do Projeto Básico (SEI nº 4408539), Anexo I do Edital, pela inviabilidade de preços superiores ao estimado, tendo em vista o critério de julgamento.**

6.12.4. No preço negociado, resultante do menor preço ofertado, deverão estar incluídos todos os insumos, encargos sociais e trabalhistas, despesas com impostos, taxas, fretes, seguros e quaisquer outras despesas que incidam, direta ou indiretamente, na contratação do objeto. O Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Sobre o Lucro Líquido (CSLL), que não podem ser repassados à Administração, não serão incluídos na proposta comercial apresentada.

6.12.5. A licitante deverá utilizar, sempre que possível, nos valores propostos, mão de obra, materiais, tecnologias e matérias primas existentes no local da execução dos serviços, desde que não se produzam prejuízos à eficiência na execução do objeto e que seja respeitado o limite do orçamento estimado para a contratação.

6.12.6. Serão corrigidos automaticamente pela CEL quaisquer erros de soma, multiplicação e/ou arredondamento, **bem como divergências que porventura ocorrerem entre o menor valor ofertado, resultante do preço unitário e o total dos produtos, constantes do Encarte C - Tabela de Produtos, Preços e Prazos (SEI nº 4408591), do Projeto Básico (SEI nº 4408539).**

6.12.7. Estrita observância aos itens/produtos descritos no Cronograma Físico-Financeiro nos moldes do **Encarte C - Tabela de Produtos, Preços e Prazos (SEI nº 4408591), do Projeto Básico (SEI nº 4408539).**

6.13. A CEL procederá à conferência dos documentos de que tratam os subitens anteriores, considerando o cumprimento dos requisitos da proposta, tais como identificação, assinatura, prazos, cronogramas, planilha, com os menores preços ofertados de cada item e o preço global, além de outros previstos nesse Edital.

6.14. A CEL poderá realizar ou propor diligências para aferir a exequibilidade da proposta, ou ainda, para ajustar a proposta apresentada pelo licitante melhor classificado, com vistas a atender plenamente ao orçamento estimado pela EPL, compreendendo, para tanto, a readequação dos valores dos serviços que deverão ser contemplados iguais ou inferiores aos estimados, respeitando sempre os valores unitário e global ofertado.

6.15. O orçamento global estimado para o objeto da licitação é de **R\$ 380.000,00 (trezentos e oitenta mil reais)**, em concordância com o item 16 do do Projeto Básico (SEI nº 4408539), **devendo ser observado pelo licitante, na formulação de sua proposta de preços, os valores estimados e atribuídos a cada produtos, conforme Encarte C - Tabela de Produtos, Preços e Prazos (SEI nº 4408591).**

## 7. DO JULGAMENTO DA PROPOSTA

7.1. O critério de julgamento será o de **MENOR PREÇO, em todos os produtos constantes do Encarte C - Tabela de Produtos, Preços e Prazos (SEI nº 4408591), do Projeto Básico (SEI nº 4408539)**, sendo que será declarada vencedora a licitante que cumprir os requisitos de habilitação estabelecidos neste Edital e seus Anexos.

7.2. A CEL será subsidiada por parecer de técnico da área requisitante pertencente ao quadro da EPL, para orientar o julgamento da proposta.

7.3. **Efetuada o julgamento das propostas, será promovida a verificação de sua efetividade, promovendo-se a desclassificação daqueles que:**

- a. Descumpram especificações técnicas constantes do instrumento convocatório;
- b. **Não apresentar a Tabela de Produtos, Preços e Prazos (SEI nº 4408591), Encarte C do Projeto Básico (SEI nº 4408539), e/ou com o prazo de execução superior ao definido pela Administração, no caso da proposta declarada provisoriamente vencedora.**
- c. Apresentar preços excessivos ou manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto;
- d. Se encontrem acima do orçamento estimado para a contratação; e
- e. Não tenham sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela EPL.

7.3.1. Considera-se manifestamente inexequível a proposta cujo valor global seja inferior a 70% (setenta por cento) do menor dos seguintes valores:

- a. Média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração, ou
- b. Valor orçado pela Administração.

7.3.2. Quando ocorrer apresentação de proposta inexequível, a CEL emitirá parecer oportunizando o licitante comprovar a possibilidade de execução de sua proposta, com entrega de defesa fundamentada **em até 2 (duas) horas**, após a solicitação formal da Comissão, podendo este prazo ser prorrogado mediante justificativa fundamentada da licitante e/ou a critério da Administração.

7.3.2.1. Nesse caso, o licitante deverá demonstrar que o valor da sua proposta é compatível com a execução completa do objeto licitado, no que tange aos custos dos insumos e aos coeficientes de produtividade adotados nas composições do valor global.

7.3.3. A análise de exequibilidade da proposta não considerará materiais e instalações a serem fornecidos pelo licitante em relação aos quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração, desde que a renúncia esteja expressa na proposta.

7.4. Em nenhuma hipótese poderá ser alterado o teor das propostas apresentadas, seja quanto ao valor ou quaisquer outras condições que importem em modificações de seus termos originais, ressalvadas apenas as alterações absolutamente formais, destinadas a sanar evidentes erros materiais, sem nenhuma alteração de conteúdo e das condições referidas, desde que aceitas pelas CEL e que não venham a causar prejuízos aos demais licitantes.

7.5. **Não serão considerados como “alteração” os ajustes necessários na proposta, a serem ajustadas ao valor ofertado após eventual negociação de condições mais vantajosas com o primeiro colocado ou desempate de ME/EPP, devendo tanto a proposta quanto a planilha ajustada serem encaminhadas à CEL de acordo com o subitem 6.12 e seguintes deste Edital.**

7.6. A declaração definitiva do vencedor acontecerá somente no momento posterior à análise técnica quanto à proposta comercial ajustada, nos termos do subitem 6.12 e seguintes, e subsequentes, à análise da qualificação jurídica, qualificação técnico-operacional, técnico-profissional, fiscal e econômico-financeira nos termos deste Edital, sendo o resultado divulgado oficialmente nos sites [www.gov.br/compras/pt-br](http://www.gov.br/compras/pt-br) e [www.epl.gov.br](http://www.epl.gov.br).

7.7. O licitante deve considerar que a proposta ofertada e eventualmente negociada prevalecerá durante toda a contratação, exceto em eventuais termos adicionais.

## 8. DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

8.1. O Presidente da CEL verificará, mediante consulta *on-line*, os documentos relativos à habilitação do licitante declarado provisoriamente vencedor.

8.2. **A comprovação do cumprimento das exigências relativas à Habilitação Jurídica, Regularidade Fiscal (INSS e FGTS), bem como quanto à Qualificação Econômico-Financeira, será realizada mediante consulta *on-line* pelo Presidente da CEL ao Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores (SICAF).**

8.2.1. Para o licitante enquadrado na categoria de microempresa (ME), empresa de pequeno porte (EPP) ou sociedade cooperativa, no que tange à comprovação da Regularidade Fiscal (INSS e FGTS) serão considerados os seguintes procedimentos:

8.2.1.1. Se declarado vencedor, caso esteja com cadastro ou documentação vencida, o licitante deverá enviar a comprovação da Regularidade Fiscal, após solicitação do Presidente de CEL no *chat* do sistema COMPRASNET.

8.2.1.2. Havendo, ainda, alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o **prazo de 5 (cinco) dias úteis**, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o licitante for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, desde que solicitado no *chat* do sistema eletrônico, e aceito pelo Presidente da CEL, para regularização da documentação ou parcelamento do débito, emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa, conforme Lei Complementar nº 123/06 e suas alterações.

8.2.1.3. A não regularização da documentação, no prazo e condições disciplinadas na alínea anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e no regulamento, sendo facultado à EPL convocar outro licitante remanescente para assinatura do contrato, obedecida a ordem de classificação e os critérios de habilitação, ou ainda revogar a licitação.

8.3. O Presidente da CEL verificará, ainda, sob pena de inabilitação:

- A existência de registros impeditivos de contratação no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CGU) junto ao Portal da Transparência, site [www.portaltransparencia.gov.br](http://www.portaltransparencia.gov.br).
- A existência de registros impeditivos de contratação por improbidade administrativa no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa, disponível no Portal CNJ, site [www.cnj.jus.br](http://www.cnj.jus.br).
- Se na composição societária existe servidor com vínculo junto à EPL.

8.3.1. Sendo constatado qualquer impedimento de licitar ou contratar por parte do licitante em qualquer das consultas anteriores ou ainda por meio do cadastro SICAF, no que se refere à EPL, o mesmo será inabilitado.

8.4. A validade dos documentos e certidões exigidos corresponderá ao prazo fixado nos próprios documentos. Caso essas documentações não contenham expressamente o prazo de validade, **a EPL convencionou o prazo como sendo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua expedição**, ressalvada a hipótese de o licitante comprovar que o documento tem prazo de validade superior ao convencionado, mediante juntada de norma legal pertinente.

8.5. O licitante cadastrado no SICAF, caso esteja com algum documento vencido, poderá apresentar a documentação devidamente atualizada e regularizada junto aos demais documentos de habilitação, nos termos do subitem 8.8 deste edital.

8.6. Ainda para fins de habilitação, todos os licitantes deverão apresentar, obrigatoriamente, sob pena de inabilitação, nos termos do subitem

8.8 deste edital, os seguintes documentos:

8.6.1. Relatórios à **Habilitação Jurídica:**

- 8.6.1.1. No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.
- 8.6.1.2. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI, ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores.
- 8.6.1.3. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência.
- 8.6.1.4. No caso de sociedade simples, inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores.
- 8.6.1.5. Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País.
- 8.6.1.6. No caso de sociedade cooperativa, ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971.
- 8.6.1.7. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.6.2. Relatórios à **Regularidade Fiscal e Trabalhista:**

- 8.6.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas.
- 8.6.2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 8.6.2.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).
- 8.6.2.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.
- 8.6.2.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.
- 8.6.2.6. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.
- 8.6.2.7. Caso a licitante seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Municipal do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.6.3. Relatórios à **Qualificação Econômico-Financeira:**

- 8.6.3.1. **Certidão negativa de pedido de falência, recuperação judicial ou extrajudicial**, expedida por Cartório Distribuidor Judicial do domicílio ou sede do licitante, que não esteja com prazo de validade vencido.
- 8.6.3.2. Comprovação de capital social, devidamente integralizado, **no valor mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação de cada grupo**, por meio da apresentação de certidão emitida pela Junta Comercial ou Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas, do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, apresentados na forma da lei, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais, quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data da apresentação da proposta;
- a) No caso de consórcio, para atendimento da exigência prevista na alínea anterior será admitido o somatório do capital social registrado de todos os Consorciados, na proporção de sua respectiva participação;
- 8.6.3.3. **Balanço e Demonstrações Contábeis (DRE) do último exercício**, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que evidenciem os índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), **que deverão ser maiores do que 1,00 (um inteiro)**. Caso estes índices sejam iguais ou inferiores a 1,00 (um inteiro), o licitante deverá possuir capital igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor estimado para cada grupo na licitação, sob pena de desclassificação.
- I - O Balanço Patrimonial e as Demonstrações Contábeis deverão estar assinados por contador ou por outro profissional equivalente devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade. As fórmulas deverão estar devidamente aplicadas em memorial de cálculos juntados ao Balanço. Caso o memorial não seja apresentado, à CEL reserva-se o direito de efetuar os cálculos.
- II - A boa situação financeira do licitante será avaliada pelos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), **todos maiores do que 1,00 (um inteiro)**, resultantes da aplicação das formulas abaixo, com os valores extraídos de seu Balanço Patrimonial ou por meio de consulta *on-line* ao SICAF, apurados mediante a seguinte fórmula:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}};$$

Ativo Total

SG = -----;

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

Ativo Circulante

LC = -----; e

Passivo Circulante

III - Se necessária a atualização do Balanço e do Patrimônio Líquido, deverá ser apresentado junto aos documentos em apreço o memorial de cálculo correspondente.

8.6.3.4. Caso a licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112, da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

#### 8.6.4. Relatórios à **Qualificação Técnica-Operacional e Técnico-Profissional:**

8.6.4.1. Sem prejuízo de outros documentos elencados neste Instrumento Convocatório, a prestadora de serviço deverá apresentar, no mínimo, a documentação abaixo elencada.

8.6.4.2. Para a **Qualificação Técnica da empresa (ou consórcio) LICITANTE** deverá(ão) ser apresentado(s) atestado(s) de capacidade técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) que o **LICITANTE**:

- a. Já executou serviços compatíveis em características técnicas similares às do objeto da presente licitação no Brasil ou no exterior;
  - i. Alternativamente, serão aceitos atestados de projetos de auxílios à navegação nos termos da NORMAM-17/DHN;
- b. Prova de inscrição ou registro junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA competente.

8.6.4.3. Os requisitos de habilitação previstos nas alíneas “a” e “b” do item 8.6.4.2. não são intercambiáveis, ou seja, o(s) atestado(s) de execução de serviço não substitui(em) a apresentação de registro junto ao Conselho Federal de Engenharia e Agronomia – CREA e vice-versa.

8.6.4.4. Os atestados de capacidade técnica produzidos ou assinados no exterior, destinados a comprovar as experiências mencionadas nas alíneas “a” deverão possuir tradução juramentada, podendo ser exigida sua notariação e legalização no Consulado Brasileiro, admitida a aplicação da Convenção sobre a Eliminação da Exigência de Legalização de Documentos Públicos Estrangeiros (Convenção da Apostila), nos termos Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016 ou outras Convenções e Tratados Internacionais de que o Brasil seja signatário que versem sobre a simplificação das exigências procedimentais acerca da legalização de documentos públicos estrangeiros.

8.6.4.5. Para fins de habilitação, a licitante poderá apresentar atestado de capacidade técnica com tradução simples, caso deseje, obrigando-se a providenciar a tradução juramentada desse mesmo atestado para apresentá-la no momento da assinatura do contrato.

8.6.4.6. O(s) COORDENADOR(ES) fará(ão) a gestão dos trabalhos e deverá(ão) assinar o PROJETO CONCEITUAL (relatório final) como responsável(is) técnico(s). Por todo o exposto, para fins de qualificação técnica do(s) COORDENADOR(ES), deverão ser apresentados os seguintes documentos de habilitação:

- a) Atestado(s) que comprove(m) a execução de serviços compatíveis em características técnicas similares às do objeto da presente licitação;
- b) Alternativamente, o coordenador deverá possuir qualificação compatível com o cargo de Gerente do VTS, tal como detalhado na NORMAM-26/DHN (4ª revisão 2021) e descrito a seguir:
  - I - Formação de nível superior em ciências navais/náuticas. No caso de:
    - a) Oficial da Marinha do Brasil: deverá ser Oficial do Corpo da Armada (RM1) e possuir embarque comprovado (por meio de Caderneta Registro – CR) mínimo de 5 anos;
    - b) Oficial da Marinha Mercante: deverá ser Oficial de Náutica e possuir embarque comprovado (por meio de Caderneta de Inscrição e Registro – CIR) mínimo de 5 anos, onde tenha exercido atividades no passado envolvendo navegação e manobra;
  - II - Conhecimento náutico e de comunicações compatíveis com os Módulos 4 (*nautical knowledge*) e 6 (*VHF radio*) da Recomendação “IALA Model Course V-103-1 (VTS Operator)”

#### 8.6.5. Em relação às licitantes cooperativas será, ainda, exigida a seguinte documentação complementar:

- a) a relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764 de 1971;
- b) a declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;
- c) a comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;
- d) o registro previsto na Lei n. 5.764/71, art. 107;
- e) a comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

f) os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação; e

g) a última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764/71 ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

8.6.6. Tratando-se de licitantes reunidos em consórcio, serão observadas as seguintes exigências:

a) Comprovação da existência de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelas empresas que dele participarão, com indicação da empresa-líder, que deverá possuir amplos poderes para representar os consorciadas no procedimento licitatório e no instrumento contratual, receber e dar quitação, responder administrativamente e judicialmente, inclusive receber notificação, intimação e citação;

b) Apresentação da documentação de habilitação especificada no edital por empresa consorciada;

c) Comprovação da capacidade técnica do consórcio pelo somatório dos quantitativos de cada consorciado, na forma estabelecida neste edital;

d) Demonstração, pelo consórcio, pelo somatório dos valores de cada consorciado, na proporção de sua respectiva participação, do atendimento aos índices contábeis definidos neste edital, para fins de qualificação econômico-financeira, na proporção da respectiva participação;

e) Quando se tratar de consórcio composto em sua totalidade por micro e pequenas empresas, não será necessário cumprir esse acréscimo percentual na qualificação econômico-financeira;

f) Responsabilidade solidária das empresas consorciadas pelas obrigações do consórcio, nas fases de licitação e durante a vigência do contrato;

g) Obrigatoriedade de liderança por empresa brasileira no consórcio formado por empresas brasileiras e estrangeiras;

h) Constituição e registro do consórcio antes da celebração do contrato; e

i) Proibição de participação de empresa consorciada, na mesma licitação, por intermédio de mais de um consórcio ou isoladamente.

8.7. **Todos os documentos solicitados pelo Presidente da CEL, tais como aqueles não contemplados no SICAF ou com validade vencida, deverão ser remetidos, em arquivo único, por meio da opção "Enviar Anexo" do sistema eletrônico do Portal de Compras do Governo Federal (anexo COMPRASNET), em até 03 (três) horas, contadas da solicitação do Presidente da CEL pelo chat do referido sistema, cuja documentação de habilitação deverá ser encaminhada junto à proposta, no prazo previsto no item 6.11 do Edital.**

8.7.1. Dentro do prazo estabelecido no *caput*, poderão ser remetidos, por iniciativa do licitante, tantos quantos forem os documentos complementares ou reafirmadores afetos a sua habilitação. Nesse caso, o licitante deve manifestar o desejo de envio de nova documentação através do endereço eletrônico indicado no subitem 16.12 deste Edital, hipótese em que o Presidente da CEL fará novo uso da funcionalidade "Convocar Anexo".

8.7.2. No caso de comprovada inviabilidade ou dificuldade de envio ou recebimento da documentação pelo sistema eletrônico no Portal de Compras do Governo Federal (anexo COMPRASNET), a documentação poderá ser enviada para o endereço eletrônico indicado no subitem 16.12 deste Edital, sendo tal documentação divulgada posteriormente no sítio [www.epi.gov.br](http://www.epi.gov.br) para conhecimento de todos os participantes.

8.8. Considerações relativas aos documentos habilitatórios:

8.8.1. Sob pena de inabilitação, no que couber, todos os documentos encaminhados na habilitação do licitante deverão atender aos seguintes preceitos:

- a. Estar em nome do licitante, e, preferencialmente, com o número do CNPJ e endereço respectivo.
- b. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz.
- c. Se o licitante for filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial.
- d. Serão dispensados da filial aqueles documentos que, pela própria natureza, forem emitidos comprovadamente somente em nome da matriz, devendo estes ser apresentados.
- e. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome e com CNPJ da matriz e/ou da(s) filial(ais) do licitante.

8.8.2. As declarações apresentadas pelo licitante, necessárias a sua habilitação, deverão ser preferencialmente emitidas em papéis ambrados das respectivas empresas que as expediram, constando números de telefones e e-mail para contato.

8.9. Se o licitante não atender às exigências de habilitação, o Presidente da CEL examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda a este Edital.

8.10. O Presidente da CEL poderá consultar sítios oficiais de órgãos e entidades emissoras de certidões para verificar as condições de habilitação dos licitantes.

8.11. Será considerada vencedora do certame a empresa que tenha a proposta aceita, bem como que tenha atendido às exigências de habilitação.



8.12. Exaurida a negociação, o procedimento licitatório será encerrado e os autos encaminhados à autoridade superior, nos termos do art. 60, da Lei nº 13.303/2016.

#### 9. DO PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA

9.1. A proposta comercial deverá ter **validade mínima de 120 (cento e vinte) dias corridos**, a contar da data de abertura da sessão eletrônica.

9.2. Caso os prazos de que tratam a condição anterior não esteja expressamente indicado na proposta, esses serão considerados como aceitos.

9.3. Se por motivo de força maior, a adjudicação não puder ocorrer dentro do período de validade da proposta, **ou seja, em 120 (cento e vinte) dias corridos**, e caso persista o interesse da EPL, esta poderá solicitar prorrogação geral da validade anteriormente referida, por igual prazo, no mínimo.

9.4. **Se no decorrer dos 120 (cento e vinte) dias da data da abertura da sessão**, não houver a solicitação ou a convocação de que trata as condições deste Edital, fica o licitante liberado dos compromissos assumidos.

#### 10. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

10.1. Decididos os recursos eventualmente interpostos, o processo licitatório será submetido à autoridade competente para que se proceda à devida adjudicação e consequente homologação do objeto licitado ao licitante vencedor.

10.2. Os atos de classificação, homologação e adjudicação serão publicados no sistema eletrônico no *Portal de Compras do Governo Federal* (anexo COMPRASNET) e na página [www.epl.gov.br](http://www.epl.gov.br).

#### 11. DOS RECURSOS

11.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal de microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, se for o caso, poderá o licitante, que desejar apresentar recurso, manifestar a intenção de recorrer imediatamente após o término de cada sessão, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

11.1.1. São suscetíveis de recurso neste momento as seguintes decisões:

11.1.1.1. ato de habilitação ou inabilitação de licitante;

11.1.1.2. julgamento das propostas;

11.1.2. Independentemente do momento de realização do ato a ser recorrido, o recurso deverá ser apresentado nesta fase recursal única.

11.2. Havendo quem se manifeste, caberá à Comissão de Licitação verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

11.2.1. Nesse momento a Comissão de Licitação não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

11.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

11.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de cinco dias úteis para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros cinco dias úteis, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

#### 12. DO TERMO DE CONTRATO, DAS OBRIGAÇÕES, DA FISCALIZAÇÃO E DA GARANTIA CONTRATUAL

12.1. As obrigações decorrentes da presente licitação constarão de contrato a ser firmado com a Adjudicatária, tendo por base o presente Edital, seus Anexos e a proposta apresentada, atendidas as normas vigentes.

12.2. Sem prejuízo do disposto na Lei nº 13.303/16, do Decreto nº 8.945/16, o contrato referente à execução dos serviços será formalizado e contemplará, necessariamente, as condições já especificadas neste Edital e seus Anexos.

12.3. A vigência do contrato **será de 7 (sete) meses, contados a partir da data de sua assinatura**, podendo ser prorrogado nos termos da legislação vigente, até a completa execução de seu escopo contratual.

12.4. O contrato entrará em vigor na data de sua assinatura, cuja eficácia se dará com a publicação no Diário Oficial da União (DOU) e vigorará pelo prazo de execução dos serviços.

12.5. As obrigações da contratada encontram-se dispostas no item 15 do Projeto Básico (SEI nº 4408539), Anexo I deste Edital, cabendo a Contratante cumprir as seguintes exigências:

- 12.5.1. Emitir Nota de Empenho e informar a Contratada sobre a sua emissão.
- 12.5.2. Atestar a Nota Fiscal apresentada pela Contratada, após receber e aprovar cada produto discriminado.
- 12.5.3. Efetuar o pagamento no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, contados da data de apresentação da Nota Fiscal emitida pela Contratada, desde que os produtos objeto da Nota Fiscal tenham sido aprovados.
- 12.5.4. Proporcionar à Contratada todas as condições necessárias ao cumprimento dos serviços contratados, especificando o detalhamento necessário à sua perfeita execução.
- 12.5.5. Prestar as informações e esclarecimentos necessários que possam vir a ser solicitados pela empresa Contratada.
- 12.5.6. Rejeitar no todo ou em parte a prestação dos serviços, em desacordo com as condições e especificações contratuais.

12.6. Depois da homologação deste certame, a convocação da Adjudicatária será procedida por meio de Notificação para, **no prazo de 05 (cinco) dias úteis**, contado de seu recebimento, assinar o instrumento de contrato, sob pena de decair do direito a contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Edital.

- 12.6.1. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado por igual período, por solicitação justificada da Adjudicatária e aceita pela Administração.

12.7. Antes da celebração do contrato, a Administração realizará consulta *on-line* ao SICAF e aos sites indicados no subitem 8.3 deste Edital, a fim de verificar as condições de habilitação da adjudicatária, cujos resultados serão anexados aos autos do processo.

12.8. É facultado à Administração, quando a Adjudicatária não assinar o termo de contrato, ou não aceitar ou rejeitar o instrumento equivalente no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados de conformidade com o ato convocatório, ou revogar a licitação conforme previsto no §2º do art. 75 da Lei nº 13.303/16.

12.9. A recusa injustificada do licitante classificado em primeiro lugar para assinar o instrumento de contrato, **no prazo de 05 (cinco) dias úteis, após devidamente convocado**, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, o que implicará na aplicação das sanções previstas no presente Edital.

12.10. A Contratada deverá manter, durante toda a execução dos serviços, em compatibilidade com as obrigações a serem assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste RCE.

#### 12.11. DA FISCALIZAÇÃO

- 12.11.1. A fiscalização do contrato ficará a cargo do Diretor de Planejamento da EPL, conforme item 21 do Projeto Básico (SEI nº 4408539).

- 12.11.2. Quando da entrega dos produtos, caberá ao fiscal do contrato:

- a. Verificar no momento da entrega do produto, sua conformidade com o escopo do serviço contratado, bem como o cumprimento do prazo estabelecido para a entrega do mesmo;
- b. Notificar a empresa Contratada da necessidade de alterações e adequações no produto recebido, respeitando os prazos determinados pela fiscalização;

- 12.11.3. Aspectos fundamentais para que o fiscal de contrato possa conduzir eficientemente o processo de fiscalização:

- a. conhecer o contrato e as cláusulas nele estabelecidas, sanando dúvidas com os demais setores responsáveis pela administração, objetivando o seu fiel cumprimento;
- b. conhecer os serviços a serem executados;
- c. solicitar, quando for o caso, que os serviços sejam refeitos por inadequação ou vícios que apresentem;
- d. sugerir a aplicação de penalidades ao contratado em face do inadimplemento das obrigações;
- e. verificar se a prestação de serviços será cumprida integral ou parceladamente;
- f. comunicar à autoridade superior eventuais atrasos nos prazos de entrega ou execução do objeto;
- g. zelar pela fiel execução do contrato, sobretudo no que concerne à qualidade dos serviços prestados;
- h. acompanhar o cumprimento, pela Contratada, do cronograma físico-financeiro;
- i. estabelecer prazo para correção de pendências na execução do contrato e informar à autoridade competente ocorrências inadequadas;
- j. realizar as medições dos serviços conforme parecer de avaliação e aprovação nas datas estabelecidas, antes de atestar as respectivas notas fiscais;
- k. não receber em mãos as notas fiscais, nem demais documentos, pois os mesmos deverão ser entregues no Setor de Protocolo, ou enviados diretamente no Sistema Eletrônico de Informação - SEI/MINFRA/EPL.

- 12.11.4. O fiscal deverá ter, em todos os contratos, atenção permanente sobre as obrigações da Contratada, definidas nos dispositivos contratuais e condições editalícias e, fundamentalmente, quanto à observância da legislação em vigor.

12.11.5. O fiscal de contrato é independente e deve ter a responsabilidade de conduzir os trabalhos de acordo com os princípios da Administração Pública.

12.11.6. Durante a execução do contrato sempre que necessário o fiscal deve buscar ajuda nas áreas competentes da empresa para serem resolvidas. As questões que extrapolem as suas competências devem ser encaminhadas à autoridade competente, para que possam ser resolvidas, inclusive com relação à aplicação das penalidades previstas em lei.

12.11.7. Quando realizar reuniões com a Contratada, estas deverão ser documentadas, e o fiscal deverá elaborar memórias de reunião que deverão conter, no mínimo, os seguintes elementos: data; nome e assinatura dos participantes; assuntos tratados; decisões; responsáveis pelas providências a serem tomadas e prazo.

#### 12.12. DA GARANTIA CONTRATUAL

12.12.1. A **CONTRATADA** prestará garantia contratual de 5% (cinco por cento) sobre o valor global do **CONTRATO**, nas modalidades de caução em dinheiro, seguro-garantia ou fiança bancária, no prazo de até 10 (dez) dias úteis a contar da assinatura do **CONTRATO**, prorrogáveis por igual período a critério da **EPL**.

12.12.2. Em caso de formação de consórcio, deverá ser apresentada uma única garantia, da empresa líder do consórcio.

#### 13. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. A Gerência de Finanças informa que há previsão no Projeto de Lei Orçamentária Anual - PLOA/2021, no valor de R\$ 304.000,00 (trezentos e quatro mil reais) para a contratação, conforme Declaração de Disponibilidade Orçamentária nº 96/2021 (SEI nº 4335509 e SEI nº 4335611).

13.2. Para cobrir as despesas dos exercícios subsequentes serão emitidas Notas de Empenhos, à conta da dotação orçamentaria prevista para atender despesas de mesma natureza.

#### 14. DO PAGAMENTO

14.1. Os pagamentos serão realizados em conformidade com as disposições da Lei nº 13.303/16 e conforme disponibilidade de recursos financeiros, mediante crédito bancário, observadas as disposições definidas no item 10 do Projeto Básico (SEI nº 4408539), Anexo I deste Edital.

14.2. Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se dará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, com os juros de mora que serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = \frac{(TX/100)}{365}$$

$$EM = I \times N \times VP, \text{ onde:}$$

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

14.2.1. Na hipótese de pagamento de juros de mora e demais encargos por atraso, os autos devem ser instruídos com as justificativas e motivos, e ser submetidos à apreciação da autoridade superior competente, que adotará as providências para verificar se é ou não caso de apuração de responsabilidade, identificação dos envolvidos e imputação de ônus a quem deu causa.

14.3. Será considerado como data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária (OB) para pagamento.

14.4. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o "atesto" pelo servidor competente, devidamente identificado, na nota fiscal apresentada e depois de verificada a regularidade fiscal do prestador dos serviços.

14.4.1. A atestação das notas fiscais/faturas referentes aos produtos aceitos caberá à fiscalização do contrato, por servidor da EPL especialmente designado para este fim.

14.5. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária, nos termos da legislação aplicável.

14.5.1. Quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), será observado o disposto na Lei Complementar nº 116/03, e legislação municipal aplicável.

14.5.2. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/06 e alterações posteriores, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação por meio de documento oficial de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

14.6. A Administração deduzirá do montante a ser pago os valores correspondentes às multas e/ou indenizações devidas por parte da contratada.

14.6.1. O desconto de qualquer valor no pagamento devido à Contratada será precedido de processo administrativo em que será garantido o contraditório e a ampla defesa, com os recursos e meios que lhes são inerentes.

## 15. DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. Comete infração administrativa, a Adjudicatária que se recuse a assinar o contrato, bem como nas hipóteses de não manter a proposta, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução do objeto, comportar-se de modo inidôneo e cometer fraude fiscal, depois de devidamente notificada, sem motivo justificado, caracterizando o descumprimento total da obrigação assumida nos termos do art. 83, da Lei nº 13.303/16

15.2. Ocorrendo a hipótese referida no subitem anterior, às espécies de penalidades administrativas aplicáveis ao Licitante são:

- a. **ADVERTÊNCIA.**
- b. **MULTA COMPENSATÓRIA** correspondente a 10% (dez por cento) do valor total da proposta.
- c. **SUSPENSÃO TEMPORÁRIA** de participação em licitação e impedimento de contratar com a EPL, por prazo não superior a 02 (dois) anos, conforme inciso III, art. 83, da Lei nº 13.303/2016.

- 15.2.1. não celebrar o contrato;
- 15.2.2. não manter a proposta;
- 15.2.3. apresentar documentação falsa;
- 15.2.4. ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 15.2.5. comportar-se de modo inidôneo; e
- 15.2.6. cometer fraude fiscal.

15.3. As sanções previstas nas alíneas “a” e “c” poderão ser aplicadas cumulativamente com a indicada na alínea “b”, conforme a gravidade do fato.

15.4. A sanção prevista na alínea “c” poderá também ser aplicada nas hipóteses previstas no artigo 84, da Lei nº 13.303/2016.

15.5. No caso de uso indevido de informações sigilosas, serão observados, no que couber, os termos da Lei nº 12.527/2011 e do Decreto nº 7.724/2012

15.6. As penalidades previstas nos subitens anteriores, quando aplicadas, devem levar em consideração a natureza e a gravidade dos fatos, a extensão e a relevância da obrigação descumprida, a culpabilidade do Licitante, os fins a que a sanção se destina, os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade e, em especial, as seguintes circunstâncias:

- a. a inexistência de prejuízos ou riscos à EPL;
- b. a regularização do ato que ensejou a abertura do PAAR, até a primeira decisão administrativa;
- c. danos que o cometimento da infração ocasionar à EPL;
- d. antecedentes da Licitante;
- e. o descumprimento de obrigação com a obtenção de vantagens indevidas, de qualquer espécie, em benefício próprio ou de outrem, em decorrência do inadimplemento; e
- f. a não adoção de providências no sentido de evitar ou reparar atos lesivos à EPL ou a terceiros, dos quais tenha tomado conhecimento.

15.7. No concurso de agravantes e atenuantes, a Autoridade Competente aplicará a sanção conforme indicado pelas circunstâncias preponderantes.

15.8. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 13.303/16, e, subsidiariamente, na Lei nº 9.784/99.

15.9. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

15.10. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

15.11. Aplicam-se a esta licitação e respectivo contrato, as disposições do **Capítulo II-B do Título XI da Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal)**.

15.12. No caso de sanções decorrentes de inadimplemento na execução contratual deverá ser observada **as disposições do item 18 do Projeto Básico (SEI nº 4408539)**.

## 16. DA DISPOSIÇÕES FINAIS

- 16.1. Os interessados deverão estudar minuciosa e cuidadosamente o Edital e seus Anexos, atentando inclusive, para as orientações/disposições constantes deste item, informando-se de todas as circunstâncias ou detalhes que possam de algum modo afetar os custos e prazos dos serviços.
- 16.2. Os interessados deverão examinar o projeto básico e seus anexos, bem como todas as instruções, termos e especificações técnicas constantes do presente Edital e seus Anexos. O não fornecimento de todas as informações requeridas ou a apresentação de uma proposta em desacordo com a documentação solicitada no Edital e seus Anexos será de responsabilidade do licitante, podendo resultar na rejeição de sua proposta.
- 16.3. O projeto referente à execução destes serviços foram elaborados dentro dos critérios de sustentabilidade, visando a economia e redução do consumo de energia e água, bem como a utilização de tecnologia e materiais que reduzam o impacto ambiental, tendo suas especificações e demais exigências de projeto sidos norteados pela Instrução Normativa nº 01/2010 do SLTI/MPOG.
- 16.4. Todo e qualquer esclarecimento pertinente a este RCE Eletrônico será sanado exclusivamente por meio de endereço eletrônico, nos termos do subitem 2.1 deste Edital. Nenhum esclarecimento a respeito do RCE será prestado por telefone.
- 16.4.1. Durante a realização do RCE Eletrônico, a comunicação com o Presidente da CPL dar-se-á exclusivamente por meio do endereço eletrônico indicado no subitem 16.12 deste Edital e/ou via *chat* do sistema eletrônico COMPRASNET, quando for o caso e o momento oportuno.
- 16.5. A Comissão Especial de Licitação (CEL) desconsiderará todos os e-mails que tratam de atividades sob responsabilidade de outros setores, tais como: envio de notas de empenho, envio de atas de registro de preços, contratos, envio de notas fiscais, pagamentos, etc. Os contatos para tratar destes assuntos devem ser direcionados exclusivamente para o(s) respectivo(s) setor(es) responsável(is).
- 16.6. Os documentos exigidos neste Edital deverão ser enviados exclusivamente através da opção “Enviar Anexo” do sistema eletrônico *Portal de Compras do Governo Federal*, salvo se indicada pelo Presidente da CEL outra forma de envio, o que será definido pelo mesmo, no *chat* do referido sistema.
- 16.6.1. O Presidente da CEL somente solicitará o envio de documentos de maneira diversa à supracitada nos casos de comprovada inviabilidade ou dificuldade de envio ou recebimento da documentação pelo endereço eletrônico indicado neste Edital e/ou pelo sistema eletrônico *Portal de Compras do Governo Federal*.
- 16.6.2. Não serão considerados os documentos enviados por meio diverso ao solicitado pelo Presidente da CEL.
- 16.7. Todas as referências de tempo citadas neste Edital e seus Anexos, no aviso da licitação e durante a sessão pública observarão obrigatoriamente o horário de Brasília/DF e, desta forma, serão registradas no sistema eletrônico *Portal de Compras do Governo Federal* e na documentação relativa ao certame.
- 16.8. Os licitantes arcarão com todos os custos associados com a elaboração e apresentação de sua proposta. A EPL, em nenhum caso, será responsável ou sujeita a esses custos, independentemente do resultado do processo licitatório.
- 16.9. A participação na licitação objeto deste instrumento implicará a aceitação integral das condições nele estabelecidas, bem como a observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor.
- 16.10. A EPL poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para comprovar tal conduta, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado, assegurando-se o contraditório e a ampla defesa, não cabendo aos licitantes direito a indenização.
- 16.11. As ambiguidades e casos omissos do presente Edital serão resolvidos pela CEL, observando-se rigorosamente o conteúdo da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016 e suas posteriores alterações, regulamentada pelo Decreto nº 8.945, de 17 de dezembro de 2016, na Lei Complementar nº 123 e suas alterações, no do Decreto nº 8.538, de 6 de outubro de 2015 e nos Regulamento de Licitações e de Gestão e Fiscalização de Contratos da EPL, constante do link: <https://www.epl.gov.br/resolucao-n-01-de-2018-e-regulamento-de-licitacoes>.
- 16.12. O endereço eletrônico que deve ser utilizado para comunicação com o Presidente da CEL, bem como para todos os fins indicados neste Edital, com a devida menção ao número deste RCE, é o: [licitacao@epl.gov.br](mailto:licitacao@epl.gov.br).
- 16.13. **Os licitantes e demais interessados poderão ter vistas e solicitar arquivos digitais relativos a processos que estiverem em tramitação ou em execução na Coordenação de Licitações – COLIC, desde que respeitando as disposições contidas as seguintes orientações gerais:**
- Por meio de requerimento formal elaborado pelo interessado, devidamente assinado e contemplando a identificação do requerente, e, no caso de representante de pessoa jurídica, juntamente com documentos que possam credenciá-lo a tal representação (por exemplo, procuração ou documentação de constituição da empresa ou aqueles equivalentes, junto ao documento de identificação de quem assinou o requerimento).
  - O requerimento deve ser encaminhado à Coordenação de Licitações - COLIC exclusivamente pelo e-mail: [licitacao@epl.gov.br](mailto:licitacao@epl.gov.br), identificando no assunto o número do certame de que deseja obter vistas.
  - Solicitações encaminhadas após o horário de atendimento externo da Coordenação de Licitações - COLIC, ou seja, após às 18:00 horas, terão a contagem do prazo para atendimento iniciada no próximo dia útil vigente, respeitando os horários do expediente na EPL.
  - A Coordenação de Licitações - COLIC fornecerá cópias digitais dos autos do processo, de modo a primar pelos preceitos da sustentabilidade e da otimização do recurso público.
  - As vistas solicitadas serão disponibilizadas **exclusivamente por e-mail ou por meio de algum hardware trazido pelo licitante**

**para gravação dos documentos solicitados, no prazo de até 4 (quatro) horas úteis** após o recebimento da solicitação devidamente instruída de acordo com o estabelecido neste Edital.

- f. A Comissão Especial de Licitação não se responsabilizará pelo desconhecimento dos licitantes em relação aos documentos disponibilizados na forma de vistas, e, ainda, não serão consideradas alegações de desconhecimento ou problemas de acesso, cabendo ao licitante interessado monitorar a disponibilização dos documentos no e-mail anteriormente indicado, que registrará, inclusive, o horário da postagem como modo de primarmos pela transparência dos atos.

16.14. Solicitações de vistas a processos em tramitação ou execução em outros departamentos ou unidades da EPL deverão ser direcionadas diretamente aos mesmos, de modo que estes possam atender a este direito dos licitantes e demais interessados, desde que respeitando as normas e prazos definidos em cada departamento ou unidade.

## 17. DO FORO

17.1. Para dirimir qualquer dúvida resultante da execução do presente instrumento, será competente o foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Distrito Federal, com exclusão de qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja.

## 18. DOS ANEXOS

18.1. São partes integrantes deste Edital os seguintes Anexos:

### **ANEXO I - Projeto Básico DPL - EPL (SEI nº 4408539) e seus anexos:**

Encarte A - Termo de Confidencialidade para Representante Legal (SEI nº 4409889);

Encarte B - Termo de Confidencialidade para Profissionais (SEI nº 4409897);

Encarte C - Tabela de Produtos, Preços e Prazos (SEI nº 4408591);

Encarte D - Glossário Técnico (SEI nº 4408592);

Encarte E - Modelo de Proposta Comercial (SEI nº 4408593);

Encarte F - Modelo de Ordem de Serviço (SEI nº 4408594);

Encarte G - Matriz de Risco (SEI nº 4408595);

Encarte H - Termo de Ciência da Data de Apresentação da Equipe (SEI nº 4408597);

Encarte I - Modelo de Currículo (SEI nº 4408598);

Encarte J - Estudo Técnico Preliminar (SEI nº 4408614)

Encarte K - Sugestão de Sumário para o Projeto Conceitual (SEI nº 4408615).

**ANEXO II - MODELO DE DECLARAÇÃO ANTICORRUPÇÃO - LEI FEDERAL Nº 12.846/2013 E DECRETO Nº 8.420/2015;**

**ANEXO III - MODELO DE DECLARAÇÃO ANTICORRUPÇÃO - LEI ANTICORRUPÇÃO, AO CÓDIGO DE ÉTICA DA EPL E ÀS NORMAS CORRELATAS;**

**ANEXO IV - MODELO DE DECLARAÇÃO DE NEPOTISMO - DECRETO Nº 7.203/2010; e**

**ANEXO V - Minuta de Contrato (SEI nº 4407736).**

**\*Observação:** O Edital e seus Anexos serão disponibilizados na íntegra, em arquivo digital, na página [www.epl.gov.br](http://www.epl.gov.br).

*(assinatura eletrônica)*

**ALESSANDRA CAETANO VASCONCELOS**

Presidente da Comissão Especial de Licitações - RCE nº 06/2021

## **ANEXO I - PROJETO BÁSICO**

**PROJETO BÁSICO (SEI Nº 4294529)**

**ANEXOS DO PROJETO BÁSICO (SEI NºS: 4409889, 4409897, 4408591, 4408592, 4408593, 4408594, 4408595, 4408597, 4408598, 4408614 E 4408615).**

## **ANEXO II – MODELO DE DECLARAÇÃO ANTICORRUPÇÃO**

**MODELO DE DECLARAÇÃO ANTICORRUPÇÃO –**

**LEI FEDERAL Nº 12.846/2013 E DECRETO Nº 8.420/2015**

(nome da pessoa jurídica: \_\_\_\_\_), inscrita no CNPJ/MF sob o nº \_\_\_\_\_, com sede (endereço completo: \_\_\_\_\_), Telefone: (xx) \_\_\_\_\_-\_\_\_\_\_, Correio eletrônico: \_\_\_\_\_, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos, por seu sócio, Sr. \_\_\_\_\_, inscrito no CPF/MF sob o nº \_\_\_\_\_, para fins do disposto no Edital da RCE nº \_\_\_\_/2021, **DECLARAR**, sob as penas da Lei:

(a) Estar ciente, conhece e entende os termos das leis anticorrupção brasileiras ou de quaisquer outras aplicáveis sobre o objeto da presente licitação e futuro contrato, comprometendo-se a abster-se de praticar atividades que constituam uma violação das disposições destas regras anticorrupção, por si e por seus administradores, diretores, funcionários, empregados e agentes, bem como seus sócios que venham a agir em seu nome.

(b) Não praticar atos lesivos à EPL, para os fins da legislação pertinente, que atentem contra o seu patrimônio, contra os princípios da administração pública ou contra os compromissos assumidos, assim definidos:

- (1) frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;
- (2) impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;
- (3) afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
- (4) fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente;
- (5) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;
- (6) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a EPL, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; ou
- (7) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a EPL.

(c) A empresa declara, ainda, por si e por seus administradores, diretores, empregados, agentes, proprietários e acionistas que atuam em seu nome, concorda que a EPL terá o direito de realizar procedimento de auditoria para se certificar da conformidade contínua com as declarações e garantias dadas neste ato, mediante notificação prévia, e que deve cooperar plenamente em qualquer auditoria realizada nos termos desta Declaração.

Local, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2021.

[NOME DA EMPRESA]

\_\_\_\_\_  
Representante Legal

**ANEXO III – MODELO DE DECLARAÇÃO ANTICORRUPÇÃO****MODELO DE DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO E CUMPRIMENTO, À LEI FEDERAL Nº 12.846/13 (LEI ANTICORRUPÇÃO), AO CÓDIGO DE ÉTICA DA EPL E ÀS NORMAS CORRELATAS**

(nome da pessoa jurídica: \_\_\_\_\_), inscrita no CNPJ/MF sob o nº \_\_\_\_\_, com sede (endereço completo: \_\_\_\_\_), Telefone: (xx) \_\_\_\_\_-\_\_\_\_\_, Correio eletrônico: \_\_\_\_\_, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos, por seu sócio, Sr. \_\_\_\_\_, inscrito no CPF/MF sob o nº \_\_\_\_\_, para fins do disposto no Edital da RCE nº \_\_\_\_/2021, **DECLARAR**:

a) Conhecer e cumprir o previsto na Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção) e no Decreto nº 8.420/2015, sob pena de responsabilização administrativa e civil pela prática de atos contra a EPL, incluindo todos os seus profissionais envolvidos na fase de contratação e execução do objeto

licitado.

b) Conhecer os princípios, os valores éticos e as normas estabelecidas pelo Código de Ética e Conduta da EPL, vigente ao tempo da contratação, comprometendo-me, neste ato, com sua observância e acatamento, sendo que todos os profissionais envolvidos na execução na fase de contratação e execução do objeto licitado, pautando seu comportamento e sua atuação na condução dos negócios, nas ações e nos relacionamentos com os interlocutores internos e externos, pelos princípios e pelos valores neles constantes, com vistas à erradicação das práticas ilegais, imorais e antiéticas.

c) Que obteve cópia do Código de Ética e Conduta da EPL, vigente ao tempo da contratação, disponível no sítio eletrônico: <http://www.epl.gov.br/index.php/content/view/10651.html>.

Local, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2021.

[NOME DA EMPRESA]

Representante Legal

#### ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO DE NEPOTISMO

##### MODELO DE DECLARAÇÃO DE NEPOTISMO -

##### DECRETO Nº 7.203/2010

nome da pessoa jurídica: \_\_\_\_\_), inscrita no CNPJ/MF sob o nº \_\_\_\_\_, com sede (endereço completo: \_\_\_\_\_), Telefone: (xx) \_\_\_\_\_-\_\_\_\_\_, Correio eletrônico: \_\_\_\_\_, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos, por seu sócio, Sr. \_\_\_\_\_, inscrito no CPF/MF sob o nº \_\_\_\_\_, para fins do disposto no Edital da RCE nº \_\_\_\_\_/2021, **DECLARAR**, sob as penas da Lei, que tem conhecimento do Decreto nº 7.203, de 04 de junho de 2010, sobre a vedação do Nepotismo no Âmbito da Administração Federal e a inexistência no quadro da empresa, de sócios ou empregados com vínculo de parentesco em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, ou, ainda que sejam cônjuges ou companheiros de ocupantes do quadro da Empresa de Planejamento e Logística S.A - EP, nos cargos de direção, chefia ou assessoramento.

Local, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2021.

[NOME DA EMPRESA]

Representante Legal

#### ANEXO V – MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

##### MINUTA DE CONTRATO (SEI Nº 4407736)

0.1.



Referência: Processo nº 50840.100967/2021-18



SEI nº 4476880





Empresa de Planejamento e Logística S.A.

EMPRESA DE PLANEJAMENTO E LOGÍSTICA  
COORDENAÇÃO DE ESTRUTURAÇÃO DE PROJETOS 1

**PROJETO BÁSICO**

PROCESSO Nº 50840.100967/2021-18

**PROJETO BÁSICO**

**1. DO OBJETO**

1.1. A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada para realização de **SERVIÇOS NECESSÁRIOS** à elaboração de **PROJETO CONCEITUAL** para implantação, operação e manutenção de sistema de *Vessel Traffic Service* (VTS) nos Portos Organizados de Paranaguá e Antonina (**"PORTOS"**), estado do Paraná, compatível com a NORMAM-26/DHN (4ª revisão, 2021) e disposições específicas deste **PROJETO BÁSICO**.

1.2. Os **SERVIÇOS NECESSÁRIOS** são:

- i. Fase de Investigação, descrita no item 2.6 deste **PROJETO BÁSICO**
- ii. Fase de Elaboração de **PROJETO CONCEITUAL**, descrita no item 2.6 deste **PROJETO BÁSICO**

1.3. A fase de Investigação resultará em **PRODUTOS** que comprovem a execução dos **SERVIÇOS NECESSÁRIOS**, tais como descritos no item 2.6 deste **PROJETO BÁSICO**.

1.4. O **PROJETO CONCEITUAL** deverá ser entregue em um único volume com planilhas em formato xlsx e desenhos em formato dwg (ou similares) contendo os orçamentos de implantação, operação e manutenção do *Vessel Traffic Service* (VTS) nos portos de Paranaguá e Antonina (**"PORTOS"**).

1.5. Esse **PROJETO CONCEITUAL** será posteriormente incorporado ao Estudo de Viabilidade Técnica Econômica e Ambiental – EVTEA a ser elaborado pela EPL no âmbito do processo de desestatização dos acessos aquaviários aos **PORTOS**.

1.6. Neste **PROJETO BÁSICO**, o processo de desestatização dos acessos aquaviários aos **PORTOS** será denominado **PROJETO**.

**2. DA JUSTIFICATIVA, DO OBJETIVO, DO ESCOPO E DAS DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS DOS SERVIÇOS NECESSÁRIOS CONTRATADOS**

2.1. A Empresa de Planejamento e Logística S.A. (EPL) é uma empresa pública que tem por finalidade estruturar e qualificar, por meio de estudos e pesquisas, o processo de planejamento integrado de logística no país, interligando rodovias, ferrovias, portos, aeroportos e hidrovias.

2.2. A empresa, criada pela Lei nº 12.743/2012, tem por objetivo, sob demanda, e mediante contratação, planejar e estruturar projetos a serem executados pelos respectivos órgãos setoriais, podendo celebrar contratos e convênios com instituições científicas e tecnológicas voltadas para atividades de pesquisa e desenvolvimento, absorção e transferência de tecnologias e licenciamento de patentes, etc.

2.3. Assim, para realizar o cumprimento de seus objetivos, necessita de suporte para a

prestação de serviços especializados na elaboração de Projeto Conceitual para implantação, operação e manutenção de *Vessel Traffic Service* (VTS) a ser implantado nos acessos aquaviários aos portos de Paranaguá e Antonina, estado do Paraná (“**PORTOS**”).

2.4. Destaca-se que, no que concerne ao princípio da eficiência<sup>[1]</sup>, cabe à Administração Pública o cumprimento dos seus deveres da forma mais eficiente possível, a fim de atender aos interesses da sociedade e da organização interna do órgão. Denota-se, pois, que a Administração deve garantir a qualidade total na execução das atividades sob sua responsabilidade, o que inclui as atividades instrumentais e acessórias, objeto do presente **PROJETO BÁSICO**.

2.5. Nesse sentido, no art. 37 da Constituição Federal de 1998 prevê:

*Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e **eficiência**. (grifo nosso).*

2.6. Os **SERVIÇOS NECESSÁRIOS** têm por objetivo subsidiar a EPL na elaboração de EVTEA para o **PROJETO**, e abrangerão o conjunto de atividades indicadas nos subitens deste item 2.6, conforme discriminado a seguir:

- a. O(s) **COORDENADOR(ES)** fará(ão) a gestão dos trabalhos e deverá(ão) assinar o **PROJETO CONCEITUAL** (relatório final) como responsável(is) técnico(s).
- b. **FASE DE INVESTIGAÇÃO** consiste na realização de estudos dos principais elementos necessários para implantação do Sistema VTS nos **PORTOS**. As atividades a serem desenvolvidas são:
  - i. Realizar estudo sobre as cartas náuticas, avaliando as características de relevo e geografia no entorno do complexo portuário, objetivando definir a área de interesse e identificar elementos que possam interferir na determinação da área de cobertura do Sistema VTS, como ilhas, recortes de terra, elevações ou outros obstáculos aos equipamentos do sistema;
  - ii. Elaborar plano esquemático do tráfego na Área VTS, com as principais rotas de navegação utilizadas pela navegação local;
  - iii. Avaliação formal dos riscos a que o tráfego marítimo local está submetido e eventuais dificuldades de implantação;
  - iv. Avaliação preliminar do nível desejado de segurança e eficiência para o tráfego marítimo;
  - v. Delimitar a Área VTS, com indicação de subáreas e de pontos de notificação, se houver;
  - vi. Adquirir dados históricos de chegadas, atracações e saídas de embarcações junto a uma plataforma online de informações baseadas em *Automatic Identification System* (AIS) como Marine Traffic®, Vessel Finder®, Vessel Tracker®, ou similar;
  - vii. Repassar os dados históricos adquiridos na plataforma online de informações baseadas em *Automatic Identification System* (AIS) para a EPL;
  - viii. Analisar a atual utilização das vias navegáveis, dos fundeadouros, das áreas de interesse de tráfego, além de levantar especificidades que comprometam o trânsito e permanência de embarcações na Área VTS;
  - ix. Estimar da movimentação diária de embarcações com AIS A e AIS B para identificar as Horas de Pico e Movimento Médio das Horas de Pico (MHP);
  - x. Analisar os aspectos de segurança, incluindo riscos à navegação e acidentes, com o levantamento dos Inquéritos Administrativos de Acidentes e Navegação (IAFN) ocorridos nos portos de Paranaguá e Antonina nos últimos 5 (cinco) anos junto à Capitania dos Portos e suas possíveis causas;
  - xi. Levantar estatísticas de acidentes e incidentes notáveis documentados nos portos de Paranaguá e Antonina, ocorridos na futura Área VTS, ocorridos em qualquer tempo;
  - xii. Analisar a movimentação das maiores embarcações dos últimos 5 anos e suas características, como tipo, comprimento, calado, e capacidade, buscando identificar um cenário crítico de utilização dos acessos aquaviários aos portos de Paranaguá e Antonina;
  - xiii. Realizar estudo sobre o impacto das condições atmosféricas na operação portuária, como névoa constante, níveis de precipitação, vento e outras variáveis consideradas relevantes;

- xiv. Levantar informações junto à autoridade portuária para identificar potenciais edificações ou infraestruturas disponíveis para incorporação ao Sistema VTS;
- xv. Analisar as condições atuais no terreno e a viabilidade física para implantação das estruturas remotas a serem instaladas em cada uma das estações do sistema VTS. Devem ser avaliadas as situações dos acessos, do espaço físico disponível, da segurança, da disponibilidade de energia e outros que eventualmente impactem no custo de implantação e manutenção do sistema VTS;
- xvi. Analisar as condições atuais no terreno e a viabilidade física para futura instalação do Centro de Controle Operacional (CCO);
- xvii. Identificar os locais possíveis para abrigar as estações remotas a partir de avaliação técnica dos subsistemas componentes do VTS e das condições atuais nos portos, elaborando estudo para definir o layout de distribuição dos equipamentos e interligação com o Centro de Controle Operacional (CCO);
- xviii. Descrever os procedimentos técnicos e jurídicos necessários para a futura instalação das estruturas remotas (Estações Remotas e Repetidoras dos Enlaces de Micro-ondas e de Radiocomunicações em VHF);
- xix. Descrever os procedimentos técnicos e jurídicos para a definição das áreas de interesse (VTS), das áreas de Visual, Radar, CFTV e AIS, objetivando estabelecer a quantidade, a configuração localização das estruturas remotas;
- xx. Realizar estudo da arquitetura básica de hardware e funcionalidades de software que atendam a requisitos do Sistema VTS.

c. **FASE DE ELABORAÇÃO DO PROJETO CONCEITUAL** será realizada com base nas premissas definidas na etapa anterior e deverá resultar na entrega de um único relatório final contendo os elementos necessários para dimensionar o custo de implantação, operação assistida e manutenção do Sistema VTS para os portos de Paranaguá e Antonina. Este relatório final deve ser concebido em consonância com as diretrizes da NORMAM-26/DHN e normativos correlatos. As atividades a serem desenvolvidas são:

- i. Elaborar planilha orçamentária com estimativa de custos para implantação, operação assistida e manutenção do sistema VTS. Essa planilha orçamentária deverá conter os quantitativos de bens e serviço, e seus preços unitários deverão, necessariamente, basear-se em sistemas de custos oficiais, referências de contratações públicas similares e/ou pesquisas de mercado;
- ii. Indicar a data-base da planilha orçamentária;
- iii. Descrever detalhadamente as estações remotas, conforme estudo realizado para a definição das áreas de interesse na Fase de Investigação, objetivando estabelecer os requisitos técnicos que atendam a NORMAM-26/DHN e as configurações dos equipamentos;
- iv. Elaborar diagramas das áreas de interesse e de cobertura do sistema VTS;
- v. Elaborar projeto conceitual do Centro de Controle Operacional (CCO) do VTS com informações de altitude, coordenadas geográficas no datum WGS-84, características da edificação civil, dimensionamento das instalações, dimensionamento dos equipamentos, fornecimento de energia, climatização, e outras características consideradas relevantes;
- vi. Definir infraestrutura de fornecimento de energia elétrica, objetivando seu funcionamento ininterrupto, através da especificação do Grupo Motor-Gerador e de Sistemas de Fornecimento Ininterrupto de Energia (*UPS - Uninterruptible Power Supply*);
- vii. Determinar altura das torres, objetivando a instalação dos equipamentos de radar e comunicação, levando em consideração a área de cobertura e a localização da estrutura remota;
- viii. Definir especificações de antenas, objetivando sua instalação nas estruturas remotas e sua compatibilidade com as características dos subsistemas (Radar, AIS, Comunicações);
- ix. Definir especificações dos enlaces de comunicação, objetivando formar uma rede entre as estruturas remotas e o Centro de Controle Operacional (CCO), considerando o tráfego de dados e equipamentos instalados nas estruturas remotas;
- x. Definir locais e especificar as estações repetidoras utilizadas no Subsistema de Comunicações (VHF e AIS), objetivando estabelecer a comunicação entre as estruturas remotas e o Centro de Controle Operacional (CCO);
- xi. Definir locais remotos e especificações de boias para instalação dos sensores oceanográficos e

meteorológicos, objetivando a melhor qualidade da coleta de dados e facilidade no acesso para manutenção;

- xii. Definir as especificações, parâmetros de operação e detalhamento técnico dos equipamentos de cada subsistema: Gerenciamento de Dados, Radar, AIS, CFTV, Dados Ambientais (meteorológicos e oceanográficos) e Comunicações.
- xiii. Definir as funcionalidades do sistema e sua integração com sistemas existentes no porto, tais como especificação de servidores, de bancos de dados, de reprodução e emissão de relatórios, de links externos, de estações de trabalho e eventuais parâmetros técnicos adicionais;
- xiv. Descrever as estratégias de cooperação do VTS com sistemas aliados;
- xv. Descrever os requisitos de qualificação de pessoal para operação do sistema VTS.

2.7. A **CONTRATADA** deve garantir a coerência das informações apresentadas, evitando a ocorrência de dados contraditórios ou diferentes ao longo do relatório. Deve, portanto, proceder a revisão e o cruzamento das informações apresentados.

### 3. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

3.1. Nos termos do inciso II, art. 44, do Regulamento de Licitações da EPL, a pretensa contratação trata-se de serviço especializado, sem dedicação exclusiva de mão de obra, a ser contratado mediante licitação, por meio do Regime de Contratação da Estatal, em sua forma eletrônica, sob o regime de empreitada por preço global, com critério de julgamento do TIPO MENOR PREÇO.

3.2. Os serviços de apoio administrativo desse **PROJETO BÁSICO** são passíveis de contratação indireta, conforme o estabelecido no Art. 8º, da Instrução Normativa nº 05/2017, e suas alterações, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

3.3. O processo licitatório a ser realizado será regido pela Lei nº 13.303/2016, Lei Complementar nº 123/2006, pelos Decretos nº 8.945/2016 e nº 8.538/2015, pela Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 5/2017, e suas respectivas alterações, bem como pelos regulamentos de licitações e de gestão e fiscalização de contratos da EPL.

### 4. DO LOCAL, DO PRAZO E DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO – SERVIÇOS NECESSÁRIOS

4.1. O regime de execução do Contrato será o da empreitada por preço global.

4.2. A **CONTRATADA** deverá arcar com todos os custos relativos ao desenvolvimento de todas as atividades previstas neste **PROJETO BÁSICO**, tais como remuneração de profissionais, encargos, tributos, despesas administrativas, viagens, estruturas física e virtual, bem como quaisquer outras despesas necessárias à integral execução do objeto.

4.2.1. A disponibilidade das informações e documentos pela **EPL**, **ANTAQ** ou **PODER CONCEDENTE** e **ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANGUÁ E ANTONINA – APPA**, inclusive por meio eletrônico, não exime a **CONTRATADA** da obrigação de ir aos locais das instalações do **PORTO** ou órgãos públicos para a obtenção de documentos e informações adicionais para a perfeita execução das avaliações.

4.3. A **EPL** envidará os melhores esforços para a racionalização no agendamento de reuniões, utilizando, sempre que possível e oportuno, ferramentas de comunicação como videoconferência.

4.4. A Proposta de Preços da **CONTRATADA** deverá considerar que a obtenção das informações ocorrerá nas instalações da **ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA – APPA**, órgãos competentes e outros locais, quando necessário.

4.5. Os **LICITANTES** deverão formular suas Propostas de Preço conforme **TABELA DE PRODUTOS, PREÇOS E PRAZOS DE ENTREGA** e deverão estar incluídos todos os custos para a integral execução do objeto, na forma do item acima. A **EPL** somente pagará a **CONTRATADA** pelos produtos previstos na **TABELA DE PRODUTOS, PREÇOS E PRAZOS DE ENTREGA**.

4.6. Os locais de prestação dos serviços incluem as seguintes localidades: Brasília/DF, Paranaguá/PR, Antonina/PR, principalmente, bem como outros locais em que devam ser prestados todos os serviços especificados neste **PROJETO BÁSICO**. Poderão ser utilizadas, sempre que possível e oportuno, ferramentas de comunicação como videoconferência.

4.6.1. Todos os locais em que devam ser prestados os serviços especificados neste **PROJETO BÁSICO**, ainda que não expressamente mencionados, devem ser considerados na Proposta de Preço dos **LICITANTES**.

4.7. A **EPL** comunicará, com antecedência de 48 (quarenta e oito) horas, as datas e locais das reuniões de trabalho e de acompanhamento, preferencialmente nas cidades Brasília/DF e Paranaguá/PR.

4.8. Os prazos para a entrega dos **PRODUTOS** dos **SERVIÇOS NECESSÁRIOS** estão indicados na **TABELA DE PRODUTOS, PREÇOS E PRAZOS DE ENTREGA DOS SERVIÇOS NECESSÁRIOS**.

4.9. Em até 10 (dez) dias corridos contados da data da assinatura do **CONTRATO**, a **CONTRATADA** deverá realizar reunião com a **EPL**, de modo virtual ou presencial, conforme indicação da **EPL**, para:

- a. apresentar a relação da Equipe de Profissionais responsável pela prestação dos serviços, devendo ser composta por profissionais com formação, qualificação e experiência condizentes com a complexidade dos serviços que devam ser prestados;
- b. a Equipe de Profissionais deve incluir, no mínimo, o(s) seguinte(s) profissional(is) como coordenador(es) das frentes de trabalho:
  - i. Profissional que tenha atuado na elaboração de projetos de implantação, operação e manutenção de *Vessel Traffic Service* (VTS) no Brasil ou no exterior.
  - ii. Alternativamente, profissional com formação de nível superior em ciências navais/náuticas e com conhecimento náutico e de comunicações compatíveis com os Módulos 4 (*nautical knowledge*) e 6 (*VHF radio*) da Recomendação *IALA Model Course V-103-1 (VTS Operator)*. No caso de:
    - a. Oficial da Marinha do Brasil: deverá ser Oficial do Corpo da Armada (RM1) e possuir embarque comprovado (por meio de Caderneta Registro ó CR) mínimo de 5 anos;
    - b. Oficial da Marinha Mercante: deverá ser Oficial de Náutica e possuir embarque comprovado (por meio de Caderneta de Inscrição e Registro ó CIR) mínimo de 5 anos, onde tenha exercido atividades no passado envolvendo navegação e manobra;
- c. definir quais documentos deverão ser disponibilizados à **CONTRATADA** para a realização dos **SERVIÇOS NECESSÁRIOS**, sem prejuízo de solicitações posteriores de documentos que se revelem necessários à execução do objeto deste **PROJETO BÁSICO**; e
- d. apresentar os Termos de Confidencialidade nos moldes dos Encartes A e B, anexos deste **PROJETO BÁSICO**, devidamente assinados, formalizados entre a **EPL** e a **CONTRATADA** para a prestação dos **SERVIÇOS NECESSÁRIOS**. Na hipótese de subcontratação devidamente autorizada pela **EPL**, também deverão ser apresentados os Termos de Confidencialidade da Subcontratada e de seus profissionais.

4.10. Para os **SERVIÇOS NECESSÁRIOS**, a respectiva **CONTRATADA**, quando solicitada pela **EPL**, obriga-se a realizar exposições, a participar de reuniões e a prestar informações verbais e/ou por escrito, relacionados ao escopo dos serviços, bem como fazê-lo quando for necessário assessorar a **EPL** nos esclarecimentos, divulgação e/ou defesa do **PROJETO CONCEITUAL**, fornecendo, nos prazos solicitados, quaisquer informações, esclarecimentos e documentos sobre os trabalhos realizados ou em andamento, destinados aos órgãos e entidades públicas, bem como a empresas interessadas, a entidades de classe e ao público em geral.

4.10.1. A obrigação da **CONTRATADA** descrita no item 4.10 deve ser considerada como inerente ao escopo dos serviços, sem gerar qualquer custo adicional além dos definidos na **TABELA DE PRODUTOS, PREÇOS E PRAZOS DE ENTREGA** e discriminados na Proposta de Preços, e será exigível em qualquer momento de execução dos **SERVIÇOS NECESSÁRIOS**, devendo ser desempenhada mesmo após a entrega de todos os **PRODUTOS** estipulados neste **PROJETO BÁSICO**.

4.11. A **CONTRATADA** realizará todas as atividades necessárias para atingir o escopo do Contrato, mantendo a qualidade e o prazo acordados para a execução dos serviços.

4.12. As informações e documentos necessários à execução do objeto deste **PROJETO BÁSICO** serão colocados à disposição da **CONTRATADA** nas dependências da **ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA – APPA** ou deverão ser solicitados diretamente ao responsável pela sua guarda. Caso a solicitação não seja atendida em até 5 (cinco) dias úteis, a **CONTRATADA** deverá comunicar o fato a **EPL** por escrito, sem prejuízo de a **CONTRATADA** buscar as informações ou documentos em fontes de dados secundárias, devendo analisar e tratar eventuais inconsistências apresentadas pelos dados coletados.

4.13. Caso a **CONTRATADA** necessite de outras informações durante a execução dos serviços, deverá solicitar imediatamente. A pertinência desta solicitação estará sujeita à avaliação e aprovação pela **EPL**.

4.14. A **CONTRATADA** deverá entregar os **PRODUTOS** (relatórios, documentos, planilhas de cálculos, pesquisa de mercado, material de apresentação e/ou outros materiais componentes do **PROJETO CONCEITUAL**) a **EPL** em 1 (uma) via impressa e por meio eletrônico (gravado em “DVD-ROM”, “Pendrive” ou “nuvem”), utilizando-se, para tanto, dos formatos doc, odt, xls, ods, dwg ou pdf, conforme solicitado pela **EPL**.

4.15. O material produzido pela **CONTRATADA**, a exemplo de planilhas de cálculo e outros entregues em meio magnético, deverá ser acompanhado de todas as fórmulas, senhas protetoras e outros mecanismos de segurança utilizados. As planilhas deverão ser disponibilizados a **EPL** em formato executável em Microsoft Excel (formato de arquivo .xlsx) e os desenhos em formato CAD (formato de arquivo .dwg), franqueando-se acesso irrestrito à integralidade das informações empregadas na elaboração da referida planilha, inclusive as fórmulas e memórias de cálculo nela inseridas. O material deverá ser entregue acompanhado das informações referentes a cálculos, metodologias e/ou outros procedimentos técnicos adotados na execução do serviço.

4.16. Eventuais alterações no procedimento de execução do objeto do **CONTRATO** poderão ser efetuadas a critério da **EPL** ou por solicitação da **CONTRATADA** e previamente aprovadas pela **EPL**.

4.17. Nenhum relatório ou documento poderá revelar fatos protegidos por sigilo. Se, para fundamentar o relatório ou documento, a **CONTRATADA** utilizar-se de fatos sigilosos, estes deverão figurar em apenso, materialmente separados do relatório ou documento e preservados em casos de divulgação pública do documento.

4.18. Os documentos e relatórios deverão se basear em informações e resultados mais recentes possíveis e deverão ser atualizados tantas vezes quanto necessário para atender aos requisitos deste **PROJETO BÁSICO**.

4.19. O Encarte K contém sugestão de sumário para o **PROJETO CONCEITUAL** a ser apresentado pela **CONTRATADA**. Alterações significativas na estrutura sugerida deverão ser devidamente justificadas.

## 5. DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

5.1. O contrato terá vigência pelo período de 7 (sete) meses, podendo ser prorrogado com base nos artigos 29 e 30 do regulamento de gestão e fiscalização da **EPL**, até a completa execução e revisão de seu escopo contratual.

5.2. Conforme definido na **TABELA DE PRODUTOS, PREÇOS E PRAZOS DE ENTREGA**:

a) Os estudos, dados e produtos elencados no item 2.6 subitem “b” deverão ser entregues em sua versão definitiva no prazo de até 30 (trinta) dias corridos após a assinatura do contrato;

b) O **PROJETO CONCEITUAL** elencado no item 2.6 subitem “c”, deverá ser realizado integralmente no prazo de até 60 (sessenta) dias corridos após a assinatura do contrato;

c) A aprovação dos **PRODUTOS** será realizada em 2 (duas) etapas:

I - **Primeira**, após a entrega dos **PRODUTOS** componentes do **PROJETO CONCEITUAL**, quando a **CONTRATADA** fará jus a 80% (oitenta por cento) do valor após emissão do devido **TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO, observando-se, ainda, os valores constantes no Encarte C - TABELA DE PRODUTOS, PREÇOS E PRAZOS DE ENTREGA**; e

II - **Segunda**, no último mês de vigência do contrato, após revisões, atualizações ou ajustes demandados nos **PRODUTOS**, quando a **CONTRATADA** fará jus aos 20% (vinte por cento) remanescentes dos valores previstos para cada produto aprovado definitivamente;

5.3. A extensão do prazo de vigência contratual e a aprovação em duas etapas se justificam em razão de os **PRODUTOS** terem como finalidade subsidiar a EPL na elaboração de EVTEA e na definição do modelo institucional e regulatório relativos à desestabilização dos acessos aquaviários aos porto de Paranaguá e Antonina, havendo possibilidade de ajustes e esclarecimentos pela **CONTRATADA** entre a entrega dos **PRODUTOS** até a conclusão dos estudos por parte da EPL.

5.4. Quando a prorrogação do prazo de vigência se fizer necessária para permitir a completa execução do escopo contratual, serão observadas as seguintes diretrizes:

5.4.1. A **CONTRATADA** não fará jus a remuneração adicional em razão de revisões, atualizações ou ajustes demandados nos **PRODUTOS** que já tenham sido entregues a EPL até o fim do prazo original de vigência do **CONTRATO**;

5.4.2. Caso seja identificada pela EPL a necessidade de elaboração de novos **PRODUTOS** ou de realização, por motivos alheios à **CONTRATADA**, de alterações substanciais em **PRODUTOS** entregues até o fim do prazo original de vigência do **CONTRATO** que se equiparem à elaboração de um novo **PRODUTO**, as partes deverão celebrar aditivo contratual com o objetivo de disciplinar o escopo do novo serviço e o preço correspondente a ser pago pela EPL, considerando, para tanto, valores atribuídos a **PRODUTOS** similares nas **TABELAS DE PRODUTOS, PREÇOS E PRAZOS DE ENTREGA DO SERVIÇO**, bem como o grau de aproveitamento de serviços já executados ao longo do prazo original de vigência do **CONTRATO**.

5.4.3. Entende-se como novos **PRODUTOS** os produtos a serem entregues pela Contratada e decorrentes de solicitação da EPL, relacionados a desestabilização dos **PORTOS**, e formalizados através de aditivo contratual.

6. **DA GARANTIA CONTRATUAL**

6.1. A **CONTRATADA** prestará garantia contratual de 5% (cinco por cento) sobre o valor global do **CONTRATO**, nas modalidades de caução em dinheiro, seguro-garantia ou fiança bancária, no prazo de até 10 (dez) dias úteis a contar da assinatura do **CONTRATO**, prorrogáveis por igual período a critério da **EPL**.

6.2. Em caso de formação de consórcio, deverá ser apresentada uma única garantia, da empresa líder do consórcio.

## 7. DA HABILITAÇÃO

7.1. A habilitação parcial será realizada por meio do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, nos documentos por ele abrangidos, e através da documentação complementar especificada neste **PROJETO BÁSICO**.

7.2. Sem prejuízo de outros documentos elencados no Instrumento Convocatório, a prestadora de serviço deverá apresentar, no mínimo, a documentação abaixo elencada.

7.3. Para a **Qualificação Técnica da empresa (ou consórcio) LICITANTE** deverá(ão) ser apresentado(os) atestado(s) de capacidade técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) que o **LICITANTE**:

- a. Já executou serviços compatíveis em características técnicas similares às do objeto da presente licitação no Brasil ou no exterior;
  - i. Alternativamente, serão aceitos atestados de projetos de auxílios à navegação nos termos da NORMAM-17/DHN;
- b. Prova de inscrição ou registro junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia ó CREA competente.

7.4. Os requisitos de habilitação previstos nas alíneas “a” e “b” do item 7.3. não são intercambiáveis, ou seja, o(s) atestado(s) de execução de serviço não substitui(em) a apresentação de registro junto ao Conselho Federal de Engenharia e Agronomia – CREA e vice-versa.

7.4.1. Os atestados de capacidade técnica produzidos ou assinados no exterior, destinados a comprovar as experiências mencionadas nas alíneas “a” deverão possuir tradução juramentada, podendo ser exigida sua notariação e legalização no Consulado Brasileiro, admitida a aplicação da Convenção sobre a Eliminação da Exigência de Legalização de Documentos Públicos Estrangeiros (Convenção da Apostila), nos termos Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016 ou outras Convenções e Tratados Internacionais de que o Brasil seja signatário que versem sobre a simplificação das exigências procedimentais acerca da legalização de documentos públicos estrangeiros.

7.4.2. Para fins de habilitação, a licitante poderá apresentar atestado de capacidade técnica com tradução simples, caso deseje, obrigando-se a providenciar a tradução juramentada desse mesmo atestado para apresentá-la no momento da assinatura do contrato.

7.5. O(s) **COORDENADOR(ES)** fará(ão) a gestão dos trabalhos e deverá(ão) assinar o **PROJETO CONCEITUAL** (relatório final) como responsável(is) técnico(s). Por todo o exposto, para fins de **qualificação técnica do(s) COORDENADOR(ES)**, deverão ser apresentados os seguintes documentos de habilitação:

7.5.1. Atestado(s) que comprove(m) a execução de serviços compatíveis em características técnicas similares às do objeto da presente licitação;

7.5.2. Alternativamente, o coordenador deverá possuir qualificação compatível com o cargo de Gerente do VTS, tal como detalhado na NORMAM-26/DHN (4ª revisão 2021) e descrito a seguir:

7.5.2.1. Formação de nível superior em ciências navais/náuticas. No caso de:

- a) Oficial da Marinha do Brasil: deverá ser Oficial do Corpo da Armada (RM1) e possuir embarque comprovado (por meio de Caderneta Registro – CR) mínimo de 5 anos;
- b) Oficial da Marinha Mercante: deverá ser Oficial de Náutica e possuir embarque comprovado (por meio de Caderneta de Inscrição e Registro – CIR) mínimo de 5 anos, onde tenha exercido atividades no passado envolvendo navegação e manobra;

7.5.2.2. Conhecimento náutico e de comunicações compatíveis com os Módulos 4 (nautical



*knowledge*) e 6 (*VHF radio*) da Recomendação “*IALA Model Course V-103-1 (VTS Operator)*”

7.6. Para **Habilitação Econômico-Financeira** deverá ser apresentada:

- a. Certidão Negativa de feitos sobre falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede do licitante;
- b. Comprovação de capital social, devidamente integralizado, no valor mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, por meio da apresentação de certidão emitida pela Junta Comercial ou Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas, do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, apresentados na forma da lei, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais, quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data da apresentação da proposta;
  - i. No caso de consórcio, para atendimento da exigência prevista na alínea anterior será admitido o somatório do capital social registrado de todos os Consorciados, na proporção de sua respectiva participação;
- c. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao último exercício social, comprovando índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um).
  - i. Caso os índices não constem do SICAF, o **LICITANTE** deverá apresentar as informações contábeis, na forma da lei, para cálculo dos referidos índices.
  - ii. Caso o resultado de qualquer dos índices seja menor que 1 (um), o **LICITANTE** deverá apresentar as informações contábeis, na forma da lei, a fim de comprovar que possui capital social registrado ou patrimônio líquido igual ou superior a 10% do valor estimado para o total do valor estimado na licitação.

## 8. **DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO E DA SUBCONTRATAÇÃO**

8.1. Será admitida a participação de pessoas jurídicas em consórcio, nos termos da legislação vigente e conforme regulado no edital da licitação.

8.1.1. É vedada a participação na licitação de que trata este **PROJETO BÁSICO** de qualquer pessoa jurídica em mais de um consórcio.

8.1.2. É vedada a participação de empresas pertencentes ao mesmo grupo econômico, na condição de sociedade coligada, controlada ou controladora, em mais de um consórcio.

8.1.3. É vedada a subcontratação das atividades finais do objeto dos **SERVIÇOS NECESSÁRIOS**, salvo em casos expressamente autorizados pela EPL.

8.2. A **EPL** se reserva ao direito exclusivo de não autorizar a subcontratação de parcela dos **SERVIÇOS NECESSÁRIOS**, quando a indicação da empresa subcontratada pela **CONTRATADA** puder comprometer a isenção, imparcialidade ou qualidade técnica dos serviços a serem prestados.

8.3. Qualquer problema decorrente da subcontratação será resolvido pela **CONTRATADA**, não decorrendo daí nenhuma responsabilidade para a **EPL**, mesmo que haja ônus para a **CONTRATADA** ou qualquer subcontratada.

8.4. A **CONTRATADA** será, perante a **EPL**, responsável pelos serviços realizados pelas subcontratadas, não podendo transferir suas responsabilidades pelas obrigações estabelecidas no Edital de Licitação, no **PROJETO BÁSICO** e no **CONTRATO**.

8.5. A **CONTRATADA** poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação do **PROJETO**. Considera-se participação indireta a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica ou financeira entre a **CONTRATADA** e algum dos licitantes participantes do certame.

8.5.1. A restrição disposta no item 8.1 também se aplica:

- a. aos controladores, controladas, coligadas e entidades sob controle comum da **CONTRATADA**;
- b. às pessoas físicas e jurídicas que atuarão como contratadas para a execução dos **SERVIÇOS NECESSÁRIOS** pela **CONTRATADA**.

## 9. DO RECEBIMENTO DOS PRODUTOS

9.1. Caberá ao **GESTOR DO CONTRATO** a emissão de **TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO, ACEITE** e **TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO**, como instrumentos formais para confirmação da entrega e execução dos **PRODUTOS** e **SERVIÇOS NECESSÁRIOS** definidos na **TABELA DE PRODUTOS, PREÇOS E PRAZOS DE ENTREGA**.

9.2. A **CONTRATADA** deverá prestar os **SERVIÇOS NECESSÁRIOS** e entregar os **PRODUTOS** nas condições previstas neste **PROJETO BÁSICO** e nos prazos definidos na **TABELA DE PRODUTOS, PREÇOS E PRAZOS DE ENTREGA** e condizentes com sua proposta comercial apresentada por ocasião do certame licitatório.

9.3. Entregue o **PRODUTO** pela **CONTRATADA**, o **GESTOR DO CONTRATO** emitirá o respectivo **TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO**, momento a partir do qual a **EPL** iniciará a análise quanto à verificação da sua conformidade com as especificações técnicas previstas neste **PROJETO BÁSICO**, no **CONTRATO** e em seus Anexos.

9.4. Os **PRODUTOS** ou **SERVIÇOS NECESSÁRIOS** a serem entregues pela **CONTRATADA**, para a obtenção do **TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO**, devem estar, obrigatoriamente, em suas versões finais, não devendo ser entregues, para este fim, em suas versões preliminares, rascunhos ou similares.

9.5. Após a emissão do **TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO**, o **GESTOR DO CONTRATO** providenciará a verificação de conformidade dos **PRODUTOS** com os critérios de aceitação especificados neste **PROJETO BÁSICO**, podendo solicitar, sem custos adicionais, os esclarecimentos e ajustes que se fizerem necessários. Verificada a necessidade de ajustes, correções e/ou substituições, o seguinte procedimento será adotado:

- a. a **CONTRATADA** será convocada preferencialmente por e-mail, a efetuar os ajustes, às suas expensas, em prazo a ser acordado entre a **CONTRATADA** e a **EPL**, ou, na ausência de acordo, em até 15 (quinze) dias corridos, contados da data da convocação, prorrogáveis por períodos iguais ou inferiores;
- b. realizados os ajustes e/ou as substituições solicitadas pela **EPL**, será emitido novo **TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO**, sendo realizada, em seguida, nova avaliação de conformidade pela **EPL**; e
- c. não realizados os ajustes e/ou as substituições solicitadas nos prazos especificados, o **PRODUTO** será rejeitado total ou parcialmente, ficando a **CONTRATADA** sujeita à aplicação das penalidades previstas no **CONTRATO**.

9.5.1. A **CONTRATADA** somente será remunerada pelos serviços efetivamente prestados, devidamente recebidos e de forma **DEFINITIVA**.

9.6. Todos os **SERVIÇOS NECESSÁRIOS** prestados e os **PRODUTOS** entregues deverão apresentar qualidade compatível com as melhores práticas de mercado e normativos relacionados. O conteúdo e forma deverão ser compatíveis com a finalidade a que se destinam.

9.7. Após o **ACEITE** de todos os **PRODUTOS** detalhados na **TABELA DE PRODUTOS, PREÇOS E PRAZOS DE ENTREGA**, a **CONTRATADA** poderá solicitar o **RECEBIMENTO DEFINITIVO**, apresentando relatório indicando todos os **PRODUTOS** entregues, com os respectivos quantitativos discriminados.

9.7.1. Caso algum dos **PRODUTOS** não possa ser concluído no cronograma previsto pela **EPL**,

desde que não haja culpa da **CONTRATADA**, esta poderá solicitar o **RECEBIMENTO PARCIAL**, indicando os **PRODUTOS** entregues e aceitos com os respectivos quantativos discriminados, para fins de pagamento conforme previsto no subitem 9.7.

9.7.2. Verificado o atendimento das especificações, condições e obrigações previstas neste **PROJETO BÁSICO**, no **CONTRATO** e em seus Anexos, o **GESTOR DO CONTRATO** emitirá o **TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO** em até 30 (trinta) dias corridos a contar da solicitação da **CONTRATADA**, observado que este recebimento:

- a. constitui condição indispensável para o pagamento do valor ajustado;
- b. transfere a **EPL** o conteúdo, manuseio e disposição dos **PRODUTOS** como seus próprios;
- c. não exclui a responsabilidade da **CONTRATADA** por incorreções reveladas posteriormente, nem pela garantia dos **SERVIÇOS NECESSÁRIOS** realizados;
- d. não exclui a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução contratual, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo **CONTRATO**; e
- e. não exclui a obrigação da **CONTRATADA** em efetuar atualizações e ajustes posteriores dos **PRODUTOS** de modo a atender ao processo de estruturação do **PROJETO**, de acordo com este **PROJETO BÁSICO**.

## 10. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

10.1. Os pagamentos em relação ao objeto contratual serão realizados após o **RECEBIMENTO DEFINITIVO** dos **PRODUTOS** definidos na **TABELA DE PRODUTOS, PREÇOS E PRAZOS DE ENTREGA**, após a emissão do **TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO** e mediante ato do **GESTOR DO CONTRATO**.

10.2. Os **PRODUTOS** serão pagos de acordo com a quantidade solicitada pela **EPL** e efetivamente entregue pela **CONTRATADA**. Os quantativos constantes na **TABELA DE PRODUTOS, PREÇOS E PRAZOS DE ENTREGA - Anexo Encarte C**, são esmaçados, sendo possível a sua não utilização total pelo **GESTOR DO CONTRATO**, caso em que serão pagos somente os **SERVIÇOS NECESSÁRIOS** efetivamente prestados.

10.2.1. Caso haja a solicitação de **RECEBIMENTO PARCIAL**, conforme previsto no subitem 9.7.1, o **GESTOR DO CONTRATO** analisará o valor a ser pago relativamente aos **PRODUTOS** efetivamente entregues.

## 11. DO REAJUSTE CONTRATUAL

11.1. Os preços são fixos e irremovíveis no prazo de vigência do contrato, contado da data limite para a apresentação das propostas.

11.1.1. Caso o contrato seja prorrogado, mediante solicitação realizada dentro do prazo de vigência contratual, os preços contratados para o novo período de vigência poderão sofrer reajuste, aplicando-se o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

11.2. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

11.3. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

11.4. O reajuste será realizado por aposlamento.

## 12. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. As despesas decorrentes da contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento geral da União, para o exercício de 2021 e serão solicitados pela Gerência de Licitações e Contratos - GELIC.

12.2. Para cobrir as despesas eventuais aditamentos serão emitidas Notas de Empenhos, à conta da dotação orçamentária prevista para atender despesas de mesma natureza.

## 13. DA PROPRIEDADE INTELECTUAL

13.1. A **CONTRATADA**, na forma do art. 49 da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, cede a **EPL** e ao **PODER CONCEDENTE** os direitos autorais patrimoniais relativos aos **PRODUTOS** resultantes da prestação dos **SERVIÇOS NECESSÁRIOS** objeto deste **PROJETO BÁSICO**.

13.2. A **EPL** e o **PODER CONCEDENTE** poderão utilizar ou ceder a terceiros os direitos autorais patrimoniais em novos projetos, independentemente da participação da **CONTRATADA**, sem que haja necessidade de qualquer remuneração adicional.

13.3. Todos os relatórios, análises, memorandos e documentos elaborados pela **CONTRATADA** poderão ser disponibilizados pela **EPL**, caso necessário, entre seus funcionários, diretores, consultores, à União, à **ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA** e órgãos de fiscalização, regulação e controle interno e externo, mas não poderão ser disponibilizados para terceiros sem o consentimento por escrito da **CONTRATADA**, salvo relatórios, pareceres, estudos e demais itens dos **PRODUTOS** a partir do recebimento definitivo pela **EPL**.

13.4. A **EPL** se compromete a mencionar o nome do autor dos **PRODUTOS** sempre que os utilizar.

13.5. A **CONTRATADA** não poderá utilizar, divulgar ou comercializar tais produtos, salvo mediante prévia e expressa autorização da **EPL**.

13.6. A **CONTRATADA** renuncia expressamente aos direitos sobre as planilhas, modelos e demais materiais elaborados no âmbito dos **SERVIÇOS NECESSÁRIOS**, inclusive aqueles elaborados por prestadores de serviços **CONTRATADA** e que sejam empregados como insumo para a elaboração dos **SERVIÇOS NECESSÁRIOS**.

## 14. DA EQUIPE TÉCNICA DE APOIO A COMISSÃO ESPECIAL E GESTOR DO CONTRATO

14.1. A Equipe Técnica de Apoio a Comissão Especial para realização de licitação na modalidade de Regime de Contratações da Estatal, e da comissão de fiscalização serão designados oportunamente pela **EPL**.

## 15. DAS OBRIGAÇÕES ESPECIAIS DA CONTRATADA

15.1. Além de outras obrigações estipuladas no **CONTRATO** ou estabelecidas em lei, consuetum, ainda, obrigações da **CONTRATADA** cumprir todas as disposições deste **PROJETO BÁSICO**, devendo prestar os **SERVIÇOS NECESSÁRIOS** e entregar os **PRODUTOS** em padrões de qualidade compatíveis com as práticas usuais de mercado.

15.2. Obriga-se a **CONTRATADA** a:

- a. Em até 10 (dez) dias corridos contados da data da assinatura do **CONTRATO**, a **CONTRATADA** deverá apresentar a relação da Equipe de Profissionais responsável pela prestação dos serviços e os

respectivos currículos, conforme Anexo Encarte I ó Modelo de Currículo, devendo ser composta por profissionais com formação, qualificação e experiência condizentes com a complexidade dos serviços que devam ser prestados, nos termos do subitem 4.9 deste **PROJETO BÁSICO**;

- b. providenciar, em relação aos serviços a serem prestados, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contados da assinatura do contrato, os registros de responsabilidade técnica necessários para todos os serviços e profissionais envolvidos, entregando uma via dos documentos a **EPL**, acompanhada da comprovação do(s) registro(s) regulares nos órgãos competentes;
- c. executar os serviços objeto deste **CONTRATO** em conformidade com a proposta aceita, nos exatos moldes estabelecidos no Edital de Licitação, no **PROJETO BÁSICO** e no **CONTRATO**, e em conformidade com o respectivo planejamento e instruções emitidas pela **EPL**;
- d. conduzir os trabalhos de acordo com as leis, regulamentos, posturas e normas técnicas, em estrita observância às legislações Federal, Estadual e Municipal e a quaisquer ordens ou determinações do Poder Público, incluindo órgãos de regulamentação e fiscalização profissionais, devendo ainda conduzir os trabalhos e o pessoal de modo a formar, junto ao público, uma boa imagem da **EPL** e da própria **CONTRATADA**;
- e. cumprir rigorosamente as normas de Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho, Marinha do Brasil e Autoridade Portuária emanadas da legislação pertinente;
- f. responsabilizar-se pela análise e estudos dos elementos técnicos fornecidos pela **EPL** para a execução dos **SERVIÇOS NECESSÁRIOS**, não se admitindo, em nenhuma hipótese, a alegação de ignorância de tais documentos;
- g. obter as informações necessárias para a correta execução dos trabalhos, inclusive eventuais consultas a órgãos públicos, empresas privadas e profissionais ou quaisquer outros tipos de prospecção de projetos e dados necessários à correta execução dos serviços previstos neste **PROJETO BÁSICO**;
- h. sugerir medidas visando ao aperfeiçoamento da execução dos **SERVIÇOS NECESSÁRIOS**;
- i. admitir e dirigir, sob sua inteira responsabilidade, o pessoal adequado e capacitado de que necessitar, em todos os níveis de trabalho, para a execução dos serviços, mobilizando ou desmobilizando a equipe para adequá-la ao cronograma;
- j. arcar com todos os ônus e obrigações concernentes à legislação social, trabalhista, previdenciária, tributária, fiscal, securitária, comercial, civil e criminal que se relacionem direta ou indiretamente com a prestação dos **SERVIÇOS NECESSÁRIOS**, inclusive no tocante a seus empregados, dirigentes e prepostos, pagando, inclusive, as multas porventura impostas pelas autoridades, de tudo dando ciência a **EPL**;
- k. responsabilizar-se por qualquer ônus decorrente de possível chamamento da **EPL** em juízo, como litisconsorte, em ação trabalhista ou de reparação civil em decorrência da execução dos **SERVIÇOS NECESSÁRIOS**, ficando a **EPL**, desde já, autorizado a glosar, nas faturas, as importâncias estimadas com o processo. A inadimplência com referência aos encargos estabelecidos neste subitem não transfere a **EPL** a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato;
- l. substituir, às suas custas, os funcionários que, a critério da **EPL**, apresentarem comportamento inadequado ou, em algum momento, desrespeitarem as condições a eles inerentes;
- m. facilitar o pleno exercício das funções que cabem ao **GESTOR DO CONTRATO**, sendo o não atendimento das solicitações feitas pela **EPL**, sem a devida justificativa, considerado motivo para aplicação das sanções contratuais. O exercício das funções do **GESTOR DO CONTRATO** não desobriga a **CONTRATADA** de sua própria responsabilidade quanto à adequada execução dos serviços contratados;
- n. responsabilizar-se por todo e qualquer prejuízo financeiro que a **EPL** venha a sofrer devido a erros ou incorreções na execução dos serviços prestados, nos prazos previstos na legislação vigente;
- o. responsabilizar-se pelas despesas decorrentes da rejeição dos serviços pela **EPL**, e pelos atrasos acarretados por esta rejeição, bem como por qualquer multa que vier a ser imposta pela **EPL**;
- p. corrigir, sem ônus para a **EPL**, imperfeições, erros, vícios ou incoerências nos serviços prestados dentro do prazo de execução do **CONTRATO**;
- q. constatado dano a bens da **EPL** ou sob a sua responsabilidade ou, ainda, a bens de terceiros, repará-los imediatamente, sob pena de a **EPL** lançar mão dos créditos detidos em face da **CONTRATADA** para ressarcir os prejuízos de quem de direito.

r. apresentar o o "**Anexo Encarte H Termo de Ciência Equipe**" na data de assinatura do contrato.

#### 16. **DA ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS**

16.1. O valor de referência para a contratação, para fins de aferição do MENOR PREÇO será de R\$ 380.000,00 (trezentos e oitenta mil reais).

16.2. Para tanto, foi realizada ampla pesquisa de mercado junto a empresas especializadas na prestação de serviços similares aos especificados neste **PROJETO BÁSICO**.

16.3. Serão desclassificadas Propostas com valores unitários e/ou totais acima dos discriminados nas **TABELAS DE PRODUTOS, PREÇOS E PRAZOS DE ENTREGA**.

#### 17. **DO SIGILO DAS INFORMAÇÕES**

17.1. A **CONTRATADA** deverá manter o sigilo dos dados, materiais, documentos e informações de natureza sigilosa, direta ou indiretamente, a que venha a ter acesso em decorrência da execução do objeto contratual, bem como orientar os profissionais envolvidos a cumprir esta obrigação, respeitando-se as diretrizes e normas da Política Corporativa de Segurança da Informação da **EPL**.

17.2. Assim que solicitado pela **EPL**, a **CONTRATADA** e a **SUBCONTRATADA** deverão providenciar a assinatura, por seu representante legal, dos Termos de Confidencialidade a serem disponibilizados pela **EPL**, responsabilizando-se pela confidencialidade das informações também em nome de seus colaboradores.

#### 18. **DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

18.1. Tendo como base o Regulamento de Gestão e Fiscalização de Contratos da EPL poderá, pela inexecução parcial ou total do objeto, garantidos os princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa, aplicar à contratada as seguintes sanções:

18.1.1. Advertência;

18.1.2. Multa:

18.1.2.1. Compensatória no percentual de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento), calculada sobre o valor da parcela inadimplida, pela recusa em assiná-lo no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, após regularmente convocada, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas neste **PROJETO BÁSICO** ou no Edital.

18.1.2.2. Compensatória no percentual de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento), do valor da fatura correspondente para os demais casos de descumprimento parcial do contrato.

18.1.2.3. Moratória no percentual correspondente a 0,5% (meio por cento), calculada sobre o valor da parcela inadimplida, por dia de inadimplência, até o limite máximo de 2% (dois por cento), ou seja, por 20 (vinte) dias, após o qual poderá haver a rescisão do contrato.

18.1.2.4. Moratória no percentual de 2% (dois por cento), calculada sobre o valor da parcela inadimplida, pela inadimplência além do prazo acima.

18.1.2.5. Moratória no percentual de 0,7% (zero vírgula sete por cento), calculada sobre o valor da parcela inadimplida, por dia de atraso, pela inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia, até o limite máximo de 2% (dois por cento), o qual poderá ensejar a rescisão do contrato.

18.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a

EPL, por prazo não superior a 02 (dois) anos, conforme inciso III, art. 83, da Lei nº 13.303/2016.

## 19. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1. Caso a licitação seja revogada, ou os **SERVIÇOS NECESSÁRIOS** não sejam contratados, não caberá ao **LICITANTE/CONTRATADA** o pagamento de qualquer valor a título de indenização, ressarcimento ou compensação.

19.2. Incluem-se nas atividades da **LICITANTE/CONTRATADA** a participação em reuniões presenciais ou através de videoconferência e outros eventos necessários à execução dos **SERVIÇOS NECESSÁRIOS**.

19.3. As empresas deverão contemplar em seus orçamentos todos os itens necessários à adequada realização dos **SERVIÇOS NECESSÁRIOS**.

19.4. Os prestadores de serviço alocados para o cumprimento do objeto licitado deverão cumprir fielmente Código de Ética e Conduta dos Profissionais da EPL, disponível em: <https://www.epl.gov.br/codigo-de-etica-e-conduta#:~:text=O%20C%C3%B3digo%20de%20C3%89%20e,forma%20alternativa%2C%20visualizem%20um%20novo.>

19.5. O Contrato decorrente deste **PROJETO BÁSICO** poderá ser alterado, nos limites e condições previstos na Lei nº 13.303/2016 e no Regulamento de Gestão e Fiscalização de Contratos da EPL.

19.6. A **CONTRATADA** deverá observar na execução do objeto contratual os critérios de sustentabilidade ambiental contidos no Decreto nº 9.178/2017 e adotar práticas de racionalização no uso de materiais e serviços, conforme o caso, os critérios elencados na Instrução Normativa nº 1, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

## 20. DA MATRIZ DE RISCO

20.1. **MATRIZ DE RISCO** é a cláusula contratual definidora dos riscos e das responsabilidades entre o **CONTRATANTE** e a **CONTRATADA** e caracterizadora do equilíbrio econômico financeiro na execução do contrato, em termos de ônus financeiros decorrentes de eventos supervenientes à contratação.

20.2. A **CONTRATADA** é integral e exclusivamente responsável por todos os riscos e responsabilidades relacionados ao objeto do ajuste, inclusive, sem limitação, conforme estabelecido na MATRIZ DE RISCO – Encarte G, anexo deste **PROJETO BÁSICO**.

20.3. A **CONTRATADA** não é responsável pelos riscos e responsabilidades relacionados ao objeto do ajuste quando estes competirem à **CONTRATANTE**, conforme estabelecido na MATRIZ DE RISCO – Encarte G, anexo deste **PROJETO BÁSICO**.

## 21. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

21.1. O Fiscal do Contrato será designado por Portaria do Diretor de Planejamento da EPL.

21.2. Sem prejuízo de outras atribuições disciplinadas nos regulamentos internos da EPL, caberá ao Fiscal do Contrato:

21.2.1. Verificar a conformidade dos produtos entregues com o escopo do serviço contratado e o cumprimento do prazo estabelecido para sua entrega;

21.2.2. Notificar a empresa Contratada da necessidade de alterações e adequações no produto recebido, inclusive a possibilidade de que os serviços sejam refeitos em caso de inadequação ou vícios, respeitando os prazos determinados pela fiscalização;

- 21.2.3. O descumprimento das condições estabelecidas pelo órgão licenciador na entrega dos produtos poderá acarretar em adequações e/ou complementações, por parte da Contratada, sem nenhum ônus para a Administração;
- 21.2.4. Aspectos fundamentais para que o fiscal de contrato possa conduzir eficientemente o processo de fiscalização;
- 21.2.5. Conhecer o contrato e as cláusulas nele estabelecidas, sanando dúvidas com os demais setores responsáveis pela administração, objetivando o seu fiel cumprimento, nos termos do item 21.5;
- 21.2.6. Sugerir a aplicação de penalidades à Contratada em face do inadimplemento das obrigações;
- 21.2.6. Verificar se a prestação de serviços será cumprida integral ou parceladamente
- 21.2.7. Comunicar à autoridade superior eventuais atrasos nos prazos de entrega ou execução do objeto;
- 21.2.8. Zelar pela fiel execução do contrato, sobretudo no que concerne à qualidade dos serviços prestados;
- 21.2.9. Estabelecer prazo para correção de pendências na execução do contrato e informar à autoridade competente ocorrências inadequadas;
- 21.2.10. Realizar as medições dos serviços conforme parecer de avaliação e aprovação nas datas estabelecidas, antes de atestar as respectivas notas fiscais; e
- 21.2.11. Não receber em mãos notas fiscais, ou quaisquer outros documentos, que deverão ser entregues no Setor de Protocolo da EPL, ou enviados digitalmente no Sistema Eletrônico de Informação – SEI/MINFRA/EPL.
- 21.3. O fiscal deverá ter, em todos os contratos, atenção permanente sobre as obrigações da Contratada, definidas nos dispositivos contratuais e condições editalícias e, fundamentalmente, quanto à observância da legislação em vigor;
- 21.4. O Fiscal de contrato é independente e deve ter a responsabilidade de conduzir os trabalhos de acordo com os princípios da Administração Pública;
- 21.5. Durante a execução do contrato, sempre que necessário, o fiscal deve buscar ajuda nas áreas competentes da empresa para serem resolvidas. As questões que extrapolem as suas competências devem ser encaminhadas à autoridade competente, para que possam ser resolvidas, inclusive com relação à aplicação das penalidades previstas em lei; e
- 21.6. A realização de reuniões com a Contratada deverá ser documentada, devendo conter, no mínimo, os seguintes elementos: data; nome e assinatura dos participantes; assuntos tratados; decisões; responsáveis pelas providências a serem tomadas e prazo.
- 22. DA RESCISÃO**
- 22.1. A inexecução total ou parcial do Contrato poderá ensejar sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas na legislação e no Regulamento de Gestão e Fiscalização de Contratos da EPL.
- 22.2. Constituem motivos para a rescisão contratual:
- 22.2.1. O descumprimento ou o cumprimento irregular ou incompleto de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
- 22.2.2. O atraso injustificado e reiterado da Contratada na entrega dos Produtos;
- 22.2.3. A subcontratação de parcela dos serviços necessários;
- 22.2.4. A fusão, cisão, incorporação ou associação da Contratada com outrem não admitidas no instrumento convocatório e no contrato, e sem prévia autorização da EPL;



- 22.2.5. O desatendimento das determinações regulares do gestor e/ou do fiscal do contrato;
- 22.2.6. O cometimento reiterado de faltas na sua execução;
- 22.2.7. A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- 22.2.8. Razões de interesse da EPL, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas em processo interno;
- 22.2.9. A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impedindo a execução do contrato; e
- 22.2.10. O perecimento do objeto contratual, tornando impossível o prosseguimento da execução da avença.
- 22.3. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido de:
- 22.3.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 22.3.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos; e
- 22.3.3. Indenizações e multas.
- 22.4. Nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados, a EPL poderá reter eventuais créditos existentes em favor da contratada decorrentes do contrato.

### 23. **OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

- 23.1. Sem prejuízo de outras previstas neste Projeto Básico, constituem obrigações da EPL:
- 23.2. Avaliar tecnicamente os produtos elaborados pela contratada;
- 23.3. Realizar o pagamento pelos Estudos nos termos e condições deste Projeto Básico.

### 24. **ANEXOS**

- 24.1. Integram este **PROJETO BÁSICO**, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- Encarte A - Termo de Confidencialidade para Representante Legal (4409889)
- Encarte B – Termo de Confidencialidade para Profissionais (4409897)
- Encarte C – Tabela de Produtos, Preços e Prazos de Entrega (4408591)
- Encarte D – Glossário Técnico (4408592)
- Encarte E – Modelo de Proposta Comercial (4408593)
- Encarte F – Modelo de Ordem de Serviço (4408594)
- Encarte G – Matriz de Risco (4408595)
- Encarte H – Termo de Ciência da data de apresentação da equipe (4408597)
- Encarte I - Modelo de Currículo (4408598)
- Encarte J – Estudo Técnico Preliminar (4408614)
- Encarte K – Sugestão de Sumário para o Projeto Conceitual (4408615)

**ALESSANDRA CAETANO VASCONCELOS**

Membro da Equipe de Planejamento da Contratação

**TIAGO SEVERO COELHO DE OLIVEIRA**

Membro da Equipe de Planejamento da Contratação

**LEONARDO TAKEI KAWATA**

Membro da Equipe de Planejamento da Contratação

**FERNANDO CORRÊA DOS SANTOS**

Membro da Equipe de Planejamento da Contratação

De acordo. Submeto este Projeto Básico ao Sr. Diretor de Planejamento para aprovação.

Brasília, 03 de agosto de 2021.

**FERNANDO CORRÊA DOS SANTOS**

Coordenador de Estruturação de Projetos 1

**FERNANDO DE CASTILHO**

Gerente de Estruturação Estruturação de Projetos 1

**APROVO o presente Projeto Básico** como proposto, por atender as disposições da Lei nº 13.303/2016, bem como do regulamento de licitações e de gestão e fiscalização da EPL. Encaminhe-se a Diretoria de Gestão para providências de sua alçada.

Brasília, 03 de agosto de 2021.

**RAFAEL ANTONIO CREN BENINI**

Diretor de Planejamento

[1] Segundo MEIRELLES, o princípio da eficiência exige que a atividade administrativa seja exercida com presteza, perfeição e rendimento funcional (MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito administrativo brasileiro**. 24. ed. São Paulo: Malheiros, 1999, p. 89 e 91.).



Documento assinado eletronicamente por **Leonardo Takei Kawata, Assessor Técnico IV**, em 03/08/2021, às 16:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, inciso V, da Portaria nº 446/2015 do Ministério dos Transportes.



Documento assinado eletronicamente por **Fernando Corrêa dos Santos, Coordenador(a)**, em 03/08/2021, às 16:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, inciso V, da Portaria nº 446/2015 do Ministério dos Transportes.



Documento assinado eletronicamente por **Fernando de Casilho, Gerente**, em 03/08/2021, às 17:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, inciso V, da Portaria nº 446/2015 do Ministério dos Transportes.



Documento assinado eletronicamente por **Alessandra Caetano Vasconcelos, Coordenador(a)**, em 03/08/2021, às 17:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, inciso V, da Portaria nº 446/2015 do Ministério dos Transportes.



Documento assinado eletronicamente por **Rafael Antonio Cren Benini, Diretor de Planejamento**, em 03/08/2021, às 17:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, inciso V, da Portaria nº 446/2015 do Ministério dos Transportes.



Documento assinado eletronicamente por **Tiago Severo Coelho de Oliveira, Assistente II**, em 03/08/2021, às 17:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, inciso V, da Portaria nº 446/2015 do Ministério dos Transportes.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.infraestrutura.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.infraestrutura.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **4408539** e o código CRC **A9071F30**.

1.



Referência: Processo nº 50840.100967/2021-18



SEI nº 4408539

Via W4 Sul, Lote C, Edifício Parque Cidade Corporate - Torre C 8º andar - Bairro Asa Sul  
Brasília/DF, CEP 70308-200  
Telefone: (61) 3426-3719 - [www.epl.gov.br](http://www.epl.gov.br)



RCE xxx - EPL  
ANEXOS

ENCARTE A

**TERMO DE CONFIDENCIALIDADE PARA REPRESENTANTE LEGAL**

\_\_\_\_\_, por seu representante legal, doravante designado simplesmente **RESPONSÁVEL**, se compromete, por intermédio do presente **TERMO DE CONFIDENCIALIDADE**, a não divulgar sem autorização quaisquer informações de propriedade da **EMPRESA DE PLANEJAMENTO E LOGÍSTICA- EPL**, em conformidade com as seguintes Cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA**

O **RESPONSÁVEL** reconhece que, em razão da sua prestação de serviços à **EPL** (Contrato OCS nº / - SRM , celebrado em / / ), estabelece contato com informações privadas da **EPL**, que podem e devem ser conceituadas como segredo de indústria ou de negócio. Estas informações devem ser tratadas confidencialmente sob qualquer condição e não podem ser divulgadas a terceiros não autorizados, aí se incluindo os próprios empregados da **EPL** e do **RESPONSÁVEL**, sem a expressa e escrita autorização do representante legal da **EPL**, signatário do Contrato ora referido.

**CLÁUSULA SEGUNDA**

As informações a serem tratadas confidencialmente são aquelas assim consideradas no âmbito da **EPL** e que, por sua natureza, não são ou não deveriam ser de conhecimento de terceiros, tais como:

- I. listagens e documentações com informações confidenciais a que venha a ter acesso;
- II. documentos relativos a estratégias econômicas, financeiras, de investimentos, de captações de recursos, de *marketing*, de clientes e respectivas informações, armazenadas sob qualquer forma, inclusive informatizadas;
- III. metodologias e ferramentas de desenvolvimento de produtos elaborados pela **EPL** ou por terceiros para a **EPL**;
- IV. valores e informações de natureza operacional, financeira, administrativa, contábil e jurídica; e documentos e informações utilizados na execução dos serviços do **Contrato OCS** nº \_\_\_\_/\_\_\_\_.

**CLÁUSULA TERCEIRA**

O **RESPONSÁVEL** reconhece que as referências dos incisos I a IV da Cláusula Segunda deste

Termo são meramente exemplificativas, e que outras hipóteses de confidencialidade que já existam ou venham ser como tal definidas no futuro devem ser mantidas sob sigilo.

**Parágrafo Único**

Em caso de dúvida acerca da natureza confidencial de determinada informação, o **RESPONSÁVEL** deverá mantê-la sob sigilo até que venha a ser autorizado expressamente pelo representante legal da **EPL**, signatário do **Contrato OCS nº /**, a tratá-la diferentemente. Em hipótese alguma a ausência de manifestação expressa da **EPL** poderá ser interpretada como liberação de qualquer dos compromissos ora assumidos.

**CLÁUSULA QUARTA**

O **RESPONSÁVEL** recolherá, ao término do **Contrato OCS nº /**, para imediata devolução à **EPL**, todo e qualquer material de propriedade deste, inclusive notas pessoais envolvendo matéria sigilosa a este relacionada, registro de documentos de qualquer natureza que tenham sido criados, usados ou mantidos sob seu controle ou posse seja de seus empregados, prepostos, prestadores de serviço, seja de fornecedores, com vínculo empregatício ou eventual com o **RESPONSÁVEL**, assumindo o compromisso de não utilizar qualquer informação sigilosa ou confidencial a que teve acesso enquanto contratado pela **EPL**.

**Parágrafo Único**

O **RESPONSÁVEL** determinará a todos os seus empregados, prepostos e prestadores de serviço que estejam, direta ou indiretamente, envolvidos com a prestação de serviços objeto do **Contrato OCS nº /**, a observância do presente Termo, adotando todas as precauções e medidas para que as obrigações oriundas do presente instrumento sejam efetivamente observadas.

**CLÁUSULA QUINTA**

O **RESPONSÁVEL** obriga-se a informar imediatamente à **EL** qualquer violação das regras de sigilo ora estabelecidas que tenha ocorrido por sua ação ou omissão, independentemente da existência de dolo, bem como de seus empregados, prepostos e prestadores de serviço.

**CLÁUSULA SEXTA**

O descumprimento de quaisquer das cláusulas do presente Termo acarretará a responsabilidade civil e criminal dos que, comprovadamente, estiverem envolvidos no descumprimento ou violação.

**CLÁUSULA SÉTIMA**

As obrigações a que alude este instrumento perdurarão inclusive após a cessação do vínculo



contratual entre o **RESPONSÁVEL** e a **EPL** e abrangem as informações presentes e futuras.

#### **CLÁUSULA OITAVA**

O **RESPONSÁVEL** se compromete, no âmbito do **CONTRATO** objeto do presente Termo, a apresentar à **EPL** declaração individual de adesão e aceitação das Cláusulas do **TERMO DE CONFIDENCIALIDADE** para Profissionais, de cada integrante ou participante da Equipe que prestar ou vier a prestar os serviços especificados no **Contrato OCS nº /**.

De Acordo,

Brasília, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

Representante Legal do Contratado:

\_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_ Cargo/Função: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_ Telefone: \_\_\_\_\_ E-mail: \_\_\_\_\_

Documento de Identidade (número, data, emissor): \_\_\_\_\_

**ENCARTE B****TERMO DE CONFIDENCIALIDADE PARA PROFISSIONAIS**

\_\_\_\_\_, doravante designado simplesmente **RESPONSÁVEL**, se compromete, por intermédio do presente **TERMO DE CONFIDENCIALIDADE**, a não divulgar sem autorização quaisquer informações de propriedade da **EMPRESA DE PLANEJAMENTO E LOGÍSTICA- EPL**, em conformidade com as seguintes Cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA**

O **RESPONSÁVEL** reconhece que, em razão da sua prestação de serviços à **EMPRESA DE PLANEJAMENTO E LOGÍSTICA- EPL** (Contrato OCS nº \_\_\_\_ - SRM \_\_, celebrado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_), estabelece contato com informações privadas da **EPL**, que podem e devem ser conceituadas como segredo de indústria ou de negócio. Estas informações devem ser tratadas confidencialmente sob qualquer condição e não podem ser divulgadas a terceiros não autorizados, aí se incluindo os próprios empregados da **EPL**, sem a expressa e escrita autorização do representante legal signatário do Contrato ora referido.

**CLÁUSULA SEGUNDA**

As informações a serem tratadas confidencialmente são aquelas assim consideradas no âmbito da **EPL** e que, por sua natureza, não são ou não deveriam ser de conhecimento de terceiros, tais como:

- I. listagens e documentações com informações sigilosas ou confidenciais a que venha a ter acesso enquanto contratado por sociedade que preste serviço à **EPL**;
  - II. documentos relativos a estratégias econômicas, financeiras, de investimentos, de captações de recursos, de *marketing*, de clientes e respectivas informações, armazenadas sob qualquer forma, inclusive informatizadas;
  - III. metodologias e ferramentas de desenvolvimento de produtos e serviços, desenvolvidas pela **EPL** ou por terceiros para a **EPL**;
  - IV. valores e informações de natureza operacional, financeira, administrativa, contábil e jurídica; e
- documentos e informações utilizados na execução dos serviços do Contrato OCS nº \_\_\_\_/\_\_\_\_.

**CLÁUSULA TERCEIRA**

O **RESPONSÁVEL** reconhece que as referências dos incisos I a IV da Cláusula Segunda deste

Termo são meramente exemplificativas, e que outras hipóteses de confidencialidade que já existam ou venham ser como tal definidas no futuro devem ser mantidas sob sigilo.

**Parágrafo Único**

Em caso de dúvida acerca da natureza confidencial de determinada informação, o **RESPONSÁVEL** deverá mantê-la sob sigilo até que venha a ser autorizado expressamente pelo representante legal da **EPL**, signatário do Contrato **OCS nº /**, a tratá-la diferentemente. Em hipótese alguma, a ausência de manifestação expressa da **EPL** poderá ser interpretada como liberação de qualquer dos compromissos ora assumidos.

**CLÁUSULA QUARTA**

O **RESPONSÁVEL** recolherá, ao término do **Contrato OCS nº /**, para imediata devolução à **EPL**, todo e qualquer material de propriedade destas, inclusive notas pessoais envolvendo matéria sigilosa a este relacionada, registro de documentos de qualquer natureza que tenham sido criados, usados ou mantidos sob seu controle, assumindo o compromisso de não utilizar qualquer informação sigilosa ou confidencial a que teve acesso enquanto contratado pela **EPL**.

**Parágrafo Único**

O **RESPONSÁVEL** adotará todas as precauções e medidas para que as obrigações oriundas do presente instrumento sejam efetivamente observadas.

**CLÁUSULA QUINTA**

O **RESPONSÁVEL** obriga-se a informar imediatamente à **EPL** qualquer violação das regras de sigilo ora estabelecidas que tenha ocorrido por sua ação ou omissão, independentemente da existência de dolo.

**CLÁUSULA SEXTA**

O descumprimento de quaisquer das cláusulas do presente Termo acarretará a responsabilidade civil e criminal dos que, comprovadamente, estiverem envolvidos no descumprimento ou violação.

**CLÁUSULA SÉTIMA**

As obrigações a que alude este instrumento perdurarão inclusive após a cessação da prestação de serviços objeto do **Contrato OCS nº presentes e futuras /**, e abrangem as **informações**

De Acordo,





## EMPRESA DE PLANEJAMENTO E LOGÍSTICA

DIRETORIA DE PLANEJAMENTO  
GERÊNCIA DE ESTRUTURAÇÃO 1

Brasília, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_.

Profissionais da Equipe:

\_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_ Cargo/Função: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_ Telefone: \_\_\_\_\_ E-mail: \_\_\_\_\_

Documento de Identidade (número, data, emissor): \_\_\_\_\_

## EMPRESA DE PLANEJAMENTO E LOGÍSTICA



DIRETORIA DE PLANEJAMENTO  
GERÊNCIA DE ESTRUTURAÇÃO 1

TABELA DE PRODUTOS, PREÇOS E PRAZOS DE ENTREGA DO SERVIÇO

ATIVIDADE	Descrição do Serviço	PRODUTOS A SEREM ENTREGUES OU SERVIÇOS A SEREM PRESTADOS	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL DO ITEM (R\$)	Percentual para fins de proposta	Percentual Pagamento	PRAZO DE CONCLUSÃO
Fase de Investigação	Esta etapa consiste na realização de estudos dos principais elementos necessários para implantação do Sistema VTS nos portos de Paranaguá e Antonina. As atividades a serem desenvolvidas nesta etapa estão descritas no <b>item 2.6 (b) do PROJETO BÁSICO</b> . Nesta etapa serão ainda realizadas reuniões semanais com a equipe da EPL para verificação do andamento dos estudos.	1	120.000,00	120.000,00	32%	80%	até 30 dias corridos a partir da contratação
Fase de Projeto Conceitual	Esta etapa consiste na elaboração do projeto conceitual com base nas premissas definidas na etapa anterior. O projeto deve conter os elementos necessários para dimensionar o custo de implantação, operação assistida e manutenção do Sistema VTS para os portos de Paranaguá e Antonina. Também deve ser concebido em consonância com as diretrizes da NORMAM-26/DHN (4ª revisão, 2020) e normativos correlatos. As atividades a serem desenvolvidas nesta etapa estão descritas no <b>item 2.6 (c) do PROJETO BÁSICO</b> .	1	184.000,00	184.000,00	48%		60 dias corridos a partir da contratação
Último mês de vigência do contrato	<b>Item 5.2 (c, ii) do Projeto Básico:</b> "no último mês de vigência do contrato, após revisões, atualizações ou ajustes demandados nos PRODUTOS, quando a CONTRATADA fará jus aos 20% (vinte por cento) remanescentes dos valores previstos para cada produto aprovado definitivamente;"	revisões, atualizações ou ajustes	76.000,00	76.000,00	20%	20%	210 dias corridos a partir da contratação
TOTAL				380.000,00	100%	100%	

## **ENCARTE D**

### GLOSSÁRIO TÉCNICO

**ACEITE:** ato formal, emitido pelo **GESTOR DO CONTRATO**, que atesta a conformidade dos **PRODUTOS** entregues pela **CONTRATADA** ao detalhamento contido neste **PROJETO BÁSICO**.

**ANTAQ:** Agência Nacional de Transportes Aquaviários, criada pela Lei nº 10.233/2001.

**ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA - APPA:** é a autoridade portuária instituída pela Lei Estadual n.º 17.895/2014, Decreto n.º 11.562/2014. Atualmente, é responsável pela gestão os Portos Organizados paranaenses por meio do Convênio de Delegação n.º 037/2001, entre o Estado do Paraná e a União, prorrogado por 25 anos em 05 de maio de 2020. Também é denominada Portos do Paraná.

**ADMINISTRAÇÃO PORTUÁRIA:** é a administração do porto organizado, nos termos do art. 17, § 1º da Lei nº 12.815/2013.

**CENTRO DE AUXÍLIOS À NAVEGAÇÃO ALMIRANTE MORAES REGO (CAMR):** O CAMR foi criado pelo Decreto nº 56.565, de 9 de julho de 1965, e sua organização regida pelo Regulamento aprovado pela Portaria nº 50, de 16 de março de 2015, da DHN. O CAMR é subordinado à Diretoria de Hidrografia e Navegação (DHN) e exerce as atribuições de contribuir para o apoio à aplicação do Poder Naval e para a garantia da qualidade das atividades de segurança da navegação por meio das atividades de auxílios à navegação que lhe couberem, na área marítima de interesse do Brasil e nas vias navegáveis interiores.

**CONCESSÃO:** cessão onerosa do porto organizado, com vistas à administração e à exploração de sua infraestrutura por prazo determinado, nos termos da Lei nº 12.815/2013 e demais atos normativos aplicáveis.

**CONTRATADA:** empresa contratada para a execução dos **SERVIÇOS NECESSÁRIOS**.

**CONTRATO:** contrato de prestação dos **SERVIÇOS NECESSÁRIOS**.

**COORDENADORES:** são os profissionais referidos no subitem “b” do item 4.9 que serão responsáveis pela coordenação dos **SERVIÇOS NECESSÁRIOS** e supervisão técnica das equipes da **CONTRATADA**, nos respectivos segmentos técnicos.

**CPPI:** é o Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos, criado pela Lei nº 13.334/2016, que passou a exercer as atribuições do CND - Conselho Nacional de Desestatização, órgão superior de decisão do Programa Nacional de Desestatização – PND a que se refere o art. 5º da Lei nº 9.491/1997.

**DESESTATIZAÇÃO:** venda de ativos públicos ou concessão, entendida nos termos da Lei nº 12.815/2013 como cessão onerosa do porto organizado, com vistas à administração e à

exploração de sua infraestrutura por prazo determinado.

**DIRETORIA DE HIDROGRAFIA E NAVEGAÇÃO (DHN):** Criada pelo Decreto Imperial nº 6.113, de 2 de fevereiro de 1876. Seu presente regulamento foi aprovado pela Portaria nº 18 de 10 de dezembro de 2020 da Diretoria Geral de Navegação (DGN). A Diretoria de Hidrografia e Navegação (DHN) é um órgão do Comando da Marinha do Brasil (MB) e possui como Organizações Militares (OM) subordinadas o Grupamento de Navios Hidroceanográficos (GNHo), o Centro de Hidrografia da Marinha (CHM), o Centro de Auxílios à Navegação Almirante Moraes Rego (CAMR), a Base de Hidrografia da Marinha em Niterói (BHMN) e o Centro de Instrução e Adestramento Almirante Radler de Aquino (CIAARA)

**ETAPA(S):** são as etapas em que foram segmentadas as entregas de **PRODUTOS** e a execução dos **SERVIÇOS TÉCNICOS**, nos termos da **TABELA DE PRODUTOS, PREÇOS E PRAZOS DE ENTREGA**, cuja conclusão enseja a realização de pagamentos em favor da **CONTRATADA**.

**FUSÕES E AQUISIÇÕES:** são as operações de fusão, aquisição, ofertas públicas de aquisição de ações ou reestruturações societárias, que tenham resultado em troca de titularidade de ações ou aporte de capital.

**GESTOR DO CONTRATO:** é o empregado da **EPL** formalmente encarregado do acompanhamento, fiscalização e execução de diligências relativas ao **CONTRATO**;

**IPCA:** Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

**LICITANTE:** cada uma das entidades participantes deste procedimento licitatório.

**MINFRA:** Ministério da Infraestrutura, ente da administração pública direta, cujas competências estão estabelecidas no art. 35 da Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019.

**NÍVEL DE SERVIÇO IDEAL:** critérios operacionais, baseados nas melhores práticas internacionais e condizentes com uma operação eficiente, definidos por métricas objetivas sobre a operação da infraestrutura e da superestrutura na **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS** pelo **PORTO**. Os critérios operacionais e as respectivas métricas devem considerar a capacidade de armazenagem, os tempos de atracação, o nível de serviço dos berços, os tempos de movimentação em pátio, os tempos médios de estadia, dentre outros. Adicionalmente, o **NÍVEL DE SERVIÇO IDEAL** deve ser compatível com a demanda projetada pelos instrumentos de planejamento setoriais coerentes com o investimento projetado na Avaliação técnico-operacional.

**PDZ:** é o Plano de Desenvolvimento e Zoneamento Portuário, instrumento de planejamento operacional da **AUTORIDADE PORTUÁRIA**, que compatibiliza as políticas de desenvolvimento urbano dos municípios, do estado e da região onde se localiza o porto, visando, no horizonte temporal, o estabelecimento de ações e de metas para a expansão racional e a otimização do uso de áreas e instalações do porto, com aderência ao Plano Nacional de Logística Portuária -

**PNLP** e respectivo **PLANO MESTRE**.

**PLANO MESTRE:** instrumento de planejamento de Estado voltado à unidade portuária, considerando as perspectivas do planejamento estratégico do setor portuário nacional constante do Plano Nacional de Logística Portuária - **PNLP**, que visa direcionar as ações, as melhorias e os investimentos de curto, médio e longo prazo no porto e em seus acessos.

**PND:** Programa Nacional de Desestatização, criado pela Lei nº 9.491/1997.

**PNLI:** Plano Nacional de Logística Integrada, desenvolvido ou em desenvolvimento pela Empresa de Planejamento e Logística (EPL), que tem como objetivo identificar e analisar as alternativas para otimizar a movimentação de cargas utilizando as ferrovias, a cabotagem e as hidrovias, como sistemas de alta capacidade, integrados à malha rodoviária regional de forma sinérgica e harmônica.

**PNLP:** Plano Nacional de Logística Portuária, instrumento de Estado de planejamento estratégico do setor portuário nacional, que visa identificar vocações dos diversos portos, conforme o conjunto de suas respectivas áreas de influência, definindo cenários de curto, médio e longo prazo com alternativas de intervenção na infraestrutura e nos sistemas de gestão, garantindo a eficiente alocação de recursos a partir da priorização de investimentos, evitando a superposição de esforços e considerando as disposições do Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte (CONIT).

**PODER CONCEDENTE:** é a União, pessoa jurídica de direito público interno.

**POLIGONAL:** área do Porto Organizado de Paranaguá, conforme definida pela Portaria nº 586, de 5 de dezembro de 2019. A poligonal do Porto Organizado de Antonina foi definida pelo Decreto de 11 de fevereiro de 2016.

**PORTO:** Porto Organizado de Paranaguá, atualmente delegado ao Município de Paranaguá, nos termos do Convênio de Delegação nº 08/1997, composto por suas infraestruturas e superestruturas destinadas a **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS** portuários e atividades acessórias.

**PORTO ORGANIZADO:** bem público construído e aparelhado para atender a necessidades de navegação, de movimentação de passageiros ou de movimentação e armazenagem de mercadorias, e cujo tráfego e operações portuárias estejam sob jurisdição de **AUTORIDADE PORTUÁRIA**, nos termos da Lei nº 12.815/2013.

**PPI:** Programa de Parcerias de Investimentos – PPI, criado pela Medida Provisória nº 727, de 12 de maio de 2016, posteriormente convertida na Lei nº 13.334/2016.

**PRODUTOS:** são os resultados dos **SERVIÇOS NECESSÁRIOS**, a serem entregues à **EPL** sob a forma de relatórios, documentos, pareceres, atividades ou apresentações, conforme o caso, especificados neste **PROJETO BÁSICO**.

**PROJETO:** é o empreendimento a ser modelado a partir da realização dos **SERVIÇOS NECESSÁRIOS** com vistas à desestatização dos acessos aquaviários aos **PORTOS**.

**RECEBIMENTO DEFINITIVO:** é o ateste pelo **GESTOR DO CONTRATO**, da entrega de todos os **PRODUTOS** e execução de todos os **SERVIÇOS NECESSÁRIOS**, pela **CONTRATADA** definido neste **PROJETO BÁSICO**.

**RECEBIMENTO PARCIAL:** é o ateste pelo **GESTOR DO CONTRATO** do cumprimento pela **CONTRATADA** entrega definida neste **PROJETO BÁSICO**, exceto em relação a **SERVIÇOS** e **PRODUTOS** ainda pendentes, permitindo o pagamento dos que já tenham sido objeto de **ACEITE** pelo **GESTOR DO CONTRATO**.

**RECIBO:** ato formal que atesta a entrega do **PRODUTO** pela **CONTRATADA**, para posterior verificação da sua conformidade com as especificações técnicas previstas neste **PROJETO BÁSICO**.

**SERVIÇOS NECESSÁRIOS:** compreendem os serviços técnicos, completos e suficientes, capazes de subsidiar os estudos a serem realizados pela EPL, contemplando aspectos como coleta de dados, análise, proposição de metodologias, mensuração de valores monetários, dentre outros.

**SERVIÇOS PORTUÁRIOS:** correspondem à totalidade dos serviços prestados pelo **PORTO**, incluindo - mas não se limitando - à função de **ADMINISTRAÇÃO PORTUÁRIA** e à gestão, expansão, manutenção, administração e exploração dos Portos de Paranaguá e Antonina.

**TCU:** é o Tribunal de Contas da União, órgão de controle e fiscalização de processos de desestatização dos **SERVIÇOS PORTUÁRIOS**, entre outros.

**ENCARTE E**  
**MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL**  
(em papel personalizado da empresa)

**À Empresa de Planejamento e Logística S/A - EPL**

**Nº XX/2021**

**PROCESSO Nº 50840.100967/2021-18**

Prezado Senhor,

Apresentamos a Vossa Senhoria nossa proposta para prestação de serviços de XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, para atender às necessidades das Unidades Organizacionais da Empresa de Planejamento e Logística – EPL, nos termos do PROJETO BÁSICO, conforme discriminado abaixo:

TABELA DE PRODUTOS, PREÇOS E PRAZOS DE ENTREGA DO SERVIÇO						
ATIVIDADE	PRODUTOS A SEREM ENTREGUES OU SERVIÇOS A SEREM PRESTADOS	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL DO ITEM (R\$)	Percentual para fins de proposta	Percentual Pagamento	PRAZO DE CONCLUSÃO
Fase de Investigação	1			%	80%	até 30 dias corridos a partir da contratação
Fase de Projeto Conceitual	1			%		60 dias corridos a partir da contratação
Último mês de vigência do contrato	revisões, atualizações ou ajustes			20%	20%	210 dias corridos a partir da contratação
		TOTAL	-	100%	100%	

Declaramos que nos preços acima propostos, estão inclusos todos os custos necessários para a execução dos serviços, objeto desta contratação, bem como todos os tributos, fretes, seguros, encargos trabalhistas, comerciais e quaisquer outras despesas que incidam ou venham a incidir sobre o objeto desta contratação.

O prazo de validade da proposta é de: \_\_\_\_ (\_\_\_\_) dias, contados da data de apresentação da proposta de preços (Obs.: não poderá ser inferior a 120 (cento e vinte) dias).

Caso nos seja adjudicado o objeto da licitação, nos comprometemos a assinar o Contrato no prazo, determinado no Edital, e para esse fim fornecemos os seguintes dados:

**DADOS DA EMPRESA:**

Razão Social:		
CNPJ/MF:		
Endereço:		
Tel./Fax:		
CEP:	Cidade:	UF:
Banco:	Agência:	Nº C/C:

**DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA:**

Nome:		
Endereço:		
CEP:	Cidade:	UF:
CPF:	Cargo/Função:	
RG:	Órgão Expedido:	
Naturalidade:	Nacionalidade:	

_____	_____
Local e data	Nome e assinatura do responsável legal

**OBS.:OBSERVAR TODAS AS EXIGÊNCIAS CONSTANTES NO DESCRITIVO DOS SERVIÇOS NECESSÁRIOS E ESTIMATIVA DE PREÇOS.**



## ENCARTE F

### MODELO DE ORDEM DE SERVIÇO

Contrato nº \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Licitação nº \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ - EPL (UASG 395001)

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

A Empresa de Planejamento e Logística - EPL (*ou participante*), por meio do empregado público (*nome*), matrícula SIAPE (*número*), e em face do Contrato em epígrafe, requer à Empresa (*nome*), CNPJ (*número*), endereço (*indicar*), telefone (*indicar*), e-mail (*indicar*), a execução de serviços de xxxxxxxxx, conforme abaixo indicado:

Equipamentos e quantidades a serem instalados: (*indicar*)

Quantidades de cópias previstas (mensal): (*indicar*)

Softwares a serem instalados: (*indicar*)

Prazo para Implantação da Solução: (*indicar*)

Prazo Total para Prestação dos Serviços: (*indicar*)

Endereço: (*indicar*)

R\$: (*informar valor total Previsto para o serviço a ser prestado – mensal e total*)

---

Nome/carimbo e Assinatura do Empregado da EPL

Recebi, em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, a presente Ordem de Serviço, obrigando-me desde já a realizar o serviço dela constante, no prazo e valor acima indicado, conforme o Projeto Básico e a proposta de preços correlatos.

---

Nome e Assinatura do Responsável Legal pela Contratada  
RG e CPF

## ENCARTE G – MATRIZ DE RISCO DA CONTRATAÇÃO

<b>Categoria do Risco</b>	<b>Descrição</b>	<b>Consequência</b>	<b>Medidas Mitigadoras</b>	<b>Alocação do Risco</b>
<b>Risco atinente ao Tempo da Execução</b>	Atraso na execução do objeto contratual por culpa do Contratado.	Aumento do custo do produto e/ou do serviço.	Diligência do Contratado na execução contratual.	Contratado
	Fatos retardadores ou impeditivos da execução do Contrato próprios do risco ordinário da atividade empresarial ou da execução.	Aumento do custo do produto e/ou do serviço.	Planejamento empresarial.	Contratado
	Fatos retardadores ou impeditivos da execução do Contrato que não estejam na sua álea ordinária, tais como fatos do príncipe, caso fortuito ou de força maior, bem como o retardamento determinado pela EPL, que comprovadamente repercute no preço do Contratado.	Aumento do custo do produto e/ou do serviço.	Revisão de preço.	EPL
<b>Risco da Atividade Empresarial</b>	Alteração de enquadramento tributário, em razão do resultado ou de mudança da atividade empresarial, bem como por erro do Contratado na avaliação da hipótese de incidência tributária.	Aumento ou diminuição do lucro do Contratado.	Planejamento tributário.	Contratado
	Variação da taxa de câmbio.	Aumento ou diminuição do custo do produto e/ou do serviço.	Instrumentos financeiros de proteção cambial (hedge).	Contratado
	Elevação de gastos com viagens superiores ao estimado pelo Contratado.	Aumento do custo do produto e/ou do serviço.	Melhor planejamento contratual.	Contratado
	Elevação dos custos operacionais para o desenvolvimento da atividade empresarial em geral e para a execução do objeto em particular, tais como aumento de preço de insumos, prestadores de serviço e mão de obra.	Aumento do custo do produto e/ou do serviço.	Reajuste anual de preço mediante apostilamento.	EPL
	Elevação dos custos operacionais definidos na linha anterior, quando superior ao índice de reajuste previsto na Cláusula de Equilíbrio Econômico-Financeiro do Contrato.	Aumento do custo do produto e/ou do serviço.	Planejamento empresarial.	Contratado
<b>Riscos Trabalhista e Previdenciário</b>	Responsabilização da EPL por verbas trabalhistas e previdenciárias dos profissionais do Contratado alocados na execução do objeto contratual.	Geração de custos trabalhistas e/ou previdenciários para a EPL, além de eventuais honorários advocatícios, multas e verbas sucumbenciais.	Ressarcimento, pelo Contratado, ou retenção de pagamento e compensação com valores a este devidos, da quantia despendida pela EPL	Contratado
<b>Risco Tributário e Fiscal (Não Tributário).</b>	Responsabilização da EPL recolhimento indevido em valor menor ou maior que o necessário, ou ainda de ausência de recolhimento, quando devido, sem que haja culpa da EPL.	Débito ou crédito tributário ou fiscal (não tributário).	Ressarcimento, pelo Contratado, ou retenção de pagamento e compensação com valores a este devidos, da quantia despendida pela EPL.	Contratado

## ENCARTE H

### TERMO DE CIÊNCIA DA DATA DE APRESENTAÇÃO DA EQUIPE

\_\_\_\_\_, por seu representante legal, doravante designado simplesmente **RESPONSÁVEL**, se compromete, por intermédio do presente **TERMO DE CIÊNCIA**, a apresentar a equipe técnica em até 10 (dez) dias corridos contados da data da assinatura do **CONTRATO**, bem como cumprir com os requisitos dispostos no item 4.9 do **PROJETO BÁSICO**.

## ENCARTE I

### MODELO DE CURRÍCULO

**Nome do profissional:**

**Data de nascimento:**

**Nacionalidade:**

#### **1) Educação Superior**

Curso:

Instituição:

Ano de Conclusão:

Curso:

Instituição:

Ano de Conclusão:

Curso:

Instituição:

Ano de Conclusão:

#### **2) Pós Graduação**

Curso:

Instituição:

Ano de Conclusão:

Curso:

Instituição:

Ano de Conclusão:

Curso:

Instituição:

Ano de Conclusão:

#### **3) Associações profissionais às quais pertence:**

#### **4) Outras especialidades:**

#### **5) Idiomas:**

Idioma	Lê	Escreve	Fala
--------	----	---------	------

#### **6) Histórico dos Serviços/Projetos/Atividades**

De:

Empresa:

Cargo ocupado:

Descrição do Serviço/Projeto/Atividades:

De:  
Empresa:  
Cargo ocupado:  
Descrição do Serviço/Projeto/Atividades:

De:  
Empresa:  
Cargo ocupado:  
Descrição do Serviço/Projeto/Atividades:

De:  
Empresa:  
Cargo ocupado:  
Descrição do Serviço/Projeto/Atividades:

De:  
Empresa:  
Cargo ocupado:  
Descrição do Serviço/Projeto/Atividades:

**Áreas de especialização:**

**Certificado:**

Certifico, segundo meu conhecimento e entendimento, que este currículo descreve corretamente minha pessoa, minhas qualificações e minha experiência.

\_\_\_\_\_ Data: \_\_\_\_\_

Estudo Técnico Preliminar da Contratação/CEPRO1-EPL/GEPRO1-EPL/DPL-EPL-EPL

Brasília, 02 de agosto de 2021.

## ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR DA CONTRATAÇÃO

Requisitante: GEPRO1

### 1. INTRODUÇÃO

1.1. O presente documento tem como objetivo subsidiar a contratação de serviços especializados para elaboração de projeto conceitual para implantação, operação e manutenção de sistema de *Vessel Traffic Service* (VTS) nos Portos de Paranaguá e Antonina, estado do Paraná.

1.2. Este Estudo Técnico Preliminar tem por base o “Documento de Formalização da Demanda” (4120657) no âmbito do processo nº 50840.100967/2021-18 e visa a atender às regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, em especial da Instrução Normativa nº 40, de 22 de maio de 2020.

### 2. BREVE HISTÓRICO

2.1. O processo de desestatização dos Portos brasileiros teve início em 2017 com a qualificação da Companhia de Docas do Espírito Santo – CODESA no Programa de Parceria de Investimentos – PPI, mediante Resolução do Conselho do PPI. Mais recentemente, na ocasião da 10ª reunião do Conselho do PPI, o Porto de Santos e a Companhia Docas do Estado de São Paulo – CODESP também foram incluídos no PPI.

2.2. Em 2020, o Conselho do PPI qualificou a desestatização do Porto Organizado de Itajaí/SC. O empreendimento foi qualificado na 13ª reunião do Conselho do PPI, por meio da [Resolução nº 121, de 10/06/2020](#), convertida no [Decreto nº 10.484 de 10/09/2020](#). A estruturação desses estudos para essa desestatização estão sob responsabilidade da Empresa de Planejamento e Logística S.A. – EPL.

2.3. Em fevereiro de 2021, em consonância com a autoridade portuária Portos do Paraná, a Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários – SNPTA manifestou interesse na elaboração de estudo de viabilidade técnica, econômica e ambiental – EVTEA para a desestatização do sistema aquaviário dos portos de Paranaguá e Antonina, um modelo diferente daquele proposto anteriormente para as mencionadas companhias docas. Conforme Ofício nº 79/2021/SNPTA (4121780), a pasta ministerial insta a Empresa de Planejamento e Logística S.A. – EPL a manifestar-se acerca da possibilidade de modelar essa nova categoria de empreendimento. Após tratativas iniciais com a Secretaria, a EPL iniciou a elaboração de cronograma e definição de plano de trabalho, conforme registrado no Processo nº 50840.101005/2021-78.

2.4. Um dos aspectos a serem abordados no caso de Paranaguá e Antonina é a segurança da navegação mediante implantação do sistema de VTS, que possui alta complexidade e demanda conhecimento especializado. Dessa forma, no intuito de subsidiar os estudos para a desestatização do sistema aquaviário desses portos, que está sendo tratado em processo específico, verificou-se a necessidade de se obter, previamente, um projeto conceitual para implantação, operação e manutenção de sistema de VTS, que é justamente o objeto da presente contratação.

2.5. Portanto, o objeto da presente contratação subsidiará, futuramente, a elaboração dos estudos relativos ao projeto de desestatização do sistema aquaviário dos portos de Paranaguá e Antonina.

### 3. DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1. O *Vessel Traffic Service* (VTS), também denominado Serviço de Tráfego de Embarcações, é um auxílio eletrônico à navegação, com capacidade de prover monitorização ativa do tráfego aquaviário. Ao se implantar um VTS, o objetivo central é a ampliação da segurança da vida humana no mar, segurança da navegação e a proteção do meio ambiente nas áreas em que haja intensa movimentação de embarcações ou risco de acidentes de grandes proporções. Se acrescido de recursos de telemática que permitam serviço aliados, compartilhamento de dados ou gerenciamento da atividade marítima, o VTS pode ser ampliado para o chamado *Vessel Traffic Management Information System* (VTMIS), que é mais complexo, mas não é normatizado pela Autoridade Marítima, a Marinha do Brasil.

3.2. No âmbito dos estudos para desestatização dos acessos aquaviários aos portos de Paranaguá e Antonina (tratada no já mencionado Processo nº 50840.101005/2021-78), optou-se pela contratação de um projeto conceitual para implantação, operação e manutenção de VTS, justamente pela sua normatização junto à Marinha do Brasil, e sua estrita relação com a segurança da navegação. A despeito da sua grande relevância, esse projeto conceitual será um produto complementar ao EVTEA da desestatização, que abará elementos adicionais como estudos de mercado, engenharia, operações, dados econômico-financeiros e ambientais.

3.3. Decidiu-se, então, que a equipe técnica da EPL será responsável pela elaboração do EVTEA, e que produtos complementares, como o projeto conceitual objeto deste processo, ensejarão contratação externa. A EPL possui ampla *expertise* na elaboração de EVTEAs no setor portuário, especificamente no que tange aos processos de arrendamentos de áreas. Desde 2017, a EPL entregou aproximadamente 40 estudos de diferentes arrendamentos portuários que foram ou serão objeto de leilão, mas a especificidade da proposta de desestatização de acessos aquaviários demanda uma ação concertada que aproveite sinergias e otimize os recursos existentes.

3.4. Essa opção decorre de diversos fatores, como: (i) o cronograma ajustado para a desestatização; (ii) aproveitamento da *expertise* do mercado na prestação de serviços específicos; (iii) potencial para minimizar assimetrias de informação; (iv) melhor aproveitamento da equipe de Portos da EPL.

3.5. Quanto ao **cronograma** para a desestatização dos acessos aquaviários aos portos de Paranaguá e Antonina, verifica-se a existência de diversas etapas internas e externas no processo que devem culminar com a realização do leilão do ativo. Nesse ponto, a contratação externa trará uma série de subsídios necessários ao estabelecimento de premissas para implantação, operação e manutenção de todos os equipamentos que compõem o sistema VTS. Estudos, dados e informações coletadas pela empresa contratada serão devidamente incorporados ao EVTEA e balizarão decisões ulteriores da EPL. Os serviços externos a serem contratados demandam atuação de profissionais *in loco* no Porto, na elaboração de inventários, no levantamento de informações no terreno, avaliação de estado de conservação de equipamentos e avaliação ambiental. Nesse ponto, entendeu-se que, no caso da presente contratação, a eventual utilização exclusiva do corpo técnico da EPL poderia trazer riscos na execução dos trabalhos *in loco*, tendo em vista as diversas demandas paralelas existentes no Programa de Arrendamentos Portuários do Ministério da Infraestrutura.

3.6. No que tange a **expertise do mercado**, entendeu-se que a EPL não apresenta um quadro técnico suficiente para o atendimento ao grau de especialização necessário aos estudos relativos ao projeto conceitual de VTS, o que justifica a contratação externa neste caso. Cita-se como exemplo a necessidade do envolvimento de profissionais da área de ciências navais/náuticas com experiência de embarques, atividades no passadiço de navios ou manobras de embarcações. Ou seja, são serviços oferecidos pelo mercado e que não demandam rearranjos internos de equipe no quadro da EPL. Adicionalmente, a experiência do mercado nessas áreas deve trazer ganhos técnicos ao projeto.

3.7. Outro ponto relevante da presente contratação é a possibilidade de **minimizar assimetrias de informação**. A implantação de VTS nos portos brasileiros é uma tendência que remonta ao início da década de 2010, e a tecnologia dos equipamentos avança rapidamente. A contratação de uma empresa do setor conferirá maior dinamismo ao processo de elaboração do EVTEA e ainda aproximará a EPL das inovações na matéria.

3.8. Deve-se, ainda, considerar a **melhor utilização dos quadros da EPL** especializados na área portuária, cuja ampla *expertise* será aproveitada nas atividades de supervisão do trabalho dos contratados mediante reuniões de alinhamento, acompanhamento do cronograma de trabalhos e gestão do contrato de prestação de serviço. Com base nas informações coletadas por meio da presente contratação, a equipe da EPL terá o subsídio necessário para elaborar o produto principal do

processo da desestatização dos acessos aquaviários de Paranaguá e Antonina, ou seja, o EVTEA.

3.9. Pelo exposto, atesta-se a necessidade da contratação em análise em função do apertado cronograma relativo ao projeto de desestatização dos acessos aquaviários de Paranaguá e Antonina, da expertise do mercado na prestação de serviços, pela melhor utilização do quadro funcional da EPL no desempenho de atividades de supervisão da contratada e nos ganhos de escala decorrentes da contratação. Ainda, a presente contratação traz economicidade, aumento da produtividade e redução dos riscos no cumprimento do cronograma preliminar do mencionado projeto de desestatização, conforme acordado com o Poder Concedente.

#### 4. ALINHAMENTO COM OS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO DA EPL

4.1. Verifica-se que a contratação está alinhada com o Plano de Negócios da EPL, que prevê, dentre as atividades para 2021, a elaboração de estudos relacionados a projetos de infraestrutura portuária.

4.2. Especificamente quanto ao projeto conceitual de VTS, destaca-se o formulário de planejamento de contratações (4125311), de 21 de maio de 2021, que registra o objeto e justificativa para a contratação.

#### 5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. A definição dos requisitos técnicos da contratação depende da complexidade dos serviços a serem prestados e da não-limitação a competição no certame licitatório. Assim, buscaram-se parâmetros objetivos para a qualificação técnica da empresa (ou consórcio) e do(s) coordenador(es) de equipe.

5.2. A implantação de VTS é tendência recente no Brasil. A primeira licença de operação de VTS do país foi concedida ao Porto do Açu-RJ em dezembro de 2015 pela Diretoria de Hidrografia e Navegação (DHN), vinculada à Marinha do Brasil. Atualmente, o Porto de Vitória-ES também conta com a devida homologação, que data de outubro de 2017. Embora não tenha efetivamente implantado o VTS até o momento, a autoridade portuária do Porto de Santos chegou a firmar um contrato de implantação em meados de 2014.

5.3. Nesse sentido, eventual opção por qualificação técnica vinculada exclusivamente a atestados de capacidade técnica de elaboração de projetos de VTS (ou VTMS) acarretaria graves restrições concorrenciais. Para mitigar esse risco, optou-se pela conjunção de qualificação técnica, para empresa e para o(s) coordenador(es), em projetos portuários relacionados às atividades do VTS. Entende-se que tais certificações podem ser apresentadas por empresas isoladas ou em consórcio, ampliando assim a concorrência e garantindo a exequibilidade do projeto.

#### Qualificação técnica da licitante

5.4. As licitantes deverão apresentar atestado(s) de Capacidade Técnica que comprove(m) que a empresa tenha executado serviços compatíveis em características técnicas similares às do objeto da presente licitação. Alternativamente, serão aceitos atestados de projetos de auxílios à navegação nos termos da [NORMAM-17/DHN \(5ª Revisão, 2021\)](#).

5.5. As licitantes também deverão apresentar prova de inscrição ou registro junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA competente. Essa medida visa a garantir que as licitantes exercem atividades relacionadas a projetos. Na entrega do projeto conceitual, a contratada deverá gerar uma Anotação de Responsabilidade Técnica – ART referente ao projeto.

5.6. Os atestados de capacidade técnica em nome da(s) licitante(s) ou de membros da equipe técnica, podem ter sido expedidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado e devem comprovar a execução do serviço. A apresentação de atestados não substitui a comprovação de registro no CREA e vice-versa, ou seja, a comprovação de registro no CREA não substitui a apresentação de atestados.

5.7. **Não será permitida subcontratação das atividades objeto da contratação**, tendo em vista o prazo exíguo para entrega do projeto conceitual e a especificidade do serviço. Adicionalmente, esse entendimento está assentado no fato de que a contratada deverá realizar as vistorias de campo que julgar necessárias para o bom andamento do serviço. Ademais, não se vislumbra a necessidade de coletas extensivas de dados primários, e eventuais restrições competitivas serão minimizadas pela



possibilidade de formação de consórcios.

5.8. Por fim, é importante ressaltar que todos os componentes da equipe técnica apresentados pelas licitantes por ocasião do certame deverão necessariamente participar da elaboração do projeto conceitual, assinando-o no momento da entrega do produto.

#### **Qualificação técnica do(s) coordenador(es) da equipe**

5.9. O(s) coordenador(es) do projeto fará(ão) a gestão dos trabalhos e deverá(ão) assinar o relatório final do projeto conceitual como responsável(is) técnico(s). As licitantes deverão apresentar atestado(s) de capacidade técnica que comprove(m) que o(s) coordenador(es) já tenha(m) executado serviços compatíveis em características técnicas similares às do objeto da presente licitação.

5.10. Alternativamente, esse(s) coordenador(es) poderá(ão) possuir qualificação **compatível** com o cargo de Gerente do VTS, tal como detalhado na [NORMAM-26/DHN \(4ª revisão 2020\)](#) e transcrito a seguir:

a) Conhecimento náutico e de comunicações compatíveis com os Módulos 4 (*nautical knowledge*) e 6 (*VHF radió*) da Recomendação “*IALA Model Course V-103-1 (VTS Operator)*”;

b) Formação de nível superior em ciências navais/náuticas. No caso de:

I - Oficial da Marinha do Brasil: deverá ser Oficial do Corpo da Armada (RM1) e possuir embarque comprovado (por meio de Caderneta Registro – CR) mínimo de 5 anos;

II - Oficial da Marinha Mercante: deverá ser Oficial de Náutica e possuir embarque comprovado (por meio de Caderneta de Inscrição e Registro – CIR) mínimo de 5 anos, onde tenha exercido atividades no passadiço envolvendo navegação e manobra.

#### **Possibilidade de formação de consórcios**

5.11. Tendo em vista a especificidade dos serviços, entende-se que a possibilidade de formação de consórcios é importante para a ampla competição na licitação. Assim, devem-se definir regras editalícias que permitam a formação de consórcios, atendo-se, também, as regras necessárias à preservação da condição competitiva, como, por exemplo, a vedação a participação na licitação de qualquer pessoa jurídica em mais de um consórcio.

5.12. A possibilidade de formação de consórcio também é positiva por viabilizar a conjugação de esforços entre empresas na área de projetos portuários e empresas detentoras de profissionais graduados em ciências náuticas ou navais em seu quadro, ampliando os arranjos possíveis para atendimento aos requisitos de qualificação técnica da licitante e da coordenação do projeto.

#### **Propriedade Intelectual**

5.13. Deve-se consignar nas regras editalícias que se ceda à EPL e ao Poder Concedente os direitos autorais e patrimoniais relativos aos produtos resultantes da prestação dos serviços e a utilização dos produtos pela EPL e Poder Concedente.

### **6. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES, ACOMPANHADAS DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOS DOCUMENTOS QUE LHE DÃO SUPORTE**

6.1. A presente contratação apresenta alguns desafios no que tange a estimativa de preços de mercado. Como a implantação de VTS no Brasil remonta ao início da década de 2010, o mercado de empresas capazes de elaborar o projeto conceitual é relativamente restrito. Embora a equipe da GEPRO1 tenha realizado um mapeamento de potenciais licitantes, os resultados da pesquisa de mercado refletem o estado atual de amadurecimento do setor.

6.2. A pesquisa de mercado foi realizada mediante consulta a 8(oito) empresas potencialmente interessadas. Verificou-se que todas elas já participaram de algum projeto relacionados à implantação de VTS, aquisição de equipamentos componentes do VTS ou realização de estudos correlatos. A lista foi formada a partir de consultas a processos licitatórios no Porto de Santos (CODESP), Porto de Vitória (CODESA) e Porto do Rio de Janeiro (CDRJ). Algumas dessas empresas já possuem contratos celebrados com as referidas autoridades portuárias, fato que sugere a viabilidade

em termos de qualificação técnica num eventual processo licitatório a ser conduzido pela EPL. A seguir, estão enumeradas as empresas, seu posicionamento de mercado e o status da consulta formulada pela GEPRO1 no âmbito da pesquisa de mercado:

Tabela de empresas consultadas na pesquisa de mercado		
NOME DA EMPRESA	REFERÊNCIA	STATUS
Dataprom Equipamentos e Serviços de Informática Ltda	Licitação da CODESP	Consulta não respondida
Atech – Negócios em Tecnologia S/A	Licitação da CODESP	Consulta não respondida
Indra Company	Contratada pela CODESP e CODESA	Informou não ter condições de apresentar orçamento
Precursore Consultoria Portuária Ltda	Contratada pela CDRJ	Respondida com orçamento
Shelter Proteção em Segurança Marítima Ltda	Contratada pela CDRJ	Respondida com orçamento
Prodevelop – Integración de Tecnología	Licitação da CODESP	Consulta não respondida
CV Marine	Contratada pela CODESP	Respondida com orçamento
Optare Consultoria e Assessoria	Contratada pela CDRJ	Consulta não respondida

6.3. No momento da consulta, as empresas receberam as especificações técnicas dos serviços a serem realizados, as características do produto a ser entregue e os requisitos de qualificação do coordenador do projeto. As empresas foram instadas a precificar as 2 (duas) fases do contrato: 1) Fase de investigação e 2) Fase de elaboração de projeto conceitual. A primeira deve ser concluída em 30 dias após a contratação, prazo em que serão entregues os dados preliminares. A segunda compreende a elaboração do projeto conceitual de implantação, operação e manutenção de VTS. Este é o produto final e deverá ser entregue 60 dias após a contratação.

6.4. A tabela a seguir demonstra as respostas da pesquisa de mercado enviadas:

TABELA DE PRODUTOS, PREÇOS E PRAZOS DE ENTREGA DO SERVIÇO								
ATIVIDADE	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	PRODUTOS A SEREM ENTREGUES	PRAZO DE CONCLUSÃO	SHELTER MAR	CV MARINE	PRECURSORE	MÉDIA	MEDIANA
Fase de Investigação	Esta etapa consiste na realização de estudos dos principais elementos necessários para implantação do Sistema VTS nos portos de Paranaguá e Antonina. As atividades a serem desenvolvidas nesta etapa estão descritas no arquivo Especificação VTS. Nesta etapa serão realizadas reuniões	1	até 30 dias corridos a partir da contratação	R\$150.000,00	R\$242.360,00	R\$46.000,00	R\$146.120,00	R\$150.000,00

	semanais com a equipe da EPL para verificação do andamento dos estudos.							
Fase de Projeto Conceitual	Esta etapa consiste na elaboração do projeto conceitual com base nas premissas definidas na etapa anterior. O projeto deve conter os elementos necessários para dimensionar o custo de implantação, operação assistida e manutenção do Sistema VTS para os portos de Paranaguá e Antonina. Também deve ser concebido em consonância com as diretrizes da NORMAM-26/DHN e normativos correlatos. As atividades a serem desenvolvidas nesta etapa estão descritas no arquivo Especificação VTS	1	60 dias corridos a partir da contratação	R\$230.000,00	R\$387.280,00	R\$200.000,00	R\$272.426,67	R\$230.000,00
				R\$380.000,00	R\$629.640,00	R\$246.000,00	R\$418.000,67	<b>R\$380.000,00</b>

6.5. No intuito de comparar os preços da pesquisa de mercado às contratações similares já realizadas na administração pública, procedeu-se à avaliação do contrato DP/61.2014, de outubro de 2014, celebrado entre Companhia Docas de São Paulo – CODESP e o Consórcio Indra VTMS Santos. Logo na primeira etapa dessa contratação, estava prevista a elaboração de Plano de Trabalho e entrega de Projeto Executivo mediante pagamento de R\$1.595.350,00 (um milhão quinhentos e noventa e cinco mil trezentos e cinquenta reais). A visível discrepância entre o valor pago pela CODESP e os resultados da pesquisa de mercado da EPL se justifica pela distinção dos produtos, já que um projeto executivo possui maior nível de detalhamento.

6.6. A Companhia Docas do Espírito Santo – CODESA, por sua vez, celebrou o contrato nº 46/2014, de julho de 2014, com o consórcio Indra VTMS Vitória. A etapa de projeto estava dividida em 2: Projeto Básico e Projeto Executivo, sendo previstos, respectivamente, os pagamentos de

R\$745.430,00 (setecentos e quarenta e cinco mil quatrocentos e trinta reais) e R\$ 1.135.031,00 (um milhão cento e trinta e cinco mil trinta e um reais). Novamente destaca-se a discrepância entre os valores por conta do nível de detalhamento almejado naquela contratação.

6.7. Por fim, é importante comparar os resultados da pesquisa de mercado a iniciativas da extinta Secretaria de Portos da Presidência da República, que chegou a celebrar o Termo de Cooperação nº 06/2012 com a Universidade Federal de Santa Catarina, com o intuito específico de produzir estudos e anteprojetos de VTMS para 11 portos brasileiros. O valor total registrado no Plano de Trabalho desse instrumento foi de R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais) com data-base de dezembro de 2012.

6.8. Os resultados da pesquisa de mercado demonstram que nenhuma empresa potencialmente interessada ofertou preço maior que as iniciativas empreendidas nos últimos anos, fato explicado pelo menor nível de detalhamento de um projeto conceitual. A avaliação dos instrumentos celebrados anteriormente pela administração pública foi de grande utilidade para a delimitação do escopo de serviço.

## **7. LEVANTAMENTO DE MERCADO E JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DA SOLUÇÃO**

7.1. As recentes contratações relacionadas ao VTS por parte da administração pública são importantes fontes de informação para o presente estudo técnico preliminar. Com base nesse histórico, delinear-se os seguintes cenários para o escopo da contratação.

### **Alternativa 1 – Celebração de Termo de Cooperação ou Termo de Execução Descentralizada**

7.2. A celebração de termo de cooperação com a Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC para elaboração de projeto conceitual de VTS teria a vantagem de aproveitar o conhecimento acumulado por tal instituição em projetos anteriores. No entanto, demandaria tempo considerável para a tramitação processual em face do cronograma de elaboração do projeto conceitual.

7.3. Adicionalmente, a iniciativa de elaboração de projetos pela universidade por parte da então Secretaria de Portos – SEP reflete uma conjuntura em que o mercado brasileiro de empresas capazes de desenvolver estudos de VTS (ou VTMS) praticamente inexistia. Desde a primeira edição da NORMAM-26/DHN, em 2009, o mercado vem gradativamente crescendo, e os desdobramentos nos últimos 12 anos já demonstram a formação de um ambiente competitivo entre entidades privadas de que a EPL pode aproveitar-se para obter soluções técnicas adequadas.

7.4. A alternativa 1, portanto, não parece viável para a EPL neste momento.

### **Alternativa 2 – Realização de todo escopo internamente**

7.5. A realização de todos os trabalhos relacionados ao VTS internamente, com aumento da equipe e contratação de especialistas específicos para a equipe, seria uma medida contraproducente. Primeiramente, encontram-se diversas empresas altamente capacitadas para atendimento das demandas da EPL. Dessa forma, é mais racional aproveitar essa *expertise* do mercado na elaboração de produtos que subsidiem a equipe da EPL na elaboração do EVTEA.

7.6. Nesse ponto, deve-se ainda apontar a limitação orçamentária que impede a contratação de pessoal e o tempo necessário para se encontrar os profissionais necessários no mercado como fatores de risco relevantes para o andamento do processo de desestatização.

7.7. Portanto, mais uma vez, a realização de todo o escopo dos trabalhos relacionados ao VTS de forma interna não se caracteriza como alternativa viável, econômica e produtiva, além de trazer demasiados riscos ao processo.

### **Alternativa 3 – Contratação parcial do escopo**

7.8. No cotejo das alternativas, a contratação parcial do escopo dos trabalhos relacionados ao VTS esbarra no cronograma exíguo. Considerando que o projeto conceitual deve ser elaborado em aproximadamente três meses, o fatiamento do escopo duplicaria os esforços de contratação sem o devido ganho de escala.

### **Alternativa 4 – Contratação de todo o escopo dos trabalhos**

7.9. A quarta alternativa é contratação de um “pacote fechado” de todo o escopo do projeto conceitual para implantação, operação e manutenção do VTS, restando à EPL a gestão do contrato, a supervisão do andamento do cronograma e a avaliação dos produtos entregues pela contratada.

7.10. De início, como frisado anteriormente, importa destacar que a equipe especializada de Portos da EPL tem larga experiência no setor, mas temas específicos do projeto conceitual demandam conhecimentos náuticos mais afetos ao mercado. Adicionalmente, o cronograma exíguo e orçamento enxuto para elaboração do projeto conceitual minimizam eventuais riscos decorrentes da contratação integral do escopo.

7.11. Por fim, muitos dos desafios a serem superados no processo de desestatização do sistema aquaviário dos Portos de Paranaguá e Antonina assemelham-se a questões tratadas no âmbito dos estudos de arrendamentos portuários, e a manutenção da equipe concentrada nessas duas frentes de trabalho otimiza a utilização do quadro de pessoal da EPL, sem delegar as decisões cruciais da modelagem.

7.12. A área técnica, a GEPRO1, segregou de forma clara o escopo dos trabalhos que devem ser objeto dessa contratação de projeto conceitual de VTS, delineando assim a alternativa que atende as necessidades da EPL e que traz maior segurança ao andamento do processo de desestatização.

7.13. Assim, **a alternativa 4 é a que melhor se amolda às necessidades da EPL**, ao cumprimento do cronograma acordado no Plano de Trabalho junto ao Poder Concedente e à necessidade de mitigação dos riscos, tanto da contratação quanto no andamento dos trabalhos.

## 8. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

8.1. A solução da presente contratação foi concebida para subsidiar o projeto de desestatização do sistema aquaviário dos portos de Paranaguá e Antonina, tratado no âmbito do Processo nº 50840.101005/2021-78. Exemplificativamente, o objeto desta contratação deve fornecer subsídios que permitam estimar os valores necessários à implantação, operação e manutenção do VTS, contendo premissas adotadas no dimensionamento dos equipamentos, estimativas de CAPEX, descrição dos subsistemas, estudo de condições meteoceanográficas, etc. Todos esses subsídios serão utilizados pela EPL no momento da modelagem econômico-financeira e na definição do modelo institucional e regulatório aplicável, conforme consta no Plano de Trabalho do projeto de projeto de desestatização do sistema aquaviário de Paranaguá e Antonina, aprovado pelo Poder Concedente.

8.2. O detalhamento das especificações técnicas do produto a ser entregue pela futura contratada encontra-se no documento denominado “Especificação de Projeto Conceitual VTS\_rev02”, contido no arquivo “Documentação Pesquisa de Mercado” (SEI 4185707).

## 9. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO QUANDO NECESSÁRIA PARA INDIVIDUALIZAÇÃO DO OBJETO;

9.1. A avaliação quanto ao parcelamento da solução e a individualização do objeto devem ser compreendidas no contexto de todo o processo de desestatização, de seus riscos e do Plano de Trabalho.

9.2. Inicialmente, devem-se registrar os riscos ao cronograma do processo de desestatização advindos de um eventual parcelamento da solução. No caso de problemas na entrega do produto relacionado ao VTS, todo o cronograma sofreria prejuízos. Assim, entende-se como essencial que a solução seja desenvolvida por um único contratado, mitigando-se o risco de que os produtos não sejam entregues tempestivamente.

9.3. Outro ponto relevante diz respeito à necessidade de interação entre as equipes nas frentes de trabalho da contratada. Com o parcelamento da solução, existem riscos à qualidade dos produtos, decorrentes do curto prazo de execução e especificidade dos temas objeto dessa contratação. Espera-se que uma contratada, individualmente ou com firmas em consórcio, apresente relatório coerente, no qual as premissas fundamentem as escolhas por equipamentos específicos, maximizando os ganhos operacionais do VTS. Por exemplo, uma análise adequada da topografia resultará em boas premissas para definição de alturas de antenas e alcance do radar. Assim, entende-se que **o não parcelamento da solução e do objeto** traz menores riscos e maiores ganhos ao processo de elaboração do EVTEA pela EPL.

9.4. Outro relevante ponto diz respeito à gestão dos trabalhos da contratada pela equipe da

EPL. Além dos riscos já listados, um eventual parcelamento da solução e do objeto traria prejuízo as demais atribuições da equipe especializada no setor portuário, uma vez que, como já mencionado, a equipe também é responsável pelos estudos que integram o Programa de Arrendamentos Portuários do Governo Federal. A centralização do monitoramento dos trabalhos da contratada, das reuniões de alinhamento e da fiscalização do contrato mostra-se de suma importância para o melhor aproveitamento dos recursos humanos da EPL.

9.5. Pelo exposto, entende-se que o parcelamento da solução ou do objeto trariam riscos relevantes à elaboração do EVTEA pela EPL, ao processo de desestatização do sistema aquaviário aos Portos de Paranaguá e Antonina e aos demais processos sob responsabilidade da equipe de portos da Empresa.

## **10. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS EM TERMOS DE ECONOMICIDADE E DE MELHOR APROVEITAMENTO DOS RECURSOS HUMANOS, MATERIAIS OU FINANCEIROS DISPONÍVEIS**

10.1. Conforme amplamente discutido no presente Estudo Técnico Preliminar, pretende-se que a contratação permita a alocação dos recursos humanos do quadro especializado da EPL no processo de desestatização do sistema aquaviários aos Portos de Paranaguá e Antonina propriamente dito, além do atendimento ao Programa de Arrendamentos Portuários do Governo Federal. A contratação do projeto conceitual VTS, portanto, otimizará os recursos à disposição da EPL.

10.2. Quanto aos recursos financeiros disponíveis, importante notar que **o custo da contratação será incluído no ressarcimento à EPL** devido na ocasião do leilão do ativo, a ser pago pelo vencedor do certame. Assim, entende-se que existe uma receita atrelada a despesa incorrida no momento da presente contratação.

10.3. No que diz respeito aos recursos materiais, entende-se que a flexibilidade das empresas com abrangência nacional e *expertise* para a prestação dos serviços contratados tende a reduzir os custos com logística e na mobilização e desmobilização do pessoal a frente dos trabalhos, em se comparando a alternativa onde a EPL realize os serviços relacionados ao VTS internamente.

10.4. Assim, a alternativa escolhida é a que melhor se adequa ao dimensionamento da equipe interna da EPL necessária à redução dos custos materiais do processo de desestatização, uma vez que os custos de logística e mobilização e desmobilização das equipes da contratada tende a ser menor.

## **11. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS**

11.1. Não foram identificadas necessidades de adequação do ambiente do órgão.

11.2. Quanto às providências a serem adotadas, entende-se que essas estão relacionadas ao processo licitatório, como a elaboração da minuta de edital (e seus respectivos anexos), pesquisa de mercado, mapa de riscos da contratação, etc.

11.3. Não foram identificadas providências adicionais a serem adotadas.

## **12. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS**

12.1. Não foram identificados possíveis impactos ambientais decorrentes da contratação, uma vez que os serviços e atividades a serem desenvolvidas não envolvem intervenções que afetem o meio ambiente, tão somente levantamentos em campo, caso necessário, e elaboração de projeto básico de implantação do VTS.

## **13. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES**

13.1. Não foram identificadas contratações correlatas ou interdependentes em curso. Por meio do já citado Termo de Cooperação nº 06/2012, a então Secretaria de Portos da Presidência da República chegou a esboçar iniciativas de contratação de anteprojeto para implantação de sistema de monitoramento de tráfego nos portos de Paranaguá e Antonina, mas não logrou pleno êxito.

13.2. Como descrito ao longo do presente estudo técnico preliminar, a presente contratação está inserida num contexto maior, aquele referente ao EVTEA para desestatização dos acessos aquaviários aos portos de Paranaguá e Antonina que será elaborado pela equipe própria da EPL.

#### 14. JUSTIFICATIVA PARA A VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

14.1. Conforme destacado nos itens 3, 4 e 5 deste EPT, a viabilidade da contratação decorre: (i) do cronograma da desestatização; (ii) da existência de *expertise* no mercado para a elaboração dos produtos pretendidos; (iii) da minimização da assimetria de informações acerca da implementação de VTS nos portos brasileiros, uma vez que a tecnologia evolui rapidamente; (iv) melhor utilização do quadro de pessoal da EPL.

14.2. Assim, entende-se que a contratação é justificável do ponto de vista do cronograma planejado, da capacidade do mercado em atender aos requisitos da contratação e, do ponto de vista técnico, de adequar os estudos para a desestatização do canal de acesso aos Portos de Paranaguá e Antonina as melhores práticas de mercado, tendo em vista a rápida evolução tecnológica dos VTS.

#### 15. DECLARAÇÃO DA VIABILIDADE OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

15.1. Pelo exposto, a Equipe de Planejamento da Contratação atesta a viabilidade da contratação.

#### 16. PRAZO DE VIGÊNCIA DO PRETENSO INSTRUMENTO CONTRATUAL

16.1. A vigência do contrato será de 7 meses, podendo ser prorrogado, nos termos de dispositivo a ser estabelecido no Projeto Básico da pretensa contratação. Essa opção está atrelada ao prazo previsto para entrega do EVTEA da desestatização dos acessos aquaviários de Paranaguá e Antonina para a Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários – SNPTA.

16.2. Após a entrega do produto final, a futura contratada deverá permanecer à disposição da EPL para realizar revisões no projeto ou ajustes necessários ao pleno êxito da contratação.

#### 17. NECESSIDADE DE SIGILO

17.1. Os documentos referentes a essa contratação foram classificados com nível de acesso restrito, sujeitos aos ditames do Art. 7º, §3º, da Lei 12.527/2011.

**LEONARDO TAKEI KAWATA**

Membro da Equipe de Planejamento da Contratação



Documento assinado eletronicamente por **Leonardo Takei Kawata, Assessor Técnico IV**, em 02/08/2021, às 22:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, inciso V, da Portaria nº 446/2015 do Ministério dos Transportes.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.infraestrutura.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.infraestrutura.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **4408526** e o código CRC **3A46FD23**.



Referência: Processo nº 50840.100967/2021-18



SEI nº 4408526

Via W4 Sul, Lote C, Edifício Parque Cidade Corporate - Torre C 8º andar - Bairro Asa Sul  
Brasília/DF, CEP 70308-200  
Telefone: (61) 3426-3719 - [www.epl.gov.br](http://www.epl.gov.br)

## ENCARTE K – SUGESTÃO DE SUMÁRIO PARA O PROJETO CONCEITUAL

1. Objeto
2. Dados Geográficos
3. Os Portos de Paranaguá e Antonina
  - 3.1. Localização
  - 3.2. Autoridade Portuária
  - 3.3. Estrutura de Cais e Píeres
  - 3.4. Área do Porto Organizado
  - 3.5. Sistema Aquaviário (canal, bacias, berços, fundeios, etc)
  - 3.6. Tráfego Aquaviário em Geral
  - 3.7. Movimentação de Embarcações Militares
  - 3.8. Projetos de Modernização dos Portos
4. O Sistema VTS
  - 4.1. Propósito
  - 4.2. Efeito Desejado
  - 4.3. Conformidade (com normas nacionais e internacionais que regulam o VTS)
  - 4.4. Nível de Desempenho Planejado
  - 4.5. Gerente do Sistema VTS
  - 4.6. Centro de Controle Operacional (configuração planejada)
  - 4.7. Estação Remota 1
  - 4.8. Estação Remota 2
  - 4.9. Estação Remota n
  - 4.10. Área de Cobertura
  - 4.11. Nível de Disponibilidade
  - 4.12. Serviços Aliados que poderão receber dados gerados pelo VTS
5. Requisitos Operacionais do Sistema VTS
  - 5.1. Tarefas do Sistema
  - 5.2. Capacidades do Sistema
  - 5.3. Funções do Sistema
6. Requisitos Técnicos do Sistema VTS
  - 6.1. Subsistema de Gerenciamento de Dados (arquitetura do sistema, servidores, backups, firewall, etc)
  - 6.2. Subsistema de Alimentação de Energia Elétrica (ligação de energia, gerador, climatização, etc)
  - 6.3. Subsistema de Radar (hardware, aquisição e rastreamento do alvo, geração de imagem de tráfego, etc.)
  - 6.4. Subsistema de AIS (estações base, homologação junto ANATEL, etc)
  - 6.5. Subsistema de CFTV (tipos de câmera, requisitos ambientais, etc)
  - 6.6. Subsistema de Dados Ambientais (temperatura, ponto de orvalho, umidade relativa, pressão atmosférica, vento, pluviosidade, visibilidade, turbidez da água, corrente, maré, boias AtoN, etc)
  - 6.7. Subsistema de Comunicações (telefonia, rádio VHF marítimo, internet, enlace de dados, torres, etc)
  - 6.8. Integração com outros serviços
7. Documentação (licenças requeridas para cada subsistema)
8. Qualificação e Treinamento
  - 8.1. Qualificação Operacional
  - 8.2. Treinamento Operacional
  - 8.3. Treinamento em Manutenção
9. Operação Assistida
10. Sobressalentes
11. Garantia
12. Manutenção
13. Tipos de Manutenção
  - 13.1. Manutenção Preventiva



- 13.2. Manutenção Corretiva
- 13.3. Manutenção Evolutiva
- 14. Equipe Técnica Permanente
- 15. Orçamento Estimado
  - 15.1. Implantação
  - 15.2. Operação Assistida
  - 15.3. Operação
  - 15.4. Manutenção